UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EACH – ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

PROGRAMA DE MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

DENIS DE PAULA CARVALHO MARTINS

Vidas nuas e Necropolítica no distrito do Jardim Ângela (São Paulo, Brasil): desigualdade, racismo e genocídio no território

SÃO PAULO

2019

DENIS DE PAULA CARVALHO MARTINS

Vidas nuas e Necropolítica no distrito do Jardim Ângela (São Paulo, Brasil): desigualdade, racismo e genocídio no território

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Participação Política e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Fracalanza

SÃO PAULO

2019

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 – 7012

Martins, Denis de Paula Carvalho

Vidas nuas e necropolítica no distrito do Jardim Ângela (São Paulo, Brasil) : desigualdade, racismo e genocídio no território / Denis de Paula Carvalho Martins ; orientador, Ana Paula Fracalanza.

– 2019

221 p.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

Versão original

1. Sociologia urbana – São Paulo (SP). 2. Violência urbana

– São Paulo (SP). 3. Periferia – São Paulo (SP). 4. Racismo. 5. Negros. I. Fracalanza, Ana Paula, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.760981611

Nome: MARTINS, Denis de Paula Carvalho

Título: Vidas nuas e Necropolítica no distrito do Jardim Ângela (São Paulo, Brasil): desigualdade, racismo e genocídio no território.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Participação Política e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Fracalanza

Aprovado em:______________________

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____________________ Instituição: _________________

Julgamento: ___________________ Assinatura: ________________

Prof. Dr.: _____________________ Instituição: _________________

Julgamento: ___________________ Assinatura: ________________

Prof. Dr.: _____________________ Instituição: _________________

Julgamento: ___________________ Assinatura: ________________

Prof. Dr.: _____________________ Instituição: _________________

Julgamento: ___________________ Assinatura: ________________

“Um lugar onde só tinham como atração:

o bar e o candomblé para se tomar benção,

esse é o palco da história que por mim será contada...”

Agradecimento

Primeiramente, meus sinceros agradecimentos a todos e todas que deram a vida para que eu pudesse estar escrevendo, me comunicando, livre das correntes e dos grilhões que algemaram meus ancestrais. Dedico a Zumbi dos Palmares, Dandara, Ganga Zumba, Mandela, Steve Biko, Martin Luther King Jr, Malcolm X, Tupac Shakur, Notorious B.I.G., Dina Di, Marielle Franco, Sabotage e todos e todas que lutaram, que morreram, que construíram e pavimentaram o caminho para que hoje eu pudesse estar aqui. Esses indivíduos guiam meus passos e conduzem minha consciência e, por essa razão, a todos e todas executados pelo genocídio do povo negro e periférico, dedico um brinde! E a nós, que ficamos, cabe apenas o revide.

Esta pesquisa é dedicada àqueles que caíram perante a opressão do racismo, que foram silenciados pela mordaça da injustiça e da desigualdade; aqueles corpos que foram exterminados pelos dispositivos e os aparatos desse Estado racista e classista; para todos aqueles negligenciados e abandonados pelo perverso sistema capitalista; para todos os negros e negras que resistiram, resistem e sobrevivem atrelados a essa cotidianidade de exploração, dor, medo, descaso e de exceção.

Dedico esses escritos aos que vieram antes de mim e me ensinaram a caminhar dentro e fora das favelas, dos becos e das vielas do extremo sul da zona sul de São Paulo. À minha irmã (Elisiane) que cuidou de mim e sempre esteve pronta para me auxiliar e à minha mãe (Dona Iara) que sofreu as violências de um cotidiano abusivo, de uma maternidade solo e que, mesmo com cinco filhos, continuou a lutar e nos ensinou a não desistir, mesmo diante do sofrimento. Dedico a toda minha família, aos amigos, meus professores e todos que contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Por fim, também dedico essa dissertação a cada caixão lacrado, a cada jovem negro que foi assassinado pela polícia, aos nossos irmãos e irmãs que estão encarcerados e para todos que lutam contra o racismo e por um cotidiano menos violento e mais igualitário.

Em especial, dedico “a toda comunidade pobre da Zona Sul”...

RESUMO

MARTINS, Denis de Paula Carvalho. Vidas nuas e Necropolítica no distrito no Jardim Ângela: desigualdade, racismo e genocídio no território. 2019. 221 pag. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciências e Humanidade, Universidade de São Paulo, 2019. Versão original.

A organização espacial da cidade paulistana segregou grande parte da população local e produziu territórios com uma enorme concentração de pobreza e um profundo desequilíbrio infraestrutural. Entre esses locais está o distrito do Jardim Ângela, uma região localizada no extremo sul do município de São Paulo (Brasil), que mantém elevadas taxas de violência, inexpressivos progressos sociais e baixos índices de desenvolvimento humano. Por ser um território destinado aos descendentes de africanos escravizados essa região está inserida naquilo que Mbembe (2018) alega ser um "mundo de mortes", um lugar construído por uma nefasta necropolítica e, por essa razão, rodeado por sistemáticos dispositivos que visam a eliminação dessa apartada parcela da sociedade. Com seus direitos básicos usurpados pelo Estado, pelos mecanismos do necropoder e, principalmente, pelo racismo estrutural, os moradores do distrito do Jardim Ângela enquadram-se no que Agamben (2002) classifica de Vidas nuas, corpos indignos de existência política, desqualificados e incluídos no ordenamento social unicamente sob a forma de sua exceção e execução. O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais elementos sociais que, desde sua criação, transformaram o distrito do Jardim Ângela em um território com múltiplas possibilidades de mortes e converteu seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de abandono, descarte e extermínio. A necropolítica aplicada sobre esse território deixa sua população em uma situação de extrema vulnerabilidade, em um latente estado de exceção e em condição absoluta de matabilidade, miséria e desprezo.

Palavras-chaves: Vidas nuas, Necropolítica, Violência, Jardim Ângela, Racismo, Periferia.

ABSTRACT

MARTINS, Denis de Paula Carvalho. Nude Lives and Necropolitics in Jardim Ângela district: inequality, racism and genocide in the territory. 2019, 221 pages. Master Thesis in the Graduate Program in Social Change and Political Participation - School of Arts, Sciences and Humanity, University of São Paulo, 2019. Original version.

The space organization of the city of São Paulo segregated much of the local population and produced territories with a huge concentration of poverty and a deep infrastructural imbalance. Among these locations is the Jardim Ângela district, a region located in the extreme south of the city of São Paulo (Brazil), which maintains high rates of violence, inexpressive social progress and low rates of human development. Being a territory destined for the descendants of enslaved Africans, this region is inserted in what Mbembe (2018) claims to be a “world of deaths”, a place built by an ominous necropolitical and, therefore, surrounded by systematic elimination devices. this separate portion of society. With their basic rights usurped by the state, the necropower mechanisms and, mainly, the structural racism, the residents of Jardim Ângela district fit what Agamben (2002) classifies as Naked Lives, unworthy bodies of political existence, disqualified and included in the social order only in the form of its exception and execution. The general objective of this work is to analyze the main social elements that, since its inception, have transformed the Jardim Ângela district into a territory with multiple possibilities of death and turned its inhabitants into naked lives, bodies that could be abandoned, discarded and exterminated. The necropolitics applied over this territory leaves its population in a situation of extreme vulnerability, in a latent state of exception and in absolute condition of maturity, misery and contempt.

Keywords: Naked Lives, Necropolitics, Violence, Jardim Ângela, Racism, Outskirts.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

Introdução

Esta pesquisa investiga estruturas de poder, de racismo e de violências que se manifestam sobre os indivíduos e os territórios dentro do município de São Paulo. A análise foi focada no distrito do Jardim Ângela, uma região localizada no extremo sul da cidade que devido a suas altas taxas de mortalidade, por duas vezes, foi considerado pela ONU o lugar mais violento e perigoso do planeta. Para tal, é utilizado o percurso histórico, social e geográfico dessa localidade e de sua população; além disso, são analisados os processos que elevaram São Paulo ao patamar de metrópole do subdesenvolvimento industrializado[1] dentro de uma estrutura de desigualdades espaciais, raciais e econômicas. Neste trabalho, considera-se que o capitalismo é o lugar privilegiado das contradições e nele estão intrínsecos a desigualdade e o domínio de uma classe social, política e/ou econômica em detrimento de outra, e ressalta-se também que os aparatos de poder e manipulação estão concentrados nas mãos daqueles que detêm os modos de produção, circulação de mercadorias e informações (MARX, 1998).

As cidades brasileiras foram formadas e se consolidaram dentro dessa lógica de desenvolvimento capitalista. Em pouco tempo de existência, São Paulo passou de um entreposto colonial, sem muita importância econômica e política, para um grande centro de atração de capital e recursos. A cidade avançou dentro do cenário nacional através de: uma bem-sucedida requalificação do espaço; o planejamento de novas centralidades; processos contínuos de "valorização/desvalorização" regionais; uma estratégica de descentralização produtiva e, principalmente, na centralização do capital (MACHADO, 2013; MARICATO, 1996; MELLO, 1994).

Todos esses processos ocorreram sob a tutela de organizações transnacionais, com processos de mundialização e posteriormente de globalização, uma paradoxal dimensão que interliga o local com o global e vice-versa. Essa estrutura (local/global) impactou, e impacta, de modo incisivo dentro dos territórios, gerando níveis de espoliações imensuráveis e variados

---

[1] KOWARICK, 1994. São Paulo passado e presente. As lutas sociais e a cidade.

que dependem e oscilam de acordo com os interesses e as classes sociais envolvidas (SANTOS, 2000; 2014a).

A lógica, racionalizada, fragmentada e perversa do capital, produziu dentro do município de São Paulo, uma bem definida organização social do território e, a partir desse racional esquadrinhamento territorial, surgiram as periferias da cidade – verdadeiros epicentros de contradições sociais, espaços ultra vulnerabilizados envolvidos em uma trama de violência, expropriação, espoliação e abandono governamental (CARRIL, 2006; SANTOS, 2013a; KOWARICK, 2000).

Na cidade paulistana, as periferias não são apenas lugares produzidos para alocar os sujeitos empobrecidos pelo sistema capitalista, mas, sobretudo, é um espaço destinado aos negros. Indivíduos que, de alguma forma, tiveram sua ancestralidade atrelada aos povos sequestrados no continente africano e transformados em "peças" para compor o mortífero sistema de escravismo vigente no Brasil durante quase quatro séculos (FERNANDES, 2008; NASCIMENTO, 2016; MOURA, 1994; MUNANGA, 2016).

No decorrer dos capítulos, veremos como o distrito periférico do Jardim Ângela faz parte desse sistema de hierarquização e destruição racial, espacial e social. Além disso, analisaremos de que forma esta região está inserida em um arquitetado projeto genocida que, planejadamente, produz uma geopolítica territorial da morte. Um modo de ordenamento social que se enquadra naquilo que Achille Mbembe (2018) conceitua de necropolítica.

A necropolítica é a legítima instrumentalização do poder de "fazer morrer e deixar morrer" (MBEMBE, 2018). É uma forma de controle social estruturada pelas classes dominantes em prol ao desenvolvimento do capital dentro de um Estado aparelhado pelas forças produtivas; é um sistema calculado, regionalizado e orquestrado a fim de causar o extermínio daqueles que estão inseridos na sociedade unicamente pela forma da exclusão; é uma política que define quais corpos são dignos de viver e quais devem perecer; a necropolítica está inserida em um novo modelo novo de capitalismo, o necrocapitalismo, que se reorganiza através da destruição material e imaterial em massa de determinados indivíduos (MBEMBE, 2018).

Aplicar os conceitos de necropolítica e necropoder, desenvolvidos por Mbembe (2018), ainda que utilizado em outro contexto, parece-nos o mais

apropriado para esmiuçar e expor nossa produção atual da exclusão/inclusão geográfica, historicamente gerida pelo município de São Paulo sobre o distrito do Jardim Ângela. A necropolítica, quando aplicada em nossa realidade, nossas condições de pobreza e vulnerabilidade social, tende a nos levar à compreensão da histórica e íntima relação entre o Estado, raça, capital, produção sistêmica de mecanismos de morte e a racional organização social do espaço geográfico da cidade paulistana.

Com seus direitos básicos usurpados pelo Estado, pelos mecanismos do necropoder e, principalmente, pelo racismo estrutural, os moradores do distrito do Jardim Ângela enquadram-se no que Agamben (2002) classifica de Vidas nuas, corpos indignos de existência política, desqualificados e incluídos no ordenamento social unicamente sob a forma de sua exceção e execução. O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais elementos sociais que, desde sua criação, transformaram o distrito do Jardim Ângela em um território com múltiplas possibilidades de mortes e converteu seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de abandono, descarte e extermínio. A necropolítica aplicada sobre esse território deixa sua população em uma situação de extrema vulnerabilidade, em um latente estado de exceção e em condição absoluta de matabilidade, miséria e desprezo.

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais elementos históricos que, desde sua criação, transformaram o distrito do Jardim Ângela (São Paulo - Brasil) em um território com múltiplas possibilidades de mortes, de forma generalizada, e converteram seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de descarte, extermínio e abandono.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

1 – Verificar de que forma o processo histórico de escravização de povos africanos contribuiu para a macrodesigualdade; a segregação socioespacial; e a organização do espaço urbano no município de São Paulo.
2 – Avaliar a construção da metrópole paulistana dentro do cenário monopolista e global; dentro de uma realidade que produziu inúmeras desigualdades e diversos marcadores de exclusão social.
3 – Verificar como as produções das "novas centralidades" do munícipio de São Paulo, os novos centros de poder econômico, político e jurídico tendem a transformar a morfologia deste espaço urbano, sob a égide de uma necropolítica.

Justificativa

Inúmeros dados e pesquisas apontam que, dentro do município de São Paulo, os corpos negros são os mais violentados pelas ações diretas e indiretas do capital e do Estado. Face a esse atual contexto social, histórico e geográfico; da proliferação e degradação socioeconômica e ambiental das periferias deste território; e das visíveis estruturas racistas que orientam políticas públicas que classificam indivíduos de acordo com sua ancestralidade; esse projeto surge da necessidade de um estudo aprofundado sobre as periferias da cidade de São Paulo, em particular sobre o distrito do Jardim Ângela.

Os dados apontam que há uma organizada política governamental voltada para o distrito do Jardim Ângela que provoca a morte em larga escala (necropolítica), uma estratégia que, em seu horizonte, deteriora as condições de sobrevivência e produz o extermínio da parcela mais pobre da população, a negra. Através de um necropoder (poder de decidir quem deve viver e quem precisa morrer), o racismo, o capitalismo e a estrutura vigente produzem e definem quem são suas vidas nuas (corpos sem importância social, no limiar

do estado de exceção em uma condição absoluta de matabilidade) dentro do território da metrópole paulistana.

Para aferir essa situação de extrema vulnerabilidade social, os mapas da desigualdade (2016; 2017; 2018), produzidos pela Rede nossa São Paulo e os números do IBGE (2010) apontam que os moradores do distrito do Jardim Ângela vivem cerca de vinte anos a menos do que a população dos distritos de Moema e do Alto de Pinheiros, territórios centrais, aburguesados e favorecidos pelo processo de produção urbana da cidade de São Paulo.

Pergunta da pesquisa

Quais foram os marcos das desigualdades socioespaciais e os múltiplos processos de violências (materiais e imateriais) que serviram como base para a distribuição social do território paulistano e os dispositivos que proporcionaram a racialização dos corpos, a produção das vidas nuas e a necropolítica dentro do distrito do Jardim Ângela?

Hipótese

Os processos de espoliação, as múltiplas violências e o racismo embutidos dentro da cotidianidade paulistana não são elementos naturais. Esses fenômenos fazem parte de uma imensa e complexa estrutura (política, social e histórica) que conta com vários mecanismos de controle territoriais, sociais e raciais. Por meio destes processos, o Estado, em simbiose com as forças do capital e aparelhado pelas engrenagens do sistema capitalista, produz e reproduz as violências estruturadas e as contradições operantes na morfologia do espaço urbano.

Metodologia

Nesta pesquisa, utiliza-se um caráter pragmático como um processo formal e sistemático de desenvolvimento, baseado em métodos científicos. A partir da ótica do camaronês Achille Mbembe (2018), de Michel Foucault (1999; 2002; 2007; 2008; 2016), Giorgio Agamben (2002) e também das contribuições

de Franz Fanon (1968), Milton Santos (2000; 2006; 2012a; 2012b; 2013a; 2013b; 2014a, 2014b; 2014c) entre outros, traçamos um estudo detalhado sobre o racismo, as estruturas do poder, a produção das vidas nuas e a formação da necropolítica dentro do distrito do Jardim Ângela, um território periférico localizado na periferia da Zona Sul do município de São Paulo.

Proporcionamos maior visibilidade às engrenagens estruturais, que controlam as relações raciais, políticas e econômicas. O método de pesquisa deste trabalho consiste no levantamento bibliográfico, análise de fenômenos (sociais) e dados que estimulam a compreensão de certos acontecimentos regionais. Assumindo, assim, em caráter geral, a forma de "Pesquisa bibliográfica" e "Estudo de caso", que aparentemente são isolados, foram analisados como fenômenos rizomáticos (DELEUZE,1995), estreitamente ligados à ótica macroestrutural do desenvolvimento do capitalismo e ao racismo enraizado na sociedade paulistana.

Pautamo-nos também em dois consagrados métodos científicos, que são a dialética e o pós- estruturalismo. A dialética é um modelo de explicação e de análise da realidade concreta e abstrata; dessa maneira, existem leis e circunstâncias estruturais que moldam nossa sociedade; nessas ações as contradições se transcendem, dando origens a novas contradições que passam a requerer novas soluções. É um método de interpretação dinâmica que considera que os fatos não podem ser considerados estáticos, fora do contexto social, político e econômico de uma dada realidade. O pós-estruturalismo é um modelo de explicação social baseado nas estruturas. Essas estruturas são conjuntos de macrodispositivos que visam controlar e condicionar a sociedade e os indivíduos que estão sob a tutela de uma realidade já posta.

Além disso, usamos uma série de figuras, gráficos e tabelas para analisarmos, compreendermos e ilustrarmos o processo de produção urbana e de segregação socioespacial contidos na cidade de São Paulo. Esses elementos deram uma dimensão dos padrões persistentes dessas violências, das desigualdades e do racismo, todos estruturais.

Analisamos a desequilibrada distribuição de renda, a imensa, mecânica e sistêmica concentração de vulnerabilidade social e racial dentro das áreas periféricas do município de São Paulo. Com posse do conhecimento histórico e geopolítico, trabalhamos em escalas, ou seja, procuramos fazer correlações

entre o macro/ micro, o local/global e o passado/presente. Tratamos o espaço, os acontecimentos históricos, os fenômenos sociais e os dados como elementos sistêmicos, racionalizados, fragmentados e interligados.

No primeiro capítulo discutimos e aprofundamos os conceitos de biopolítica, biopoder, disciplinarização dos corpos e manutenção de uma sociedade disciplinada, pronta para atender as necessidades do capital e das classes dominantes. Feitas essas análises, analisamos a produção sistêmica de uma estrutura disciplinar que visa fabricar corpos economicamente ativos e úteis e politicamente adestrados e dóceis (FOUCAULT 1999; 2002; 2007; 2008; 2016).

Além disso, investigamos os conceitos criados por Agamben (2002): poder soberano, estado de exceção, homo sacer e a produção de vidas nuas. Para o autor, através da vontade e do poder soberano, indivíduos são colocados em condições de extrema desigualdade e são inseridos numa complexa conjuntura que os excluem justamente por estarem incluídos nesse sistema de classificação social.

A produção de corpos desprezados e abandonados pelo soberano, sem direitos legais assegurados, sem a condição de humanidade reconhecida e inseridos em uma sociedade de exceção e sítio, faz com que determinada parcela da população seja inserida em um mundo racionalmente caótico e economicamente produtivo. Agamben (2002) afirma que essa estratégia de ordenamento social produz as vidas nuas: sujeitos abandonados pelo poder soberano e colocados em condições de absoluta matabilidade, descarte e desprezo.

Além de auxiliar na manutenção do poder, esse modelo de desenvolvimento faz com que o soberano crie uma atmosfera social de medo e terror a fim de legitimar seu abandono e a criação de políticas de repressão, de descaso e de morte contra esse seletivo grupo.

Outro autor que utilizamos nesse capítulo e é fundamental para a compreensão da necropolítica implantada no distrito do Jardim Ângela é Franz Fanon (1968). Este considera que o colonialismo só foi possível através da racialização dos espaços e de seus habitantes; dessa maneira, o racismo estruturava e dava o embasamento social, intelectual, político e econômico para legitimar a barbárie ocorrida dentro das colônias.

Com a subtração da humanidade dos indivíduos e racialização dos corpos, a brutalidade, a crueldade, o extermínio e os abusos se consolidaram como as principais marcas, paradigmas e os caminhos do mundo colonial. Um mundo dividido em compartimentos, cindido e orquestrado pela violência em seu estado mais puro e legítimo.

No segundo capítulo tratamos do processo escravista. Analisamos esse período partindo do princípio que o escravismo foi uma política global, desenvolvida dentro do sistema capitalista que pretendia a ultra exploração dos povos colonizados (portanto sub-racializados) em toda parte do planeta. Veremos como o racismo forjado no mundo colonial foi a base e a justificativa legal, moral e religiosa para a exploração, o extermínio e as mazelas impostas sobre os corpos dos povos africanos e seus descendentes.

Traçamos um pequeno levantamento histórico sobre o início do escravismo dentro do território africano, utilizamos dados e documentos que comprovam a existência do sequestro e a exploração escrava dessas populações antes mesmo do século XIV. Analisamos também: o transporte, a chegada, a seleção, os engenhos, o trabalho cativo, as mortes, a abolição inconclusa e a diversas formas de resistência dos povos escravizados contra esse sistema que, segundo Darcy Ribeiro (2015), foi sistema de gastar e moer gentes.

No terceiro capítulo, debruçamos sobre o período pós-abolição, porque, haja vista, o sistema escravista brasileiro foi extinto, mas não forneceu nenhuma contrapartida, nenhuma indenização foi paga ao povo liberto e o racismo, tão imprescindível para a manutenção do colonialismo, não sucumbiu junto com os engenhos, mas, sim, criou outras estruturas, proliferou-se e consolidou-se de outras formas. O racismo foi um eficaz projeto político de classificação racial e social; serviu de base para a perpetuação das desigualdades coloniais; e foi o propulsor do permanente processo de genocídio da população negra.

Baseados nos estudos de Abdias Nascimento (1978,2016); Clóvis Moura (1995, 2013); Kabengelê Munanga (2004); Florestan Fernandes (2008,2009); Lúcio Kowarick (1994, 2000); Beatriz Nascimento (2016); Clara Ant (1994); Veronica Daflôn (2014); Lélia Gonzalez (1982); Maria Helena Machado (2014); Beatriz Mamigonian (1976); Erminia Maricato (2002); Jurema Werneck (2011);

Lourdes de Fatima Carril (2006); Raquel Rolnik (1994), Sueli Carneiro (2019) e muitos outros e outras, verificamos como na cidade de São Paulo o racismo foi se transformando em uma ferramenta cabal do capitalismo; em um elemento central na distribuição espacial e social dos corpos; em um marcador das desigualdades; no condicionante primordial para distinção e hierarquização de vidas e um selecionador, separando aqueles que devem viver de forma digna e adequada daqueles que devem e precisam padecer sobre os escombros e as amarras dessa sociedade racista.

Transformada em uma grande metrópole, São Paulo passou por vários processos de urbanização e de requalificação de seu espaço. Essas ações estimuladas pelas forças produtivas e governamentais produziram uma enorme desigualdade socioespacial. Essa estratégia obedeceu uma ordem global e fragmentou a cidade e, com isso, uma pequena parcela espacial foi agraciada por modernas e qualificadas políticas de desenvolvimento humano, urbano e social, enquanto grande parte do território paulistano foi condenado a sobreviver nas periferias, atrelado a um planejado caos urbano e a uma condição de pobreza estrutural generalizada. Para tal análise utilizamos como base teórica, metodológica e simbólica o autor Milton Santos (2000; 2006; 2012a; 2012b; 2013a; 2013b; 2014a, 2014b; 2014c).

Após esse percurso histórico, geográfico e político que culminou no apartamento da população negra em um planejamento urbano racialmente segregado e em uma degenerativa fissura no corpo social, no quarto e derradeiro capítulo analisamos o surgimento do distrito do Jardim Ângela e os caminhos que essa região seguiu para tentar resistir a essa seletiva, genocida e racista produção urbana.

Apoiados em dados oficiais, investigamos como e porque esse território está alocado na topologia das desigualdades e das crueldades do município. Pesquisamos os motivos dos elevados índices de vulnerabilidades e de violências estruturais que envolvem o cotidiano desse território e converte sua população em vidas nuas, indivíduos abandonados pelo poder soberano, transformados em empecilho e inimigos sociais, existências sem o devido valor humano, corpos passíveis de extermínio e descarte.

Essa combinação entre território, discriminação, raça e pobreza são elementos fundamentais da necropolítica produzida pela sociedade paulistana

e que transformou o distrito do Jardim Ângela naquilo que MBEMBE (2018) denomina “Mundo da morte”, um lugar onde todo e qualquer tipo de brutalidade contra o espaço e seus habitantes é permitido e legitimado.

Durante toda a pesquisa procuramos estabelecer conexões entre o processo de escravidão, o modelo racista e a forma segregacionista de desenvolvimento urbano adotado pela cidade de São Paulo e as múltiplas e estruturais violências destinadas ao distrito do Jardim Ângela e seus moradores.

Por fim, para melhor compreensão dessa dissertação é importante ressaltarmos dois pontos:

Primeiro: Em nossos estudos adotamos a categoria “negro” difundida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde considera-se “negros” toda a população preta e parda. Optamos por esse padrão porque compreendemos que, no Brasil, o racismo é um sistema de poder, um modelo de hierarquização e classificação social de corpos que visa o empobrecimento, a supressão e a eliminação de indivíduos afro-brasileiros.

Segundo: Sabemos que o termo negro é muito genérico e não abarca todas as vivências, as discriminações e as multifacetadas brutalidades desenvolvidas pelo racismo. Ao utilizar o termo negro, não estamos homogeneizando, igualando ou pasteurizando as dores, as opressões e os processos exploratórios sofridos pelos afro-brasileiros. Não estamos alegando que as violências aferidas contra as mulheres negras são as mesmas proferidas contra os homens negros, não estamos lidando com estética, com gênero ou com gradação da cor da pele do sujeito (colorismo), estamos nos referindo à estrutura, que historicamente foi destinada aos descendentes dos povos africanos.

Portanto, mesmo sabendo desses potenciadores e possibilitadores de violência, não estamos hierarquizando as opressões. A utilização do termo negro, nessa pesquisa, é uma estratégia metodológica de análise estrutural do modelo de ordenamento social paulistano. Modelo este que se baseia no racismo como um forte estruturante de sua organização territorial, social, política, econômica, religiosa e cultural.

Capítulo 1
Biopolítica, produção de vidas nuas e necropolítica

Eu? Eu tenho uma bíblia velha,
uma pistola automática
Um sentimento de revolta
E tô tentando sobreviver no inferno"
(RACIONAIS MC'S, 2018)

1.1 Biopolítica e a disciplinarização dos corpos

Partimos do princípio analítico onde consideramos a Necropolítica um processo histórico/social e, desse modo, não compreensível em fragmentos ou isoladamente, mas somente em sua totalidade e atrelada a outros elementos. Para a compreensão desse conceito, devemos nos ater a um conjunto de situações, historicamente construídas e desenvolvidas, que visaram o favorecimento, o privilégio, a plena sobrevivência de uma pequena parcela da sociedade capitalista e, proporcionalmente, disseminou a miséria estrutural, proliferou a morte e espraiou uma política de extermínio de segmentados grupos sociais.

Alguns conceitos são elementares para compreensão da Necropolítica. Entre eles, podemos destacar biopolítica e biopoder (Foucault, 1999; 2002; 2007; 2008; 2016), soberania, estado de exceção e vidas nuas (Agamben, 2002) e condenados da terra (Fanon, 1968).

Segundo Foucault, biopolítica é uma nova categoria de soberania, um novo meio de exercer o poder e de organizar a sociedade. O autor afirma que o poder em si não existe, mas se exerce. Em outras palavras, não existe nada, naturalmente, que dê poder a um indivíduo ou a uma instituição, existe, sim, um conjunto de relações e mecanismos (artificiais/sociais) onde, através de múltiplos processos, atribuiu-se ordenamentos e valores à determinados objetos, indivíduos e instituições (FOUCAULT, 2016). Isto quer dizer que "o poder, quando se exercido em seus mecanismos finos, não pode fazer sem a formação, a organização sem por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber" (FOUCAULT, 1999, p. 40).

Essa nova categoria de poder, de saber e de administração, é bem complexa e tem o corpo como objeto e alvo. Em qualquer sociedade, o corpo

sempre esteve na mira do poder, sempre foi sobre ele que caíram as ordenações, as punições, as limitações e os castigos. A novidade dessa singular prática de poder são as técnicas, os meios de controle e o modo de coerção.

> Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: o poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 2007, p. 118).

Esse poder sobre o corpo ativo (biopoder), não visa mais controlá-lo ou impor, contra a vontade do indivíduo e por meio de forças visíveis (suplícios), a vontade do soberano. Essa nova categoria de poder não se destina, diretamente, aos comportamentos e às linguagens do corpo, mas sim, a sua economia de atividade e sua eficácia de movimento. Toda a estrutura e a organização do biopoder têm, por finalidade, o condicionamento e adestramento do corpo individual/social.

Esses processos de dominação ocorrem dentro de um sistema de coerção ininterrupto, por meio do método da disciplina e também da apropriação de alguns elementos socialmente compartilhados, como, o espaço, o tempo e os movimentos.

> Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 2007, p. 118).

Para tal empreitada, faz-se necessário criar uma sociedade disciplinar, difundir a disciplina em todos os espaços, tornar a disciplina um dispositivo indispensável para o desenvolvimento da população. Por essa razão encontramos a disciplina, desde muito cedo, nas escolas, nas fábricas, nos hospitais, na organização militar, nos presídios e em todos os espaços de sociabilidade.

Essa política disciplinar de controle, domínio e organização dos corpos (biopolítica), não tem por função impor ao corpo renúncias e sacrifícios, mas têm por objetivo criar um corpo obediente e útil, completamente ajustado ao

aparelho de produção do Capital. Uma política desenvolvida a fim de envolver os corpos em uma “mecânica de poder”, uma “anatomia política produtiva” de desarticulação, recomposição e direcionamento de suas forças para a docilidade, a submissão e a total exploração (FOUCAULT, 2007).

Essa disciplinarização “fabrica corpos submissos e exercitados, ‘corpos dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2007, p.119). Em outros termos, a biopolítica tende a produzir organismos disciplinados, corpos politicamente dóceis e produtivamente úteis, dessa forma, “o poder penetra no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (FOUCAULT, 2016, p. 235).

> O poder, eu acho, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são alvos inertes ou consentidor do poder, são sempre intermediários (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Contudo, a disciplina e o poder não se exercem por si só, eles precisam ser desenvolvidos, inseridos, absorvidos e repetidos de várias formas e de modo exaustivo. Foucault (1999; 2007) sugere que para produzir uma sociedade disciplinar, tornar os corpos dóceis politicamente e úteis produtivamente, é necessário que a disciplina e suas dimensões de poder tomem de assalto três elementos: o espaço, o tempo e os movimentos.

1.1.2 O espaço e a distribuição biopolítica dos indivíduos

Foucault (2007) alega que um dos primeiros elementos que a disciplina se apropria é o espaço. Com a distribuição dos corpos, cada qual em seu devido lugar, o controle torna-se mais eficiente e permanente. Criar um espaço disciplinar onde as distribuições servem para anular as diferenças, verificar possíveis comportamentos, localizar, vigiar e medir os indivíduos de acordo com suas qualidades e valores, ambos adquiridos socialmente, é o método que esse dispositivo de poder se utiliza para codificar e organizar a sociedade.

> Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2007, p. 123).

Esses aparatos de poder, controle e coerção social, auxiliam diretamente na produção de um espaço disciplinar, um "espaço útil". Garantem que a distribuição dos corpos, a disposição espacial e a funcionalidade do indivíduo sejam ajustados ao aparelho de produção. Essa técnica separa os sujeitos, hierarquiza os espaços, produz uma rede de relação de poder entre eles e proporciona uma melhor economia do tempo e dos gestos.

A disciplinarização dos espaços é um grande dispositivo de disciplina e uma imensa operação de organização social, porque "transformam as multidões, confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas" (FOUCAULT, 2007, p.126). Essa tática de ordenamento espacial, em quadros analíticos, tem como função extrair o máximo possível de informações e impor a ordem, a disciplina e o controle aos sujeitados a essa conjuntura.

> Sob a forma de repartição disciplinar, a colocação em quadros tem por função, ao contrario, tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o máximo possível de efeito (...). Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar "celular" (FOUCAULT, 2007, p.127).

A criação de espaços úteis, locais ordenados pela disciplina, tem por objetivo produzir e organizar uma nova economia dos lugares e modificar suas redes de relações. Tende a racionalizar a produção do Capital, ordenar a distribuição espacial, criar espaços de privilégios, individualizar os corpos, distribuir os indivíduos e esquadrinhar a sociedade em "quadros vivos" (FOUCAULT, 2007).

1.1.4 O Tempo e o tempo[2]: agentes disciplinadores.

Para transformar o Tempo em agente disciplinador, foi necessário torná-lo artificial, racionalizá-lo, e convertê-lo em um tempo compartilhado coletivamente.

Para tal feito, a criação do relógio e do horário foi fundamental para condicionar a sociedade a uma única lógica, a da racionalidade do esquadrinhamento da vida através do controle coletivo do Tempo. Promover o ajustamento do Tempo, criar um tempo disciplinado, para que o tempo de uns também seja o tempo dos outros, para, dessa forma, extrair o máximo possível de qualidade e economia, produzindo um tempo coletivo, classificável e cronometrável, ou seja, um tempo útil.

O tempo disciplinado, esse modelo restrito de gestão do Tempo, difundiu-se com muita rapidez e, segundo o Foucault (2007), passou por três processos: o de "estabelecer as cesuras, obrigar a ocupação determinadas e regulamentar os ciclos de repetição" (FOUCAULT, 2007, p. 128). Sobre a racionalização do Tempo e a internalização do tempo, o autor ressalta que:

> Desde muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais. Dentro dos antigos esquemas, as novas disciplinas não tiveram dificuldade para se abrigar; as casas de educação e os estabelecimentos de assistência prolongavam a vida e a regularidade dos conventos de que muitas vezes eram anexos (...). Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdam as disciplinas modificam. Afinando-os primeiro. Começa-se a contar por quartos de hora, minutos e segundos (FOUCAULT, 2007, p.128).

Essa forma de ordenamento temporal, através das disciplinas, promoveu uma ressignificação na concepção do Tempo, que deixa de ser individual, abstrato e subjetivo, para ser transformado em um tempo coletivo, concreto e objetivo. A criação do "tempo disciplinar", o tempo medido, classificado e ordenado (assim como ocorreu na produção do espaço disciplinar), tem por função orientar a sociedade para a reprodução do Capital. "O poder se articula

---

[2] Ao referirmos ao Tempo com o "T" (maiúsculo) estamos considerando o Tempo natural, o tempo orgânico. Quando nos referimos ao tempo com "t" (minúsculo) damos o significado ao tempo artificial, o tempo do relógio.

diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização" (FOUCAULT, 2007, p.136).

Qualificar o tempo empregado nas atividades, regulamentar os horários e definir o ritmo coletivo dos indivíduos é a base para a produção do corpo disciplinado, dócil e útil. Com essas técnicas, "o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos de poder" (FOUCAULT, 2007, p.129). A domesticação, a decodificação instrumental, a capitalização e o quadriculamento cerrado do tempo, dos espaços e dos corpos, são estratégias utilizadas pelos aparelhos de poder para intensificar, normatizar e organizar as forças produtivas do capitalismo.

1.1.4 Controle dos movimentos: práticas para um bom adestramento

A terceira forma de domesticação e adestramento é a "disciplina dos gestos", onde através do ordenamento do espaço e da decomposição utilitária do tempo, são traçados meios de condicionar o corpo à limitados movimentos e ações, produzindo com esses condicionantes um corpo-objeto, um instrumento manipulável e calculado. Assim, "a disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente" (FOUCAULT, 2007, p. 138).

A redução funcional dos movimentos insere o corpo em uma maquinaria estrutural, transforma-o em objeto, em engrenagem, em peça de um mecanismo controlado e orquestrado pelas forças do Capital. A disciplina aplicada aos gestos, a articulação com o maquinário e a eficácia dos movimentos, são técnicas de sujeição do corpo e, sobretudo, intervém diretamente, na individualidade e na subjetividade dos sujeitos.

> O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e "celular", mas também natural e "orgânica". (FOUCAULT, 2007, p. 132)

Essas técnicas estão ligadas a um modo de funcionamento do poder - dirigir e manipular comportamentos, fornecer continuidade e garantir a coerção

ostensiva, são elementos estritamente ligados ao biopoder, uma forma singular de domesticar e promover a reificação dos corpos.

Não podemos perder de vista que a sociedade disciplinar é um projeto de sociedade, uma produção de relações condicionadas por condicionantes disciplinares que tem por efeito e objetivo o adestramento social e a sujeição das forças produtivas em favorecimento à ordem econômica vigente.

> O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las, utilizá-las num todos. (...). Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para a multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2007, p. 143).

Como vimos, a biopolítica é uma política de poder que tem o corpo como alvo principal. Seu funcionamento se dá através de exaustivas práticas de administração, controle e domínio sobre os corpos; opera por via dos aparelhos e dispositivos de poder; condiciona, mecaniza e racionaliza as relações sociais; tem como finalidade a produção de corpos-dóceis, corpos-objetos e corpos-instrumentos que sejam obedientes e naturalizem sua condição de existência, sua exploração, sua alienação e sua composição na conjuntura política de produção do Capital e para que, de modo dócil, os indivíduos sejam coniventes às multifacetadas violências geradas por essa estrutura.

Essa política de poder (biopoder) e organização social dos corpos (biopolítica) foram geradas através do espraiamento da disciplina e da produção do poder disciplinar. Esses mecanismos atuaram ativamente para a normatização da sociedade; contribuíram para a “fabricação” de corpos produtivamente ativos e úteis, mas politicamente passivos e condicionados; auxiliaram a classificação, distribuição e hierarquização social, no adestramento coletivo e na objetivação dos indivíduos. “Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (FOUCAULT, 2016, p. 237).

Esse processo de disciplinarização social não visa, essencialmente, a repressão e a punição, mas sim a instrumentação e a legislação dos corpos

para, dessa forma, operar sua domesticação e dominação. A disciplina é um eficaz dispositivo de poder, ela se infiltra nos aparelhos de poder (escolas, fábricas, oficinas, exército, prisões, hospitais, entre outros) e através das sutilezas dos detalhes, das invisibilidades do controle e da implacabilidade das regras, promove a possessão dos corpos (FOUCAULT, 2007).

> O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares do poder que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismos de poder que em vez de vir “em dedução”, integram-se de dentro à eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e à utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro” (FOUCAULT, 2007, p. 180).

Portanto, devemos nos ater que a principal funcionalidade da disciplina é a produção de relações. A disciplina é uma forma de produção de poder, ela produz relações e constrói realidades. Ela determina o aceitável e o normal. Em contrapartida, indica, denomina e não aceita o anormal; ela gerencia e direciona os caminhos dos indivíduos; produz uma rede quase infinita de relações entre os corpos, os sujeitos e os aparelhos de poder; a disciplina subtrai a subjetividade e fabrica uma sociedade dócil, adestrada e condicionada aos aparelhos (re) produtores do Capital.

> O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2007, p. 161).

Seguindo a linha de pensamento de Foucault (2002; 2007; 2008; 2016), podemos perceber que se o poder disciplinar tivesse apenas a função de reprimir, coagir, censurar e causar o impedimento ele seria muito frágil. O poder é produtor, ele produz relações, desejos, vivências e, principalmente, saber. “Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2016, p. 239), o “sistema de

‘disciplina-normalização’, parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo” (FOUCAULT, 2002, p. 64).

A produção unilateral e coletiva de realidades e de verdades criou um modelo de sociedade; uma organização social baseada na disciplinarização que, para além de controlar, também diferencia os corpos. As disciplinas “caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros e, levando ao limite, desqualificam e invalidam” (FOUCAULT, 2007, p.183). “A repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, que criam e que produzem” (FOUCAULT, 2002, p 65).

> A disciplina normaliza, e isso não pode ser contestado (...). A disciplina, é claro, analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro. É isso esse célebre quadriculamento disciplinar que procura estabelecer os elementos mínimos de percepção e suficientes de modificação (FOUCAULT, 2008, p. 74-75).

Esse quadriculamento estrutural produzido pelos mecanismos de poder disciplinar tende a categorizar os corpos e incluí-los em uma maquinaria binária entre inclusão/exclusão, aceitação/não aceitação, normal/anormal, útil/inútil. Inclina-se a produzir regras de receptividade e acolhimento àqueles que estão dentro da norma disciplinar e que fazem parte da estrutura de dominação social, e regras de exceção e restrição aos corpos estigmatizados, que foram deixados e encontram-se fora dos círculos de poder.

1.2 Biopolítica, classificação dos corpos e marcadores exclusão

Esse processo de hierarquização social e ajustamento de corpos através dos mecanismos disciplinares produzem inúmeros marcadores de exclusão. O poder disciplinar procura individualizar os excluídos (pelo próprio poder), categorizá-los em uma classe (geralmente a materialmente mais vulnerável) e marcá-los como sujeitos fora do ordenamento, ou seja, indivíduos anormais, instáveis e tendenciosos a viver fora das normas outorgadas. Com os seus

devidos marcadores, esses corpos são sujeitados a um controle funcional e ao isolamento social.

> Divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-não perigoso; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo; como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante etc.). De um lado, impõem aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares permite marcar e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão (FOUCAULT, 2007, p. 165).

A divisão permanente, produzida por esses marcadores, é fundamental para o funcionamento capilar do poder disciplinar. Esquadrinhar, condicionar, medir, coagir e controlar os corpos em espaços segregados e normatizados faz parte de um conjunto de técnicas e de instituições e destina-se a perpetuação de um projeto de sociedade. Onde no horizonte dessa concepção social está a produção de indivíduos úteis economicamente e dóceis politicamente; corpos consumíveis e descartáveis; sujeitos matáveis e não matáveis, vidas dignas e indignas de serem vividas; seres passíveis de humanidade e aqueles que não possuem a condição humana.

> Esse novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 2016, p. 291).

Essa polaridade, produzida pelas disciplinas, fomenta uma sociedade fragmentada, regida por dois universos distintos e paradoxalmente unidos, uma estrutura binária que perpassa toda a organização social. Em outras palavras, esse fenômeno elaborou duas categorias de indivíduos, dois grupos em constantes conflitos. Não estamos nos referindo às classes sociais, muito menos à luta de classes, essa fissura no quadro social forjou duas espécies humanas diferentes, produziu ideológica e socialmente o conceito de “raça”.

> O corpo social é no fundo articulado a partir de duas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esses enfrentamentos das raças, que encontramos formulada já no século XVII e como que a matriz de todas as formas sob as quais, em

> seguida, investiremos a fisionomia e os mecanismos da guerra social (FOUCAULT, 1999, p.71).

Segundo Foucault (1999), a binaridade que envolve a questão racial, desenvolve um racismo biológico-social, uma relação de inimizade interna provocada e intensificada pelas forças disciplinares e ideológicas do Estado. A segregação dos corpos, atrelada com a racialização, é diluída no tecido social através de discursos e práticas racistas que favorecem àqueles que detêm o poder dos aparatos disciplinares. Para manter esse ordenamento racialmente definido, “todas as instituições, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (FOUCAULT, 1999, p. 73).

> O desenvolvimento de um racismo biológico-social, com a ideia que é absolutamente nova e que vai fazer o discurso funcionar de modo diferente – de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária da sociedade, não é o enfrentamento de duas sociedades exteriores uma a outra: é o desdobramento de uma mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça (FOUCAULT, 1999, p. 72).

O discurso de superioridade e unicidade racial circula e organiza as relações entre pessoas, instituições e jurisdições. A “raça superior”, considerada original e pura, atua para a eliminação e supressão da “raça inferior”, considerada degenerada, mácula e corrompida. Desse modo, temos “uma verdadeira guerra das raças” (FOUCAULT, 1999, p. 89): de um lado, uma raça que detêm o poder e a legitimidade da norma, e de outro temos outra raça, aqueles que foram deixados e permanecem alheios a essa norma.

A produção do indivíduo dentro da norma, o sujeito normal, é elementar para produzir o indivíduo fora da norma, o sujeito anormal. Esse processo de normalização das multiplicidades sociais é base para a produção do racismo biológico-social. Um “racismo contra os indivíduos, que sendo portadores de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer que podem transmitir a seus herdeiros” (FOUCAULT, 2002, p. 403).

Os conflitos de supressão da "sub-raça" tornam-se elementos essenciais para a manutenção dos privilégios da "raça superior", contribui para a ampliação da discrepância entre os indivíduos e aparelha o Estado em benefício apenas da raça considerada proeminente. Essas condições são condicionantes estruturais para o desenvolvimento de um racismo de Estado. "Um racismo que terá por função não tanto a prevenção ou defesa de um grupo contra o outro, quanto a detecção, no interior mesmo de um grupo, de todos que poderão ser efetivamente portadores do perigo, um racismo interno" (FOUCAULT, 2002, 403).

> Um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normatização social (FOUCAULT, 1999, p. 73).

Mbembe (2018) faz um breve resumo relacionando a produção social da raça com o biopoder e, ao mesmo tempo, salienta a função genocida do racismo de Estado:

> O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre vivos e mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outro. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) "racismo".
> Que a "raça" (ou na verdade o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável (MBEMBE, 2018, p.17).

Além de biopolítica e todos seus aparatos de disciplinarização, segregação e dominação, para pensar em necropolítica, Mbembe (2018) também se respalda nos conceitos de *homo sacer* e vidas nuas, de Agamben (2002). Porque, como já mencionado, a necropolítica é um processo complexo, onde vários condicionamentos sociais estão sobrepostos e organizam a sociedade através da exclusão, do silenciamento dos corpos e na decisão unilateral de quem deve viver e de aqueles que precisam morrer.

1.3 A produção do *Homo Sacer* e da vida nua

Como vimos, a biopolítica e o biopoder são mecanismos disciplinares que procuram produzir a domesticação e a docilidade dos corpos, visam à reprodução de um modo homogêneo de sociedade e a reprodução impetuosa do sistema capitalista e do capital. Sobre a biopolítica, Agamben (2002) argumenta:

> Em particular, o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível sem, nesta perspectiva, o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os "corpos dóceis" de que necessitava (AGAMBEN, 2002, p. 9).

Além de admitir e dar legitimidade aos conceitos de biopolítica e biopoder, Agamben (2002) se lamenta e reconhece que "a morte impediu que Foucault desenvolvesse todas as implicações do conceito de biopolítica e mostrasse em que sentido teria aprofundado ulteriormente a sua investigação" (AGAMBEN, 2002, p.11). Nesse sentido, o autor se propõe a aprofundar essa questão fazendo conexões entre Platão em seu livro "A República" e os conceitos difundidos pela Escola de Frankfurt[3], dialogando principalmente com Hannah Arendt e Walter Benjamim.

Agamben (2002) via nesse horizonte biopolítico, o que ele alega ser a politização da vida e compromete-se a fazer uma genealogia para investigar o ingresso da *zoé* (vida natural) na esfera da *polis* (vida política). Para tal empreitada, debruça-se no cerne da sociedade ocidental, a Grécia antiga.

> Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que

[3]Escola de Frankfurt (em alemão: FrankfurterSchule) é uma escola (ou vertente) de teoria social e filosofia, particularmente associada ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt/Francoforte, na Alemanha. A escola inicialmente consistia de cientistas sociais marxistas dissidentes que acreditavam que alguns dos seguidores de Karl Marx tinham se tornado "reprodutores" de uma limitada seleção de ideias de Marx, usualmente em defesa dos partidos comunistas ortodoxos. Entretanto, muitos desses teóricos admitiam que a teoria marxista tradicional não poderia explicar adequadamente o turbulento e inesperado desenvolvimento de sociedades capitalistas no século XX. Críticos tanto do capitalismo e do socialismo da União Soviética, os seus escritos apontaram para a possibilidade de um caminho alternativo para o desenvolvimento social.

> indicava a forma ou a maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo (AGAMBEN, 2002, p. 9).

Essa diferenciação que os gregos antigos faziam era fundamental para a organização de sua sociedade e a hierarquização dos corpos. De um lado a *zoé,* o mero fato de viver, a simples vida natural, uma existência excluída da *polis*, banalmente uma vida reprodutiva, desqualificada e indigna. Do outro a *bíos,* um modo particular de existência, uma vida politicamente qualificada, honrada e digna de ser vivida.

Essa relação entre política e vida, produziu alguns pares dialéticos, entre eles, trago nesse momento, a “exclusão inclusiva”, onde o indivíduo é excluído através de sua inclusão. Ou seja, o sujeito é, sumariamente, incluído em uma ordem social, categorizado de acordo com princípios alheios e colocado à margem do poder, incapacitado de existência política e excluído de todo o processo organizacional da sociedade (AGAMBEN, 2002).

Esse movimento é paradoxo e complexo, pois ao mesmo tempo que politiza a vida, organizando os corpos dentro de uma estrutura e condicionando-o aos dispositivos de poder, ele despolitiza indivíduos, negando-os seus direitos políticos, justamente porque sua existência foi politizada.

Essa politização da vida, através da oposição social entre *zoé/bíos,* atrelado à estrutura de exclusão inclusiva, transcendeu o tempo e, na modernidade ocidental, deu origem às “vidas nuas”.

> A “politização” na vida nua é a tarefa metafísica por excelência, na qual se decide da humanidade do vivente homem, e, assumindo essa tarefa, a modernidade não mais do que declara a própria fidelidade à estrutura essencial da tradição metafísica. A dupla categorial fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas vida nua-existência política, *zoé-bios,* exclusão-inclusão. A política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação como ela numa exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2002, p. 16).

Essa estrutura de exclusão inclusiva categoriza os corpos e, segundo Agamben (2002), produz uma relação de matabilidade e desresponsabilidade do soberano sobre esses indivíduos que foram categorizados por esse sistema de abandono. Estes sujeitos sobrevivem em uma conjuntura “na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exceção (ou seja, de sua absoluta matabilidade)” (AGAMBEN, 2002, p. 16).

Portanto, as vidas nuas (*zoé*) são produções sociais, corpos racializados e estigmatizados que vivem em estado de exceção contínuo, no limiar entre vida e morte; dentro e fora da norma; entre direito e violência produzidos pela decisão soberana (AGAMBEN, 2002).

Outro conceito que o autor utiliza para entender a profundidade e estender a definição de vida nua é o conceito de *Homo Sacer*. Assim como os conceitos anteriores, este é carregado de complexidades e contradições.

Homo Sacer é uma definição retirada do antigo código penal do direito criminal romano, na qual ao ser condenado por cometer um crime não tão grave que o levasse à pena de morte, mas também não tão brando que o livrasse de uma severa punição, o sujeito era colocado em uma situação de exceção, de suspensão de todos seus direitos como cidadão e como ser humano.

Dessa maneira, todo e qualquer crime cometido contra esse sujeito em situação de exceção (*Homo Sacer*) não era passível de punição, o *Homo Sacer* poderia ser assassinado ou escravizado, sob qualquer circunstância, sem que o agressor respondesse juridicamente por essa morte ou pela ilegal hiper exploração desse corpo marcado pela justiça soberana.

Vemos aqui, mais um paradoxo produzido pela exclusão inclusiva, pois os direitos do indivíduo foram suspensos e ele foi jogado para fora da condição humana, simplesmente pelo fato de estar enquadrado no interior de um desigual sistema de ordenamento social e jurídico.

Além da plena matabilidade física e social aplicada ao *Homo Sacer*, o sujeito colocado nessa condição torna-se alguém insacrificável, ou seja, esse corpo é estigmatizado como impuro, indigno, maligno e sujo, não sendo passível nem de sacrifício aos deuses. O *Homo Sacer* é um sujeito categorizado e condicionado a dois tipos de punições: no mundo terreno, é colocado em um patamar absolutamente matável, e no plano sacro, é desclassificado e desqualificado, considerado um ser amaldiçoado e não autorizado a viver o plano espiritual.

> Se isto é verdadeiro, a *sacration* configura uma dupla exceção, tanto dos *ius humanum* quanto do*iusdivinum,* tanto do âmbito religioso quanto do profano. A estrutura topológica, que esta dupla exceção desenha, é aquela de uma dúplice exclusão e de uma dúplice

> captura, que apresenta mais do que uma simples analogia com a estrutura de exceção soberana (AGAMBEN, 2002, p. 90).

Essa extrema condição *inhumana,* imposta ao *Homo Sacer,* deixava-o em um estado de absoluta matabilidade e o tornava insacrificável, ele era posto para fora da jurisdição humana, seus direitos fundamentais eram suspensos e sua “aceitação divina” negada.

Esse indivíduo, expulso do mundo dos humanos e não aceito no mundo divino permanecia em uma situação marginalizada entre os dois mundos. Qualquer violência contra o *homo sacer* não constituía em sacrilégio e nem em crime, “esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio” (AGAMBEN, 2002, p. 90).

Uma vez que todos os seus direitos foram suspensos, poder-se-ia dizer que o *Homo Sacer* era um sujeito livre das normas do soberano, mas não, muito pelo contrário, essa condição o enquadrava como o principal objeto do poder da soberania, deixava-o dentro de um ordenamento jurídico de extrema rigidez e o colocava em um patamar de vida nua, vida caçada, desqualificada e indigna de ser vivida.

Para Agamben (2002), o soberano (Estado) é o único legalmente capaz de decidir entre a sacralidade da vida e da morte, assim, exerce seu poder de decisão de acordo com seus interesses. A produção da vida nua (*Homo Sacer*), uma existência absolutamente descartável, se politiza através de sua própria matabilidade, a politização dos corpos consiste na categorização e no isolamento da vida matável e insacrificável.

Neste ponto, percebemos que entender o sistema binário entre *zoé/bíos,* a condição de *Homo Sacer* e a construção social das vidas nuas orienta-nos em várias questões, mas somente isso não dá conta de compreendermos as dinâmicas e as relações das sociedades ocidentalizadas e modernas.

A polaridade entre vida nua-existência política só tem fundamento e sentido se questionarmos quem é, ou quem são, os organizadores dessa ordem social. Dessa maneira, precisamos interpelar quem regula essas (des) regularidades; quem mantém esse tipo de desenvolvimento social; quem decide sobre as potencialidades da vida; sobre sacralidade e matabilidade dos

corpos. Neste momento, temos que nos ater à construção do poder soberano, ou seja, a produção do poder do Estado.

1.4 O paradoxo poder do Soberano e o latente estado de exceção

Para Agamben (2002), o soberano é aquele que tem o poder jurídico de decidir sobre a legalidade, a validade e a suspensão das leis. Em outras palavras, o soberano é aquele que tem o poder absoluto e o monopólio da decisão. Por mais simples que essa afirmação pareça ser, a construção simbólica do poder de decidir é muito profunda e emaranhada por contradições, por causa disso, precisamos de muita cautela para não cairmos em um reducionismo conceitual.

A complexidade dessa questão começa em seu paradoxo. Segundo o autor, o soberano está, “ao mesmo tempo”, dentro e fora do ordenamento jurídico. “A especificação ‘ao mesmo tempo’ não é trivial: o soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora dela” (AGAMBEN, 2002, p.23). Esse é o paradoxo da soberania, é o que mantém a norma e garante o poder do soberano.

> Não existe nenhuma ordem que seja aplicável ao caos. Primeiro se deve estabelecer a ordem: só então faz sentido o ordenamento jurídico. É preciso criar uma situação normal, e o soberano é aquele que decide de modo definitivo se este estado de normalidade reina de fato. Todo o direito é ‘direito aplicável a uma situação’. O soberano cria e garante a situação como um todo na sua integridade. Ele tem o monopólio da decisão última (AGAMBEN, 2002, p. 24).

Apoiado por seus aparatos jurídicos, o soberano cria a norma; decide sobre a situação de normalidade/anormalidade; implanta a regra/punição e, através de uma visão unilateral e monolítica, institui uma forma de organização social. Esses conjuntos de elementos fazem a manutenção e são essenciais para a produção da soberania.

Além da exclusividade do poder de decisão e, consequentemente, da normatização, o soberano também tem sob seus domínios a autoridade de decretar o estado de exceção e o estado de sítio. Ao promulgar a suspensão da lei, através da própria lei, o soberano faz com que a exceção confirme a

regra, assim como *zoé/bíos,* o indivíduo e/ou o território, são condenados e incluídos em um sistema de exclusão inclusiva.

> A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é aquilo que é excluído não está, por causa disso, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma de suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta (AGAMBEN, 2002, p. 25).

A contradição desse mecanismo de exceção produz uma tênue e dialética relação de limite entre aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora, mesmo todos estando dentro de um único sistema jurídico. Para Agamben (2002) “aquilo que não pode ser em nenhum caso incluído, vem a ser incluído na forma da exceção” (p. 32). Com isso, “não é a exceção que subtrai à regra, mas a regra que, suspendendo-se, dá lugar à exceção e somente deste modo se constitui como regra” (AGAMBEN, 2002, p.25).

O autor também salienta que essa relação de exceção, que inclui algo unicamente através de sua exclusão, produz um “limiar de indiferença”, uma indefinição entre externo e interno, onde o único capaz de decidir é o soberano. Assim, a “soberania se apresenta na forma de uma decisão sobre a exceção. A decisão não é aqui a expressão da vontade de um sujeito hierarquicamente superior a qualquer outro, mas representa a inscrição, no corpo do *nómos*” (AGAMBEN, 2002, p.33).

Em outras palavras, o soberano se reveste do direito constituinte das leis para normatizar a sociedade de acordo com suas necessidades e interesses. “O direito tem caráter normativo, é ‘norma’ (no sentido próprio de ‘esquadro’) não porque comanda e prescreve, mas enquanto deve, antes de mais nada, criar o âmbito da própria referência na vida real, normatizá-la” (AGAMBEN, 2002, p.33).

> Se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não é então, nem um conceito exclusivamente político, nem uma categoria exclusivamente jurídica, nem uma potência externa ao direito (Schmitt), nem a norma suprema do ordenamento jurídico (Kelsen): ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão (AGAMBEN, 2002, p.35).

Revestido pelo direito e suas leis, o soberano orquestra as relações político-administrativas de seu território e organiza-o de acordo com suas demandas. Independentemente da forma, seja pelo poder da decisão ou pela brutalidade da violência, a vontade soberana e seus desejos são legalmente atendidos, “o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência transpassa em direito e o direito em violência” (AGAMBEN, 2002, p. 38). Mais uma vez, o paradoxo da soberania se faz presente, a violência promovida pelo soberano não é entendida como tal, mas sim um meio de manter a ordem, não a ordem coletiva, a ordem soberana.

Para Agamben (2002) na modernidade, o Estado substitui a figura do soberano, essa mudança não altera a forma de agir da soberania, mas, segundo o autor, há uma quebra em seu *nómos,* seu poder é dividido em dois núcleos, é fracionado entre os “poderes constituídos” e os “poderes constituintes”. Á primeira vista, parece algo irrelevante, mas ao nos aprofundarmos nessa questão perceberemos que essa fratura é a nômada da organização social do poder da soberania moderna.

> Os poderes constituídos existem somente no Estado: inseparáveis de uma ordem constitucional preestabelecida, eles necessitam de uma moldura estatal da qual manifestam a realidade. O poder constituinte, ao contrário, situa-se fora do estado; não lhe deve nada, existe sem ele, é a fonte cujo uso que se faz de sua corrente não pode jamais exaurir (AGAMBEN, 2002, p. 47).

O nexo entre poder constituído e poder constituinte serve de alicerce e manutenção das relações soberanas sobre a sociedade. É uma aliança retroalimentada, onde um poder se baseia e se alimenta do outro para manter-se enquanto *nómos* soberano. Assim, o poder da soberania está, paradoxalmente, dentro e fora do Estado e se preserva através de alianças com a *bíos*, as vidas dignas e politicamente qualificadas, e se mantém por meio da repressão e da violência estrutural sobre a *zoé*, as vidas desqualificadas politicamente e indignas de serem vividas.

Agamben (2002) entende que, independente do seu modo, a violência é marca principal desses dois poderes, compara “o relacionamento entre poder constituinte e poder constituído como aquele entre violência que põe o direito e a violência que o conserva” (idem, p. 47). Em outras palavras, o Estado utiliza a

legitimidade da violência de seus poderes como meio para garantir sua soberania, organizar a sociedade de acordo com os interesses da *bíos* em detrimento a *zoé* e, por consequência, produz as vidas nuas.

Na modernidade, a condição de vidas nuas adquire outra dimensão. Segundo este autor, há uma generalização desse processo, a decisão soberana sobre estado de exceção e absoluta matabilidade deixa de ser um status individual e alcança proporção coletiva. Sendo assim, no Estado moderno, o *homo sacer* não é apenas um indivíduo, mas sim uma categoria, um meio de classificar grupos sociais ou populações inteiras. Dessa maneira "a violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto, mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado" (AGAMBEN, 2002, p. 113). O estado de exceção é continuamente operante no estado civil na forma da decisão soberana.

Quando populações inteiras, ou determinados grupos humanos, são categorizados como *homo sacer*, surge o que Agamben (2002) denomina de relação de bando.

> A relação de exceção é uma relação de bando. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que sua vida e direito, externo e interno, se confundem. (...) É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: "não existe um fora da lei". A relação originária da lei com a vida não é aplicação, mas o abandono (AGAMBEN, 2002, p. 36).

Nessa perspectiva, o bando tem todos os relacionamentos sociais rompidos, menos a relação de exceção com o soberano (Estado), abandonados pelo *nomós* da soberania, essas existências foram incluídas em uma conjuntura social que os excluem, uma inclusão exclusiva.

Há uma diferença elementar entre "exclusão inclusiva" e "inclusão exclusiva". No primeiro caso, o indivíduo participa de um regime político-jurídico, um conjunto de leis, onde ao cometer algum crime ele é excluído por estar incluído nessas ações normativas. No segundo, o sujeito é categoricamente incluído em um ordenamento social, onde sua única finalidade é a exclusão. Este último, diferente do primeiro, o sujeito perdeu a possibilidade de escolha, foi abandonado pelo direito e a decisão soberana já está

decretada, este é uma vida nua, uma vida matável e descartável, um *homo sacer* que não cometeu nenhum delito.

> Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida humana matável e insacrificável: o homo sacer. Se chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do soberano (...) justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2002, p.91).

Desse modo, a relação de poder criada pelos gregos na antiguidade se atualiza na modernidade, mas dessa vez mais letal, mais sistêmica e mais ampla. A vida de muitos indivíduos (*zoé*) é incluída em um ordenamento (*polis*), unicamente sob a forma de exclusão, transformando sua existência em algo vulnerável, frágil e descartável. Em contraposição, outros sujeitos (*bíos*), viventes e incluídos no mesmo ordenamento, gozam de uma sociedade estável, de bem-estar social garantido e de direitos plenos.

Portanto, para compreender a dinâmica da sociedade moderna, Agamben (2002) reafirma os conceitos foucaultianos (biopolítica e biopoder) e se propõe a investigar o marco da politização da vida. Para tal, regressa ao berço da sociedade ocidental, Grécia e Roma Antiga, e se aprofunda nas antagônicas relações entre *zoé/bíos*, na complexa construção social do poder soberano e também no código criminal romano onde retira sua máxima, *homo sacer*.

Ao exercer esse retorno, Agamben (2002) nos traz uma série de contradições estruturais que resultou na produção da vida nua, uma vida indigna de ser vivida, absolutamente matável e inserida em um sistema de (des) regularização social. Uma rede assimétrica de poderes onde na modernidade, produziu o bando do soberano, a vida nua em larga escala.

Nesse processo, povos e populações inteiras foram marginalizadas, categorizadas e classificadas dentro desse tipo de ordenamento social. Essa política de organização e hierarquização dos corpos, promovida pelo poder soberano (Estado), produziram vidas totalmente descartáveis e corpos integralmente matáveis (AGAMBEN, 2002).

1.5 Necropolítica: uma política administrativa da morte

Essencialmente a necropolítica é uma política centrada na produção de um dirigismo mortífero e na eliminação em massa de segmentada parcela da sociedade. É uma estrutura muito complexa de administração e de controle que determina a organização social dos corpos e produz uma conjuntura de deteriorização, repúdio e destruição de sujeitos que são considerados descartáveis pelo poder soberano. (MBEMBE, 2018).

Mbembe (2018), parte do conceito de soberania desenvolvido por Foucault (1999) e expandido por Agamben (2002), para legitimar o perverso processo de extermínio dessa população descartada e alocada às margens de seus direitos fundamentais.

> A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 5).

A construção da soberania se dá através de mecanismos de segregação e classificação social, um projeto de civilidade onde “a vida e a morte” estão intimamente ligadas ao poder e a decisão do soberano. Mbembe (2018) considera que para manter a reprodução das relações capitalistas, é necessário promover uma verdadeira “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações inteiras” (MBEMBE, 2018, p. 11).

Para este autor, o desmantelamento material e imaterial dos corpos e das relações humanas não é obra isolada ou fruto de políticas administrativas que fracassaram em seus propósitos, pelo contrário, o extermínio e o massacre daqueles considerados o “bando do soberano” são, racionalmente, estruturados através de medidas que desprezam predeterminadas vidas.

Sendo o soberano (Estado) aquele que pode violar suas próprias proibições, sua força destrutiva – atrelada aos dispositivos de disciplina e negação da vida – produz uma política voltada para o controle social através do gerenciamento da morte. Uma lógica inversa e perversa de violação de

determinados corpos e segmentadas existências humanas, uma política administrativa voltada exclusivamente ao genocídio (MBEMBE, 2018).

> O mundo da soberania é o mundo no qual o limite da morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. (...) Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, a soberania exige que “a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, estará sob condições que o costume define” (MBEMBE, 2018, p. 15).

Dessa maneira, o soberano (Estado) representa a violação e a transgressão de todos os limites e, por meio da política, o poder da soberania dissemina a morte em larga escala e exerce o seu direito legítimo de matar. Além de se basear nesses conceitos de soberania, Mbembe (2018) também reconhece que o bando do soberano é o seguimento social que está sempre na emergência do estado de exceção e de sítio e essa relação de inimizade gerada pelo poder do soberano, produz um inimigo ficcional, uma vida nua, um corpo amaldiçoado e matável, e contra esse que foi escolhido como opositor tudo é legítimo, lícito e justificado.

Como descrito anteriormente, na Idade Moderna a noção de vidas nuas, aquelas vidas desqualificadas e indignas de serem vividas, deixa de ser um status individual e transforma-se em uma categoria social. Foucault (1999), Agamben (2002), Mbembe (2018) reconhecem que na modernidade a criação do conceito de “raça” e o racismo foram projetos políticos fundamentais para a transformação de alguns estigmatizados seres humanos em vidas nuas, corpos descartáveis e existências absolutamente desnecessárias.

Sobre essa questão, Foucault (1999) alega:

> Nesse discurso em que se trata da guerra entre as raças em que o termo “raça” aparece bastante cedo, fica bem claro que essa palavra mesma – “raça” – não é pregada a um sentido biológico estável. No entanto, essa palavra não é absolutamente variável. Ela designa, finalmente, uma certa clivagem histórico-política, ampla sem dúvida, mas relativamente fixa. Dirão, e nesse discurso dizem, que há duas raças quando se faz a história de dois grupos que não tem a mesma origem local; dois grupos que não têm, pelo menos na origem, a mesma língua e em geral a mesma religião (...). Enfim, dirão que há duas raças quando há dois grupos que, apesar de diferenças, de dissimetrias, de barragens devidas aos privilégios, aos costumes e aos direitos, à distribuição de fortunas e ao modo de exercício de poder (FOUCAULT, 1999, p.89-90).

Agamben (2002) segue essa linha de análise e afirma que:

> A “vida indigna de ser vivida” não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do homo sacer, sobre a qual se baseia o poder do soberano (...). Na perspectiva da biopolítica moderna, ela se coloca sobretudo na intersecção entre a decisão soberana sobre a vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação, e assinalar o ponto em que a biopolítica converte-se necessariamente em tanatopolítica (AGAMBEN, 2002, p. 149).

Mbembe (2018) expõe a perversidade da racialização dos corpos, aponta as fragilidades do pensamento de classe e exibe os condicionamentos estruturais que a ideia de “raça e racismo” traz consigo.

> Que a “raça” (ou, na verdade, o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas Ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou da dominação a ser exercida sobre eles. (...) Na economia do biopoder, a função do racismo é regularizar a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18).

Desse modo, Foucault (1999), Agamben (2002) e Mbembe (2018) aferem que a produção de uma ideologia racial foi um crivo decisivo para a reprodução sistemática da biopolítica e para o desenvolvimento de uma política genocida de Estado, uma necropolítica. Através do racismo, o projeto político de soberania do Estado se edificou e dividiu a sociedade em dois compartimentos, duas estruturas sociais racionalmente e racialmente distintas.

Portanto, “o racismo não é, pois, vinculado por acidente ao discurso e à política anti-revolucionaria do Ocidente; não é simplesmente um edifício ideológico adicional que teria aparecido em dado momento” (FOUCAULT, 1999, p.95), o racismo é, sim, um projeto político, um plano de Estado e acima de tudo, um sistema de poder.

> Enfim, o tema do Estado, que era necessariamente injusto na contra história das raças, vai se transformando no tema inverso: o Estado não é instrumento de uma raça contra a outra, mas é, e deve ser, o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça (FOUCAULT, 1999, p. 95).

Nesse momento trazemos para a discussão Franz Fanon, outro colaborador que Mbembe (2018) utilizou para produção do conceito de necropolítica. Fanon (1968) foca parte de sua pesquisa no permanente estado de violência desenvolvido pelo colonialismo; se aprofunda na necessidade europeia de racializar e marginalizar os colonizados a fim de promover a sua ultraexploração; e também considera o racismo como principal instrumento político e ideológico que autorizou inúmeras brutalidades, abusos e o extermínio de grande parte da população colonizada.

1.6 O Mundo colonial e o racismo como projeto político e ideológico

Fanon (1968) alega que o racismo foi um projeto político e ideológico que inseriu o mundo colonial em uma esfera sistêmica de violência e fez com que os territórios colonizados e seus habitantes sofressem todo o tipo de atrocidades que a racionalidade europeia pôde produzir.

Dessa maneira, nas colônias era autorizado o extermínio de populações locais, o abuso sexual dos nativos, suplícios, torturas, execuções públicas, esquartejamento e mutilação como forma de punição ou até mesmo de diversão. Os territórios colonizados eram áreas delimitadas e demarcadas pelas múltiplas violências, nesses lugares tidos como exóticos tudo era permitido, tudo era legitimado, as ações eram ordenadas pelo discurso racista de superioridade humana e regido através das racionais perversidades dos colonizadores.

Para Fanon (1968) “o mundo colonial é dividido em compartimentos” (FANON, 1968, p. 27). Ou seja, a colônia é um lugar cindido em dois e orquestrado pela violência em seu estado mais puro, onde através do racismo foi encontrado subsídio ético, moral e jurídico que autorizava (e autoriza) ações impraticáveis na metrópole, mas, deliberadamente, aceitas e consentidas nas colônias.

Em outros termos, o conceito de raça transformou os seres humanos que habitavam os territórios colonizados em condenados da terra, seres humanos, transformados em objetos absolutamente descartáveis, corpos em condição de irrestrita matabilidade e expostos aos abusos e violações dos

invasores. O racismo foi o instrumento ideológico que segmentou a sociedade colonial e guiou o genocídio dos povos nativos.

> O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou á moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (FANON, 1968, p. 31).

O discurso animalista era elemento comum da racialização e da desumanização dos povos colonizados, submeter os povos originários a condição de animais "bestializados" e não dotados de civilidade eram costumes habituais dos colonizadores.

> Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos dos repteis do amarelo, às emanações da cidade indígena, às hordas, ao fedor, á população, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário (FANON, 1968, p.31).

Para Fanon (1968) essa violência estrutural do colonialismo criou raízes profundas na organização social desses territórios e arquitetou uma sociedade morfologicamente segregada e sistematicamente maniqueísta.

No mundo colonial, ideia de superioridade racial produziu ambientes díspares de sociabilidade para as duas "raças" envolvidas; pavimentou o avanço material e imaterial dos colonos e seus herdeiros, em contrapartida, condicionou os colonizados e seus descendentes a uma condição de raça inferior; a uma existência dotada de violências sistêmicas; a ambientes insalubres; também impulsionou a produção de vidas indignas de serem vividas, produziram corpos viventes em condições de extrema vulnerabilidade e indivíduos desprovidos de humanidade (FANON, 1968).

Esse desajuste nas condições de sobrevivência foi, e continua sendo, muito eficaz para a manutenção das relações de poder dentro dos territórios colonizados. As cidades coloniais foram desenvolvidas em comunhão a esses

mecanismos de ordenamento racial e os espaços urbanos progrediram de acordo com esses condicionamentos sociais.

Dessa forma, no colonialismo, racismo e a violência, ambos sistêmicos e cruciais, concretizavam-se e se faziam visíveis nas estruturas sólidas dos espaços habitados. Referente a essa questão, Fanon (1968) alega que havia duas cidades no mundo colonial, a cidade do colono e a cidade do colonizado.

Sobre a cidade do colono:

> A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono, nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros (FANON, 1968, p. 28).

Sobre a cidade do colonizado:

> A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados, aí se nasce não importa aonde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma sociedade de negros, uma cidade de árabes (FANON, 1968, p. 29).

A cidade do colonizado é muito parecida com a “cidade pestilenta”, uma das bases da biopolítica, descrita por Foucault (2007):

> A peste como forma real, e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos se lê o terror dos contágios, da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (...). O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2007, p. 165).

A cidade do colono, aquele que possui o status de pertencer à raça superior, é um lugar sadio e seguro. Um ambiente harmonioso onde o poder

público atua para a manutenção da ordem e do bem-estar coletivo. Ali estão os escolhidos do soberano (Estado), eles desfrutam uma vida de abundância material e estabilidade imaterial. Os colonizadores forjaram esses espaços e fortificaram suas barreiras para impedir que os colonizados também gozassem desse privilégio. Uma cidade de brancos e estrangeiros.

A cidade do colonizado, era o espaço destinado aos condenados da terra, era o lugar dos nativos, aqueles que possuam o status de pertencer à raça inferior. Esse território era o oposto da cidade do colono, um ambiente conflituoso, mal cheiroso, sem espaço, sem saneamento, sem comida e com extremos problemas estruturais.

Ali também estão os escolhidos do soberano (Estado), estão aqueles que foram eleitos como criaturas naturalmente inferiores, impuros, desprovidos de humanidade, não civilizados, selvagens, vadios e descartáveis. Esses espaços também foram forjados pelos colonizadores, produzidos através da brutal violência e da disciplina, típicas do colonialismo, que condicionaram esses povos a sub-existirem dentro desses ambientes inóspitos.

É importante não perder de vista que esses dois mundos fazem parte de um mesmo sistema, o sistema colonial. Essa divisão é elementar para o desenvolvimento do capitalismo, para a reprodução do capital e suas relações de poder. Assim como Foucault (1999), Agamben (2002) e Mbembe (2018), Fanon (1968) também reconhece que o critério racial sobrepõe as disposições de classes, principalmente nas colônias.

> Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o individuo é rico porque é branco é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial. (...) Não são as fábricas nem as propriedades nem a conta no banco que caracterizam em primeiro lugar a “classe dirigente”. A espécie dirigente é antes de tudo a que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 1968, p. 29-30).

O colonialismo difundiu uma estrutura de violências sistêmicas, uma sociedade binária e racialmente bem definida. O sujeito racialmente entendido como “branco”, ou seja, europeu ou seu descendente, dispõe de toda a

conjuntura política, social e econômica a seu favor. Tem os órgãos administrativos como base legal para o seu desenvolvimento individual e sua condição de branco o faz estar envolvido em um círculo de seguridade e estabilidade social.

O sujeito racialmente entendido como “não-branco”, ou seja, negro, indígena, árabe, outros e seus descendentes, invariavelmente, está às margens do poder, não possui poder político, social e nem econômico. São indivíduos que estão na base da estrutura da sociedade, servem de mão de obra barata, massa de manobra política e estão vulneráveis às intempéries da vida cotidiana.

No mundo colonial, o critério raça foi de extrema importância para a distribuição dos corpos; para a manutenção do poder; para definir a condição de humanidade; e decidir, quem e como, deve viver, e estabelecer, quem e como, deve morrer. (FANON, 1968) E a biopolítica e o poder soberano (Estado) foram elementos indispensáveis para a produção social da raça, do racismo e da segregação (FOUCAULT, 1999).

Esses processos foram verdadeiros trabalhos de morte desenvolvidos pelas forças soberanas, a produção do estado de exceção permanente e a relação de inimizade tornaram-se as bases normativas do direito de matar (MBEMBE, 2018). Uma política de classificação social que definiu que são os dignos e os indignos, os escolhidos e os abandonados a zóe e a bios (AGAMBEN, 2002). Em outros termos, na colônia, o conceito biológico de raça e o racismo foram fundamentais para a sustentação desse modelo genocida de organização social e também a base sólida para a fabricação de vidas nuas.

1.7. Capitalismo, Escravismo e Produção de vidas nuas

O desenvolvimento das colônias se deu atrelado ao projeto de produção e reprodução do capitalismo europeu, serviu de suporte econômico e alicerce político para os países colonizadores. Para manter esses territórios sobre seus domínios, os Estados europeus empenharam grandes esforços militares e mantiveram as colônias em constantes estados de guerra, de sítio e de exceção.

> Em suma, as colônias são zonas em que a guerra e a desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alteram. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial possam ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente a serviço da "civilização". (...) Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apenas outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão (MBEMBE, 2018, p. 35).

Para manter a "ordem", ou melhor, o ambiente favorável para a exploração humana, a produção e o comércio de mercadorias, o poder soberano transformava as colônias em verdadeiras zonas de guerra, de massacre e de destruição. Submeter os espaços colonizados ao terror permanente era a estratégia que a soberania encontrou para normatizar e "civilizar" os nativos, "a colônia representava o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei e no qual a paz tende a assumir o rosto de uma guerra sem fim" (MBEMBE, 2018, p.33).

Quijano (2005) afirma que o colonialismo foi uma política global de reorganização política, social, econômica e espacial. Uma estrutura baseada na extrema violência aos povos colonizados em benefício dos colonos (europeus), mas para manter-se como poder totalizante, o projeto colonial teve que se adaptar às realidades locais, assumindo, dessa forma, especificidades diferentes em cada território dominado. Assim, mesmo mantendo sua perversidade e brutalidade contra os nativos, o colonialismo se desenvolveu de modo distinto e subjacente à estrutura local.

Aqui no Brasil, por exemplo, Bethencourt (2018) descreve que por causa do solo fértil, a colonização se deu e estruturou-se socialmente através de um método altamente lucrativo de produção de cana-de-açúcar em larga escala (sistema *plantation*[4]) e por meio do escravismo de povos africanos. Segundo o autor, esse sistema de plantação e escravismo se alimentava de vidas africanas e se desenvolveu para o enriquecimento dos colonos e suas respectivas metrópoles (BETHENCOURT, 2018).

---

[4]O sistema plantation é o nome dado a um sistema econômico agrícola que vigorou durante o Brasil colonial. Foi utilizado também em outros países da América durante as colonizações espanhola e inglesa. Foi um sistema de exploração colonial que vigorou entre os XV e XIX nos latifúndios monocultores com foco na exportação, os quais eram enviados para a metrópole, suprindo assim os mercados consumidores europeus e gerando altos lucros.

Sobre a política econômica do escravismo Mbembe (2018) é muito enfático e alega que:

> Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto da *plantation,* a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada (MBEMBE, 2018, p. 27).

Por mais que Mbembe (2018) considere que o escravismo é uma das primeiras manifestações das experimentações da biopolítica, Foucault (2007) declara que não pode haver biopolítica sobre o um sujeito escravizado, porque a biopolítica se baseia em mecanismos e aparatos de disciplinarização dos corpos e não de apropriação. O biopoder e seus dispositivos disciplinares envolvem os indivíduos em uma mecânica de poder que visa produzir uma sociedade disciplinada, politicamente dócil e economicamente ativa (FOUCAULT, 2002; 2007).

Para o desenvolvimento de um corpo social disciplinado é necessário o controle, a adestração dos movimentos e das ações, a medição, a mediação, a divisão binária e hierárquica dos corpos dentro de uma estrutura condicionada pela disciplina e o pelo poder soberano. Os indivíduos que se encontram na condição escrava não podem ser disciplinados, pois seus corpos foram tomados, foram apropriados por outros e não pertencem mais as suas vontades.

A biopolítica não pode operar dentro de um processo de clausura total e irrestrita, porque o biopoder se manifesta através das disciplinas e seus inúmeros mecanismos de domesticação, controle e adestramento social. “Diferente da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grande” (FOUCAULT, 2007, p. 118).

O escravismo foi o ápice do processo de violação dos corpos. O indivíduo encontrado na condição escrava perde seus direitos básicos, perde seu lar, a soberania sobre sua liberdade, seus laços familiares, o controle sobre

seus movimentos e é condicionado a viver sob o julgo alheio, sobre o terror das torturas e dentro de um ordenamento brutal de descartes de vidas. Não podemos dizer que, nesse processo, os sujeitos escravizados perderam sua condição humana, porque seu estatuto de ser humano foi perdido muito antes disso. Em outras palavras, esses corpos foram previamente racializados e só foram escravizados porque já não eram considerados humanos, desde antes desse processo, suas vidas foram colocadas em estado de exceção, politicamente e biologicamente estigmatizados como vidas nuas.

> Justamente porque privados de quase todos os direitos e expectativas que costumamos atribuir à existência humana e, todavia, biologicamente ainda vivos, eles vinham a situar-se em uma zona limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual não eram mais que vidas nuas (AGAMBEN, 2002, p. 166).

Ao serem escravizados, saíram da condição primeira de selvagem e não humanos para a condição de peças e mercadorias vivas. Uma nefasta transformação onde “esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto que torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do senhor” (MBEMBE, 2018, p. 29).

> Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em estado de injuria, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos (MBEMBE, 2018, p. 29).

Aqui no Brasil, os povos escravizados transformaram-se em vidas nuas, no bando do soberano, aqueles que foram inseridos na estrutura, que Agamben (2002) denomina de inclusão exclusiva, ou seja, foram incluídos em um ordenamento social unicamente sobre a sua condição de exclusão, absoluta matabilidade e total descartabilidade.

Metamorfoseados em peças e instrumentos de trabalho, os povos africanos foram condenados a passarem mais de três séculos imbuídos dentro desse atroz e mortífero sistema, foram submetidos a castigos, suplícios e assassinatos; foram obrigados a cumprir inúmeras horas de trabalhos forçados e amaldiçoados pelos estigmas que sua condição escrava carregava. Nessa

maquinaria de esfacelamento de vidas humanas, o sangue de homens, mulheres e crianças africanas, serviram de lubrificantes para as engrenagens do sistema capitalista. Seus corpos serviram de sustentação e massa orgânica do aparelho de reprodução de privilégios da classe dirigente, a raça branca.

Capítulo 2

Colonialismo, escravismo, racismo e a produção das vidas nuas

“Negro Drama:
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto, nem fábula, lenda nem mito
(RACIONAIS MC’S, 2002)

2.1. Invasão do território brasileiro e economia escravagista

Mesmo que pareça repetição, julgamos ser necessário ressaltar que a principal característica da colonização, além da violência sistêmica, foi o monopólio institucionalizado do território para fins de exploração (FANON, 1968; WILLIAMS, 2012). Esse modelo de colonização não foi um privilégio das terras brasileiras, mas fez parte de uma macroestrutura econômica voltada ao capitalismo mercantil, que vigorou do século XIII ao XVIII.

O capitalismo mercantilista, além de outras frentes, também era estruturado pela apropriação e exploração do solo e de tudo que nele estava alocado – literalmente tudo: desde matérias-primas, metais preciosos, recursos hídricos, animais até mesmo o domínio irrestrito e posse dos seres humanos que habitavam nesses espaços.

Esse processo de exploração era articulado através de uma brutal e sistemática conjuntura de atrocidades. Sobre esse modelo de organização social, baseado no monopólio da violência, Fanon (1968) alega que “presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrastou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestiário” (FANON, 1968, p.30).

Essas dinâmicas alteraram profundamente a constituição do nosso espaço e acarretaram profundas transformações em toda nossa estrutura social, política, econômica, espacial, jurídica e cultural. Haja vista que o *status* de colônia de exploração colocou o Brasil em um patamar hierarquicamente inferior e substancialmente diferente dos demais países europeus. Como “toda

hierarquia funda-se necessariamente em privilégios”[5], os países e os reinos conquistadores, ou melhor dizendo, invasores, também conhecidos como metrópoles, adquiriram grandes vantagens, muitos benefícios, superelevaram suas balanças comerciais e suas condições sociais, em detrimento e exploração de suas colônias (BETHENCOURT, 2018).

> Com a expansão europeia, as características fenotípicas tornaram-se um aspecto essencial para a definição dos diferentes tipos de humanidade. Além das características fenotípicas vinha a descrição estereotipada de atitudes e comportamentos, que viria a ser absorvida pelas teorias das raças. Os outros povos do mundo eram hierarquizados de acordo com os critérios europeus para a definição do que era um comportamento controlado ou civilizado. Esses critérios eram expressos segundo a cor da pele, com base na oposição entre preto e branco, algo reforçado com a experiência colonial (BETHENCOURT, 2018, p. 243).

Além do extermínio dos nativos, dessas invasões originaram também um rápido e eficaz processo de sequestro dos povos africanos; uma complexa estrutura de trabalho escravizado, que visava a alta produção de cana-de-açúcar e uma imensa reprodução do capital (HOLANDA, 1995). Dessa maneira, “por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo papel de ‘força de trabalho’; em 1535 o comércio de escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado” (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

Para Williams (2012) esse processo não foi uma consequência, mas uma escolha racional que visava o aumento da produtividade e a apropriação de novos territórios.

> Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre (...). Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígines e depois à África (WILLIAMS, 2012, p. 33)

Dentro desse movimento de produção e reprodução do capital, por via do extermínio e da escravização de povos africanos, os portugueses

[5]HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil 1995, p. 46.

encontraram sustentação política, ideológica, religiosa e econômica para iniciar o tráfico de milhares de seres humanos nativos da parte subsaariana, principalmente do eixo Angola-Congo-Nova Guiné. Dos séculos XV a XIX, estima-se que 10,7 milhões de africanos cruzaram o Atlântico para servirem de mão de obra escravizada na América.

> De fato, segundo uma estimativa moderna baseada em taxas cobradas sobre escravos embarcados de Angola, já na década de 1620 cerca de 13.000 escravos podem ter estado envolvidos no tráfico angolano anualmente cifra mais ou menos confirmada pelos holandeses quando capturaram Luanda em 1641. No período de um século, naturalmente, isso equivaleria a não menos de 1.3000.000 (um milhão e trezentos mil) escravos deixando somente a colônia de Angola, cifra mais próxima daquelas que os historiadores associam a todo o tráfico brasileiro após 1700 (CONRAD, 1985, p. 38).

Esses números não são precisos, muitos documentos foram queimados, esquecidos ou destruídos, mas a realidade foi concreta, milhões de indivíduos foram retirados de suas terras natais, do seio de suas famílias, e transportados como mercadoria e mão-de-obra (descartáveis). Serviam à produção açucareira, que atendia aos interesses da raça dominante, indivíduos pertencentes à classe economicamente hegemônica, derivada do capitalismo mercantil.

> É quase impossível estimar o número preciso de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas principalmente, consequência da lamentável Circular n.29 de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

As frágeis estimativas sobre o tráfico escravista, citadas acima, incluem apenas africanos que chegaram, dentro das mínimas condições de trabalho, às praias brasileiras. Contudo, muitos chegaram aqui bastante debilitados e morreram logo após o desembarque e, além disso, existiram tantos outros que sequer chegaram ao Brasil. Assim, os números sobre as importações desses indivíduos escravizados contam apenas parte dessa cruel história.

Muitos africanos não foram colocados nesses documentos porque morreram em consequência da violência, essencial para a efetividade de sua captura na África; outros perderam suas vidas nas jornadas entre os lugares

que habitavam no interior até os portos da Costa Oeste do continente africano; outros ainda, enquanto aguardavam “encher o barco” para a viagem. Além desses, muitos outros morreram durante o translado intercontinental e foram jogados ao mar.

> É sabido que as perdas foram elevadas, especialmente durante os primeiros séculos do tráfico. No século XVI a taxa média de perda pode ter chegado a 15, 20 ou mesmo 25%, mas alega-se que tendeu a declinar nos últimos séculos, atingindo uma média aproximada de 9 ou 10% nos primeiros anos do século XIX. Alguns autores afirmam que após o tráfico ter sido declarado ilegal em 1830, a taxa de mortalidade elevou-se novamente uma vez que no tráfico de contrabando os abusos de excesso de carga e subalimentação não podiam ser controlados pela legislação governamental (CONRAD,1985, p. 44).

Para realizar esse tipo de transporte, os europeus precisavam de uma complexa e sofisticada rede comercial que interligava comerciantes dos três continentes envolvidos: Europa, América e África. Esse modelo, de negociação de seres humanos, foi estímulo para a economia e serviu de lucro para muitos envolvidos nessa estrutura. É incontestável que o modelo econômico, baseado no escravismo de povos africanos, foi um negócio muito visado, benéfico e lucrativo para aqueles que orquestraram esse sistema (ALENCASTRO, 2000).

Dos dois lados do Atlântico, indivíduos e instituições enriqueceram e se favoreceram pelo comércio dos seres humanos que foram socialmente metamorfoseados em “peças”.

> Atenta aos movimentos de preços no grande comércio oceânico, a diretoria da Casa da Mina e Tratos da Guiné instrui seus agentes para adquirirem menos marfim e mais negros, no ano de 1523, fase alta do preço das “peças” no Atlântico. Para evitar os longos e letais transbordos nos portos europeus, a Coroa autoriza o embarque direto de escravos para Antilhas a partir de Cabo Verde e São Tomé (ALENCASTRO, 2000, p. 47).

Ao nos debruçar na historiografia europeia, perceberemos que a escravidão humana esteve sempre presente e compunha parte da economia política desse continente. Na antiguidade, Grécia e Roma, duas grandes potências do continente europeu, fortaleceram-se e expandiram seus domínios com um sistema escravista bem desenvolvido (FUNARI, 2001). Estima-se que, “no auge do império romano, a população da Itália continha cerca de 2 a 3

milhões de cativos, que compunham a elevada parcela de 35 a 40% da população total" (LUNA, 2010, p. 14).

Como já apontado anteriormente, é notório que a escravização é um processo extremamente nocivo, brutal, cruel e avassalador. Dentro de um regime escravagista, os cativos vivem em "condições *inhumana*"[6]; vidas nuas que perderam o controle sobre as próprias vidas; sobre o seus corpos e suas produções; geralmente, são extraídos do seu convívio social e são sujeitados a viver sob uma estrutura de descarte de seres vivos. (FOUCAULT, 1999; MBEMBE, 2016; AGAMBEN, 2002; FANON,1968, CONRAD, 1985).

É muito importante ressaltar, que a escravização dos povos africanos pelos europeus, não se deu no final do século XV, há muitos registros que comprovam a existência desse sistema de exploração bem antes desse período. Dentro da sociedade europeia e asiática, desde antes do sistema *plantation,* os povos africanos foram escravizados e trabalhavam na agricultura, na mineração, compunham o exército e também desempenhavam inúmeras tarefas comerciais, principalmente artesanato. (LUNA, 2010)

Anteriormente à abertura das rotas do Atlântico, os povos da África serviram de mão de obra forçada e gratuita para o desenvolvimento econômico dos povos da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. Luna (2010) alega que os "africanos foram embarcados para fora do continente por no mínimo seis séculos antes da chegada dos portugueses, com estimativas de 6 milhões de escravos enviados para a Ásia, Europa e Oriente Médio" (p. 16).

Assim, durante a Idade Média, época considerada pela historiografia como a Idade das trevas[7], já existia o comércio de vidas africanas. Em algumas ilhas do Mediterrâneo e em regiões situadas nas periferias da Europa, os africanos eram usados como mão de obra auxiliar e escravizada.

> A primeira cruzada marcou o surgimento de mercados internacionais para os europeus cristãos, que se lançaram ativamente ao tráfico de escravos. Dos séculos X a XII, genoveses e venezianos expandiram-se pela Palestina, Síria, Mar Negro e Bálcãs, adicionando as ilhas de Creta e Chipre às suas possessões no leste do Mediterrâneo. As novas colônias deram um novo impulso à escravidão. (...) Nas ilhas

[6] Agamben (2002)

[7] A expressão Idade das Trevas para se referir à Idade Média foi muito utilizada no passado. Alguns historiadores, como por exemplo, Jacques Le Goff, usaram esta expressão, porque tinham como referências a cultura grega e o modelo de sociedade romana. De acordo com essa concepção, a Idade Média foi um período de pouco desenvolvimento cultural, científico e comercial.

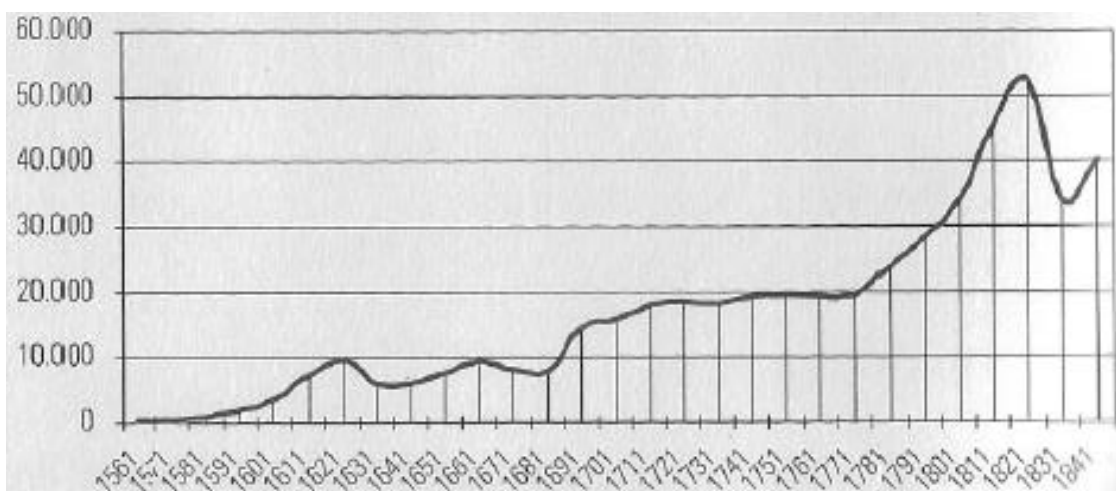
> do leste do Mediterrâneo, por exemplo, era possível encontrar africanos, juntamente com mulçumanos do norte da África e da Ásia menor (LUNA, 2010, p. 17).

Com a abertura das rotas do Atlântico, a estruturação das colônias ibero-americanas e o desenvolvimento do sistema *plantation,* o comércio de vidas africanas tomou proporções inimagináveis.

> Após 1500, o volume desse tráfico atlântico aumentou lentamente, de algumas centenas anuais de cativos na primeira metade do século para mais de mil por ano na década de 1550 e 3 mil por ano nos anos 1580. Cativos não cristãos e não falantes de línguas românicas trazidos diretamente da África, chamados pelos portugueses de *boçais*, passaram a compor a esmagadora maioria dos escravos desembarcados na América (LUNA, 2010, p. 18 -19).

Não era somente Portugal que se beneficiava do comércio escravagista dos povos africanos. As grandes potências europeias também entraram nessa disputa comercial e obtiveram grandes lucros. É certo que os portugueses tinham o maior fluxo e dominavam o comércio transatlântico, sendo responsáveis pelo "transporte de mais de 5,8 milhões de escravos (47% do total), seguidos pelos britânicos, com mais de 3,2 milhões (26%), pelos franceses, com mais de 1,3 milhão (11%), e pelos espanhóis, que transportaram cerca de 1,5 milhão (8%)" (BETHENCOURT, 2018, p. 254-255).

Gráfico 1: Estimativa média anual de chegada de escravos pelos portos brasileiros, 1651- 1850, por década.



Fonte: LUNA , 2010, p.168

Devido a um ambiente extremamente favorável para a produção de cana-de-açúcar e para a reprodução do capital, o Brasil teve um papel de destaque no processo de escravidão dos povos africanos. É estimado que dos 10,7 milhões de escravizados transportados da África para a América, durante os séculos XV a XIX, cerca de 5,2 milhões de africanos desembarcaram no Brasil (FLORENTINO, 2015).

Mais adiante essa questão será aprofundada, porém é importante desde já destacarmos que, diferentemente dos imigrantes europeus, que chegaram ao território brasileiro com o *status* de mão de obra qualificada, barata e branca, os negros africanos desembarcaram em nossos portos algemados, com grilhões nos pés e no pescoço. Esses últimos, não vieram “tentar a vida”[8] na América, foram compulsoriamente arrancados de seus domínios; chegaram sem sonhos, sem esperanças e violentados durante todo o processo de captura e transporte transatlântico. Os africanos não tiveram a possibilidade de escolher. “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

2.2. Os povos africanos e a sua brutal condição de “peça”

Para além do já dito, chegaram ao Brasil com o pior de todos os estigmas, uma mácula que marcou todo seu processo de desenvolvimento social. Os povos africanos desembarcaram aqui na condição de “peças” para compor o maquinário do engenho. Não foram considerados seres humanos, foram sub-racializados, socialmente coisificados e reificados pelas ideologias do capital vigente. Para uma melhor compreensão desse processo, Ribeiro (2015) faz um excelente resumo:

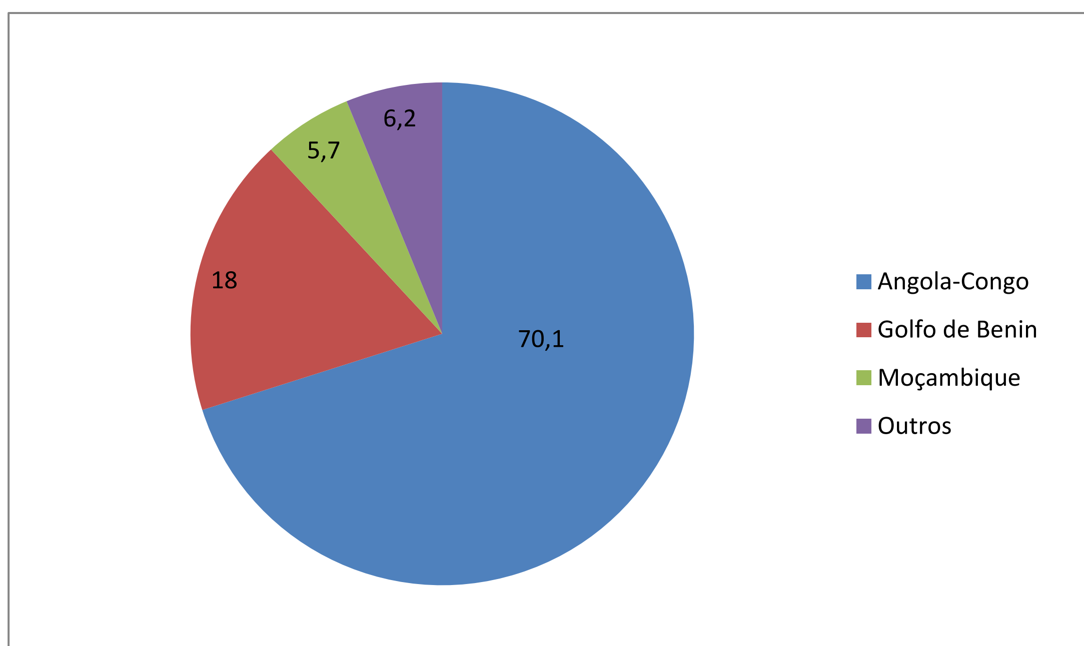
> Como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravo – para a praia, (...) Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com

[8] Expressão popular muito utilizada pelos imigrantes dessa época para justificar sua vinda ao Brasil. Muitos outros, principalmente os de descendência italiana, diziam, de modo preconceituoso, que vieram “fazer a América”, como se aqui não houvesse pessoas qualificadas para o desenvolvimento do continente.

> outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização (RIBEIRO, 2015, p. 90).

Grande parte desses indivíduos, que chegaram ao Brasil na condição de escravos, veio de Angola, Congo e de Nova Guiné. Essa tríade territorial foi responsável por cerca de 94% dos africanos que desembarcaram nos portos brasileiros.

Gráfico 2: Estimativa dos africanos de diversas origens embarcados para o Brasil, 1561-1850 (5.479.583 pessoas)



Fonte: LUNA, 2010, p. 169

Embora dentro do continente africano houvesse a predominância da captura e do transporte desses três povos, os portos brasileiros mantinham uma dinâmica de recebimento e distribuição bem definida.

> Muitas informações sobre viagens específicas do tráfico, especialmente, para o porto do Rio de Janeiro, não foram encontradas, mas as estimativas mais recentes sugerem que, na

> migração para o Rio, predominaram os escravos trazidos da área do Congo-Angola, e aparentemente o mesmo ocorreu no caso de Pernambuco. A Bahia, contudo, foi muito mais ligada à área do Golfo de Benin do que todos os demais portos, e essa característica persistiu durante todas as fases do tráfico (LUNA, 2010, p. 170).

Todo esse “cuidado” no desembarque dos africanos consistia em medidas preventivas para cortar os vínculos sociais e afetivos. Para evitar insurreições ou qualquer outro tipo de resistência, os comerciantes não permitiam que povos da mesma etnia se misturassem nos portos.

Para manter o escravismo e toda essa organização social, foi necessária uma imensa conjuntura de violência. Fanon (1968, p.46) alega que “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto”. Em outras palavras, se o colonialismo teve uma marca, foi a marca da brutalidade, da barbárie, da crueldade, do racismo e da desumanização dos povos africanos.

Essa violência em estado bruto perpassou todo o processo, desde a caça e a capturada no continente africano, ao modo hediondo de transporte pelo atlântico, os perversos e severos castigos a que os africanos foram submetidos, o monopólio da brutalidade executada pelos senhores de engenho e o exercício da coerção permanente; todos esses modos de violências foram marcas desse sistema de “gastar e moer gentes[9]”.

> A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetendo a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga, depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses (RIBEIRO, 2015, p. 88).

Além da alta lucratividade da escravização da mão de obra africana, outro fator determinante para a manutenção dessa ordem social foi a religião. Ela foi o pilar que deu legitimidade moral para esse devassador modelo econômico, político e social. Aqui no Brasil, a Igreja católica atuou,

[9] Forma como Darcy Ribeiro concebe o sistema escravista no Brasil em seu livro “O povo brasileiro” (2015).

fervorosamente, para a manutenção das relações escravistas e foi uma das maiores beneficiárias desse sistema (ALENCASTRO, 2000; MOURA, 2013).

O catolicismo e sua instituição atuavam como "o principal aparelho ideológico do escravismo" (MOURA, 2013, p. 195). Havia um vínculo estrutural que ligava os interesses da economia de mercado com os interesses eclesiásticos. Durante o colonialismo, ambos adquiriram muitas terras, riquezas e prestigio graças à ideologia escravista.

> Somente a ordem de São Bento contava mais de mil escravos em suas fazendas (...) não só as ordens religiosas tinham seus escravos, até quase as vésperas da abolição, mas algumas se especializaram, e parecem ter sido as únicas empresas do gênero no Brasil, na reprodução de escravos. Os carmelitas tinham, por exemplo, criatórios de escravos na Província do Rio de Janeiro e os beneditinos na Ilha do Governador no Rio.
> Por outro lado, todos os conventos, em maior ou menor proporção, possuíam escravos. Os conventos das freiras tinham todos os seus serviços praticados por escravas (MOURA, 2013, p. 196).

Há incontáveis relatos que vinculavam a instituição católica e seus clérigos à estrutura escravagista. A notícia abaixo foi publicada em junho de 1887, no jornal impresso Gazeta da Bahia, onde relata a fuga de uma escravizada e reitera íntima ligação entre Igreja e escravismo no Brasil.

> Fugiu do abaixo assinado, no dia 8 de maio do corrente ano, sua escrava de nome Tiburcia, crioula fula, com 20 anos de idade, natural de Feira de Santana, com os seguintes sinais: cabelos pretos cortados à escovinha, estatura regular, magra, cara larga e opaca, braços e dedos das mãos compridos, pés grandes e grossos, e dedos semiabertos; levou vestida uma saia de chita verde de quadros, uma camisa de renda crochet e um chalé de casimira azul. Quem prender e a trouxer a seu senhor, nesta freguesia, ou em Santo Amaro, ao Capitão Evangelista dos Santos será gratificado com a quantia de 50$000.
> Freguesia de Santana de Lustos, 12 de Junho de 1887.
> Vigário Antônio Moreira da Silva.
> (MOURA, 2013, p. 196)

A nosso ver, somente a notícia em si é bem perturbante. A forma que naturaliza a escravização, animaliza e coisifica a Tiburcia é impressionante; gera-nos muita reflexão, uma profunda tristeza e um desconforto inenarrável.

Infelizmente, esse é apenas um relato, entre tantos outros, onde podemos comprovar que as perversidades ideológica e jurídica do Estado, em

simbiose com a barbárie exigida pelos modos de produção capitalista, prontamente acolhido pela iniquidade religiosa, acompanharam todo o período colonial e foram fontes primárias do processo de desqualificação da vida dos africanos. Independentemente da sua condição (escravizados ou libertos), todos esses indivíduos foram sub-racializados e hierarquizados através daquilo que Agamben (2002) classifica como vidas nuas, ou seja, existências totalmente descartáveis, envolvidas em um sistema unicamente sob a forma de exceção, vidas plenamente matáveis e indignas de serem vividas.

A produção de uma ideologia racial sustentava e dava legitimidade incondicional à exacerbada violência. Como podemos ver na descrição do padre jesuíta Acosta[10] sobre os povos da América, a racialização justificava a crueldade e o controle sobre os povos ameríndios:

> Selvagens, considerados semelhantes aos animais, que tinham sentimentos humanos, mas não dispunham de leis, monarcas, convenções, magistrados ou regimes permanentes de governo, e que se descolavam constantemente como animais. Viviam quase sem roupa, eram cruéis com quem passava pelas regiões e alimentavam-se de carne humana... Declarava que todos esses povos precisavam de educação para que, como crianças, pudessem aprender a ser humanos. Tinham que ser obrigados a viver em colônias e a receber o Evangelho (*apud in,* BETHENCOURT, 2019, p. 122-123).

Os esforços da Igreja católica em prol da escravidão, primeiramente indígena e depois africana, não ficaram apenas no campo do batismo dos “infiéis”. Suas práticas e ideias serviram de bases concretas para produção de um discurso popular de poder que visava promover a sociedade escravocrata ao postulado salvacionista. Uma ideologia sólida e racional, onde atribuía a salvação espiritual dos cativos ao processo de escravização. Para ratificar essa afirmação, o famoso e aclamado padre jesuíta Antônio Vieira, pregou em 1633 aos negros escravizados, essas seguintes palavras:

> Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis (*apud* NASCIMENTO, 2016, p. 63).

---

[10] Acosta nasceu numa família de mercadores cristãos-novos de Medina del Campo. Estudou na universidade jesuíta da sua cidade, bem como nas universidades de Salamarca, Plesencia, Lisboa, Coimbra, Valladolid e Segóvia. Completou sua formação em teologia, direito, direito canônico e ciências naturais na universidade de Alcalá de Henares. Em 1571, após vários anos de pedidos sucessivos, foi incluído numa missão às Américas.

Essas práticas e discursos, não eram de exclusividade da Igreja católica, os países e as instituições protestantes, que se beneficiavam da economia escravocrata, também conceberam a escravização dos povos africanos como uma bênção de Cristo. A Igreja protestante, assim como a católica, do mesmo modo considerava a escravidão africana uma forma de limpar o espírito dos negros e, somente após ser escravizado, o cativo teria a oportunidade de conhecer Jesus Cristo e encontrar a Redenção Divina. As palavras do pastor inglês Morgan Goldwin ilustram essa situação:

> O cristianismo estabeleceu a autoridade dos senhores sobre seus servos e escravos em tão grande medida como a que os próprios senhores poderiam haver prescrito (...) Exigindo que se os sirva com o coração puro como se servissem a Deus e não a homens (...) E lhes promete a recompensa futura no céu, pelos leais serviços que tenham prestado na terra (*apud* NASCIMENTO, 2016, p. 63)

Como pudemos perceber, o "cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que a aceitação, justificação e elogio à instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização" (NASCIMENTO, 2016, p. 63).

2.3. A macropolítica econômica do escravismo e as inúmeras formas de resistência negra

Nitidamente, o processo de escravização negra no Brasil, em toda parte, foi brutal, cruel, impiedoso, maléfico e, acima de tudo, racionalmente humano. Em nosso território, no decorrer de mais de trezentos anos, durante quase quatro séculos, os africanos foram submetidos a múltiplas formas de torturas, humilhações, suplício, mortes e todo tipo de atrocidades que a racionalidade humana, baseada na fé cristã e pautada no lucro capitalista, pôde causar.

> De maneira geral, o castigo ministrado de forma exagerada, aquele que trazia implicitamente o risco de morte e, concomitantemente, de perdas econômicas para o senhor, pareceu encontrar sua racionalidade no espetáculo aterrorizante e exemplar que, marcando as consciências dos espectadores, os convencesse de suas reais possibilidades, coibindo-lhes as expansões, constrangendo-lhes os horizontes, anulando-lhes as vontades (MACHADO, 2014, p.78).

São incontáveis as formas de violências que marcaram e imprimiram a racionalidade do nosso sistema escravocrata.

> Na fazenda, os negros eram alojados nas senzalas, ao alcance dos olhos do senhor e dos ouvidos de sua família. Construções rudimentares, compridas, desmobiliadas, com cubículos para alojamentos ou dormitórios de negros e de negras. Algumas, com porões, ou calabouços, servidos de respiradouros à feição de janelinhas, onde iam parar os rebeldes e delinquentes. (...) Sem fossas, espalhavam seus excrementos, por toda parte, o que contribuía para poluírem mais as águas que os dessedentavam. Tinha à frente, o tronco, as algemas, os azorragues, como que a lembrar-lhes a necessidade da disciplina, da obediência, da temeridade da rebelião ou do descumprimento das ordens emanadas do senhor e transmitidas por feitores e seus capatazes... (SOBRINHO,1978, p. 48).

Todos esses aparatos técnicos, práticos, jurídicos, administrativos, religiosos e ideológicos, serviram para a coisificação, reificação e desumanização da figura do africano em todo território brasileiro. Foram tecnologias baseadas no racismo que se estruturou em nossa sociedade como um projeto político, racial, econômico e genocida. Segundo Hasenbalg (1982), esses elementos funcionaram como uma espécie de fechamento racial que percorreram todos os séculos coloniais e atingiram, diretamente, o cerne da construção epistemológica das identidades dos indivíduos escravizados, dos escravizadores e de seus descendentes.

> A sociedade escravista foi fruto da dinâmica social entre senhores e escravos. Sociedade polarizada em torno desses dois eixos básicos, seu campo de influência não se esgotava aí, na medida em que, produzindo uma complexa rede de relações sociais, condicionou as ligações entre os diferentes segmentos sociais, mesmo daqueles não diretamente implicados no sistema escravista. Assim, as relações escravistas perpassaram todo o tecido social; o homem livre expropriado, mais tarde o imigrante, os nascentes segmentos urbanos e, sobretudo, senhores e escravos retiraram os elementos conformadores de um mundo ideológico da escravidão (MACHADO, 2014, p. 28).

Aqui no Brasil, os grandes latifundiários, a princípio todos europeus, organizaram o desenvolvimento da economia colonial, possuíam o capital econômico e político, o poder e o prestígio social. Mesmo sem saber das engrenagens do capitalismo mundial, de suas estruturas constituintes e de

seus principais ordenamentos, podemos considerar que esses fazendeiros eram os poderosos capitalistas locais. Eram proprietários de terras, eram conhecidos como senhores de engenho e, com o caminhar do tempo, seus descendentes passaram a dominar o cenário político e econômico, herdando todas as riquezas adquiridas pelas famílias escravocratas.

Fruto de uma mentalidade colonizada (QUIJANO, 2005) e de uma economia agrária/escravocrata (FURTADO, 1995), os senhores de engenhos mantinham suas riquezas por meio da exploração e, literalmente, através do esfacelamento das vidas dos africanos sequestrados. Esse "poder e prestígio" perpetuou até a abolição da escravidão negra, em maio de 1888 (MOURA, 1994).

Com o poder político-administrativo e o econômico em suas mãos, os grandes fazendeiros produziram uma sociedade de privilégios, estruturada através do racismo, do escravismo e em prol do sistema capitalista vigente. Essa conjuntura de vantagens, benefícios, regalias e imunidades, concebidas aos senhores de engenho, descrevem o cenário político brasileiro entre os séculos XVI até o final do século XIX.

As elites brancas se apoderaram da máquina pública para a perpetuação de seus hábitos, sua ideologia, seus privilégios e, principalmente, suas riquezas. "A face política dos senhores de engenho se apresentava nas câmaras municipais, nas quais atuavam como vereadores e juízes de primeira instância" (NASCIMENTO, 2014, p. 24).

> No topo da pirâmide, o grande produtor de açúcar gozava de grande prestígio na sociedade. Nenhuma figura importaria mais respeito na zona Rural, durante o período colonial, que o senhor de engenho. Ele seria um dos primeiros grupos a se corporativar na nova colônia. Mercê de um prestigio econômico dos mais elevados, ele viria, também a se distinguir na política e receber títulos os mais importantes, inclusive os de natureza nobiliárquica (NASCIMENTO, 2014, p. 24).

Durante todo o processo escravista, os africanos resistiram à opressão e à violência; desde sua captura em solo africano até seu último dia de vigência, o regime escravocrata sofreu diversos ataques e insurreições organizadas

pelos escravizados. “O escravismo transforma o conflito entre brancos e negros numa guerra atlântica que invade as duas margens do oceano” (ALENCASTRO, 2000, p. 68).

Ao contrário do que muitos imaginam, a violência física e sistêmica contra os africanos não teve início em terras brasileiras. Ainda em solo africano, os nativos resistiram bravamente contra a dominação, não foram capturados passivamente, organizavam-se politicamente e territorialmente para deter a ascensão europeia dentro de seus domínios.

> “As colinas da ilha viram refúgio dos rebeldes. *Mukambo,* palavra do quimbundo que significa ‘cumeeira’ e, mais precisamente, ‘a forquilha de encaixe do teto da casa’ – caracterizando a morada fixa da família ou da comunidade –, passa a designar o refúgio dos rebeldes de São Thomé, em 1545. No Brasil o termo virá sinônimo de ‘povoado de negros insurretos’. Mais tarde, será substituído por *kilombo* – nome original do campo dos guerreiros jagas dos reinos de Matamba e Caçanje” (ALENCASTRO, 2000, p. 66).

Aqui no Brasil, os cativos também se organizaram de diversas formas, e a fuga das fazendas era uma das estratégias mais eficazes para resistir ao sistema de dominação escravista. Fugindo para os quilombos, para regiões distantes ou até mesmo para as cidades, onde havia um alto número de negros libertos, os escravizados que conseguiam fugir, emancipavam-se da condição de cativos e podiam desfrutar um pouco de liberdade. Essas insurreições eram comuns, espalhavam-se por todo o território nacional e permaneceram ativas até o fim da escravidão negra.

> “Da própria Bahia, o padre Pero Rodrigues dá o recado à Corte: ‘Os primeiros inimigos do Brasil são os negros da Guiné alevantados, que estão em algumas serras, donde vêm a fazer assaltos, e dão muito trabalho. E pode vir tempo em que atrevam a acometer e destruir fazendas como fazem seus parentes na ilha de São Thomé’” (ALENCASTRO, 2000, p. 67).

Durante o período colonial surgiram centenas de quilombos, esses locais atuavam como uma forte organização política e social de resistência e revide negro ao sistema escravocrata. Os quilombolas promoveram incontáveis levantes contra os senhores de engenho e suas fazendas, esses fatos geraram uma atmosfera de pânico e aumentava a repulsa e a violência contra a população escravizada.

“No alto de uma serra imponente, chamada até hoje de Serra da Barriga, havia um lugar rico de vegetação e alimento (...). Seus moradores a chamavam de Angola Janja, que significa na língua quimbundo, ‘Angola Pequena’” (MUNANGA, 2016, p. 76). Surgido na divisa dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco, esse lugar ficou conhecido como Quilombo dos Palmares. Aqui no Brasil, Palmares foi o maior símbolo e também o centro de resistência negra contra a escravidão. A república de Palmares, um verdadeiro estado africano, destacou-se devido a sua longa duração e sua complexa organização social, administrativa e militar.

> Em toda a história dos povos africanos no Novo mundo nenhum acontecimento é tão excepcional quanto aquele que se registra no século XVI: a República de Palmares, verdadeiro estado africano constituído no seio da floresta de Alagoas por rebeldes fugitivos. (...) cuja população se calcula chegou à casa das trinta mil pessoas entre homens, mulheres e crianças – possuíam uma sociedade organizada com eficaz sistema de produção comunal e de trocas; sua organização defensiva bem como a liderança política e militar demonstravam notável capacidade (NASCIMENTO, 2016, p. 72).

No Brasil o revide dos povos africanos contra a violência do sistema escravista se fez presente em todo o momento, a existência de inúmeros quilombos foi um dos símbolos desse modo de luta e organização social da população negra. Aquilombar-se e produzir significativas formas de resistência foi uma das estratégias de sobrevivência dos cativos. “As insurreições negras se espalhavam por todo o território do país desde o começo da colonização, permaneceram até as vésperas da abolição em 1888” (NASCIMENTO, 2016, p. 71).

A repressão contra esses insurgentes era dura, resultando em castigos físicos, coleiras de aço para identificar os desertores, privações de água e comida nas prisões, enforcamento e suplício. No entanto, o desejo de liberdade superava o medo das punições e das nefastas consequências de uma possível captura.

Os atos de resistência também ocorriam de outras formas, por exemplo, através de suicídios; de assassinatos de senhores de terras, de seus capatazes e membros da família escravocrata; os cativos realizavam pequenos furtos para o comércio local ou organizavam grupos que praticavam grandes assaltos nas fazendas; faziam greves de trabalho e outras articulações

subversivas e, pouco a pouco, foram construindo novas formas de resistência, onde no horizonte estava sempre a liberdade.

> Não são poucos os relatos de bandos de escravos fugidos e de atos de vandalismo cometidos pelos mesmos. Em 1822 um documento também do Rio de Janeiro, narra, principalmente que nos bairros de Irajá e da Penha, eram reportados roubos e crimes de mortes cometidos por ciganos, vagabundos e escravos fugidos. Bandos de fugitivos estavam praticando vários furtos, invadindo casas, atacando plantações e sítios, roubando animais e libertando escravos (CONRAD, 1978, p.21).

Deve-se valorizar, e muito, esses atos de resistência, nunca se pode deixar de lembrar que, enquanto houve escravidão, houve lutas de sobrevivência dos povos escravizados, dentro ou fora das fazendas, nas senzalas, nos quilombos, ou nas ruas das cidades. Resistências individuais, coletivas, espontâneas ou organizadas (MACHADO, 2014).

> De fato, os derradeiros anos de escravidão em Campinas foram marcados pelo eclodir de violências, em consequência da perda do controle da mão de obra por parte dos senhores. Os cativos, em alguns casos, acreditando que a Abolição já havia sido promulgada, mas que os senhores, por ganância, continuavam “comendo o tempo deles”, recusaram-se a trabalhar, marchando em grupos para a cidade, gerando pânico na população (MACHADO, 2014, p. 59).

Conrad (1978) argumenta que nas duas décadas que antecederam a supressão do trabalho escravo, o espírito rebelde dos escravizados foi crucial para a abolição.

> Os documentos revelam em muitos casos, uma tendência pró-escravatura, torna-se fácil concluir que as vítimas da escravidão não eram dóceis, tendo resistido fortemente a seus opressores. É difícil determinar até que ponto o espírito rebelde dos escravos contribuiu para a abolição, mas esse espírito foi crucial, certamente durante a última fase do movimento antiescravatura (CONRAD, 1978, p.18).

Novamente, vale a pena ressaltar que as resistências dos povos africanos foram muito importantes para a diminuição de suas dores causadas por esse lutuoso processo que foi o trabalho escravo. Porém, nessa citação acima, Conrad (1978) transcende o que estamos discutindo e desconsidera os movimentos do capitalismo estrutural operante nesse período histórico, onde a escravidão não era apenas uma fonte de lucro local, mas sim uma organização

econômica de alcance mundial que envolvia muitos países, como já mencionado anteriormente e, em outras palavras, o escravismo não foi uma exclusividade do território brasileiro, esse modelo econômico fez parte de uma macroestrutura global.

> Sabemos que o Brasil não foi o único país da América a adotar o regime escravista. Por isso, podemos incluir o processo de escravidão aqui desenvolvido dentro de um contexto maior chamado escravidão afro-americana moderna. A escravidão afro-americana moderna desempenhou um importante papel no desenvolvimento do sistema econômico capitalista mundial (MUNANGA, 2016, p. 78).

Holanda (1995) alega que a supressão do comércio atlântico de povos africanos contribuiu de modo decisivo e que esse fator foi, sim, o elemento crucial para a abolição do trabalho escravo na América.

> Pois com a supressão do tráfico negreiro dera-se, em verdade, o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos, mas a obra começada em 1850 só se completará efetivamente em 1888 (HOLANDA, 1995, p.77).

Além disso, podemos entender o escravismo como parte de uma economia política de Estado, onde sua maior finalidade era produzir lucro para fomentar o capital interno e externo e, conforme Mello (1994), a partir da segunda metade do século XVIII, foi necessária mão de obra livre, capital e mercado consumidor para o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, “quando esses dois requisitos, ofertas de escravos a baixo preço e disponibilidade de terras quase que ilimitada, não puderam ser cumpridos, a *plantation* perdeu suas condições de existência e se desintegrou” (MELLO, 1994, p. 23).

Para reforçar essa análise global sobre o escravismo, Prado Junior (2012) defende que:

> O progresso do capitalismo industrial na segunda metade do séc. XVIII voltar-se-á, assim, contra todos os monopólios; e a destruição completa destes parece cada vez mais como condição necessária do seu desenvolvimento. Os impérios coloniais ibéricos, fundados puramente no monopólio, achavam-se por isso condenados. E assim, quando em fins do século XVIII os conflitos internacionais se agravam, arrastando as monarquias ibéricas, elas não resistiram ao choque, e seu império se desagrega. Aos estanques impérios ibéricos substituir-se-ão as livres nações ibero-americanas, abertas ao

> comércio e intercurso do universo. Desafogava-se o mundo, livre daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento (PRADO JUNIOR, 2012, p.89).

Como os ingleses estavam à frente do processo de produção industrial e necessitando de mercado consumidor, fazia-se necessário uma nova conjuntura, aquela que geraria mais lucro e colocaria um fim aos entraves do Mercantilismo. Referente a isso, Furtado (2005) aponta e considera que o "problema fundamental da Inglaterra passa a ser a abertura dos grandes mercados europeus para as suas manufaturas, e com esse fim tornava-se indispensável eliminar as ataduras da era mercantilista" (FURTADO, 2005, p. 45).

Ainda sobre essa questão estruturalmente fundida nas relações capitalistas entre "Local/Global", Eric Williams (2012), em seu célebre livro Capitalismo e Escravidão, afirma que:

> A escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância. Tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano. Nos tempos modernos, forneceu o açúcar para as xícaras de chá e café do mundo ocidental. Produziu o algodão que foi a base do capitalismo moderno (WILLIAMS, 2012, p. 32).

A conjuntura desfavorável ao regime escravista vigente, sobretudo, "a partir de 1850, quando a fragilidade da instituição começava a se manifestar mais claramente, retirou progressivamente dos senhores a hegemonia incontestada que haviam exercido ao longo dos séculos precedentes". (MACHADO, 2014. p. 41). Todos esses fatores serviram para debilitar as estruturas escravocratas da sociedade brasileira, retirar a supremacia, a hegemonia dos senhores de engenho e corromper esse nefasto sistema.

As inúmeras fugas para os quilombos – espalhados por todo o território; a forte resistência dentro dos cativeiros – provocadas pelos povos escravizados[11]; as diversas tentativas do estruturalmente vulnerável movimento abolicionista – liderado por Luís Gama, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco; e as articulações de alguns políticos brasileiros, foram ações importantes, mas não decisivas para a abolição da escravatura no Brasil e na América.

[11] Principalmente após a lei Eusébio de Queirós (1850) que decretava o fim do tráfico transatlântico de povos africanos.

> Apesar das fugas para quilombos, apesar da interminável luta entre escravos e autoridades públicas, os senhores de escravos puderam aproveitar-se da posse de negros até os últimos dias da escravatura, absorvendo as constantes perdas financeiras que resultavam do problema das fugas até que esse problema se tornou tão generalizado em 1887 e 1888 que os donos de escravos foram forçados a renderem-se às exigências abolicionistas, as quais então, já se haviam desenvolvido num crescendo nacional (CONRAD, 1978, p. 25).

A partir dessas considerações, podemos supor que o escravismo existiu porque fez parte de uma conjuntura política, econômica, social e administrativa condizente e alinhada com as demandas do Mercado mundial. Não foi uma anomalia e nem um “erro de percurso”, mas sim, parte integrante e estruturante da produção, reprodução e circulação do Capital. E o seu fim se deu por questões exteriores e alheias às vontades dos cidadãos livres, dos povos escravizados e de seus senhores, o escravismo foi uma questão de Estado que transgredia o próprio Estado nacional.

Mas isso não diminui a importância da resistência negra contra o sistema escravista, nas lutas e reivindicações por melhores condições de existência e sobrevivência da população escravizada. Ribeiro (2015) afirma que a resistência dos povos negros, e também dos povos indígenas, foi permanente não havendo sequer trégua, sendo as mais longas da História de nosso país. Assim, o autor alega que, “as lutas mais longas e mais cruentas que se travaram no Brasil foram a resistência indígena secular e a luta dos negros contra a escravidão, que duraram os séculos do escravismo. (RIBEIRO, 2015, p. 166).

2.4. Economia regional do café, proclamação da República e o processo inconcluso da abolição da escravatura negra

Assim como a sociedade escravista teve seus muitos anos de extrema lucratividade, inestimado prestígio e altíssimas acumulações de capitais, a incipiente sociedade republicana, surgida a partir do fim do trabalho escravo, desde seu início já mostrava uma crescente adesão política. Além de uma atmosfera mundial, muito favorável para o trabalho livre e assalariado, desde meados do século XIX, os cafeicultores situados nas fazendas do sudeste e

adeptos aos ideais republicanos, estavam produzindo e exportando café de excelente qualidade e obtendo muito lucro (SOBRINHO, 1978).

> O desenvolvimento posterior da "grande lavoura" durante o século XIX se processou em tal sentido, que o café se transformou no produto tropical por excelência da economia paulista. A planta encontrara nas terras paulistas condições climáticas e ecológicas bastante adequadas à sua exploração em larga escala. Na zona norte da província, o aumento da produção do café assegurou àquela região uma fase sem precedentes de prosperidade econômica, a qual já fazia sentir os seus efeitos nos meados do século XIX. Assim, graças ao café o Vale do Paraíba tornara-se um centro condensador de lavoura e de população (FERNANDES, 2008, p. 53).

Como era de se esperar, sem o trabalho escravo que era a base econômica de seu império, D. Pedro II e sua elite nordestina não aguentaram a pressão internacional e nacional e acabaram ruindo. A forçada e repentina abolição da escravatura, ordenada pela Inglaterra em maio de 1888, demoliu com a estrutura central dos poderosos senhores de engenho (FURTADO,1995). Sem o trabalho escravo, as elites que administravam todo o comércio da cana de açúcar foram obrigadas a se adaptarem à nova realidade, a República (CARVALHO, 2016).

A proclamação da República deu-se em Novembro de 1889, pouco tempo após a abolição da escravatura, orquestrada pelos militares e os cafeicultores sulistas, que a partir desse momento tornaram-se a poderosa oligarquia que controlava o Mercado e a Política brasileira. Dessa forma, essa classe social atraiu para si todos os privilégios e direitos sociais (MACHADO, 2014; PRADO JUNIOR, 2012).

> A par destes fatores imediatos, concorre nesta fase para o estímulo das atividades econômicas brasileiras a convulsão ocasionada pelo advento da República. Não que esta tivesse profundezas políticas ou sociais; a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira "bestializado" ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava (PRADO JUNIOR, 2012, p. 155).

Vale sempre lembrar que a abolição da escravidão negra e a proclamação da República nada têm a ver com interesses humanitários, foram articulações políticas que no cerne da questão favoreceram a reprodução

capitalista (WILLIAMS, 2012), desenvolveram e fortaleceram a burguesia nacional e contribuíram para a produção de um espaço urbano segregado e exclusivo.

A abolição do trabalho cativo nas fazendas e a proclamação da República, sem dúvida alguma, foram marcos consideráveis para o progresso político-administrativo do Brasil. Um verdadeiro salto qualitativo e fundamental para criar políticas públicas que atendessem, minimamente, às demandas de uma maior parcela da população. Holanda (1995), entendia que a proclamação da República e a abolição contribuíram para a democratização e para a formação da identidade brasileira (HOLANDA, 1995).

Entendemos que esses dois fatos não ocorreram como deveriam acontecer, assim como é pertinente analisarmos que a República não favoreceu a todos e que a abolição não veio com um aparato estrutural que auxiliasse o recém-liberto a ser integrado em uma sociedade de classes. Mas não podemos negligenciar que o fato de a abolição da escravidão e a proclamação da República terem ocorrido, mesmo que tardiamente e de modo desonesto, foi importante e marcou significativos avanços sociais para a sociedade brasileira.

A República não favoreceu a todos e a abolição do trabalho escravo trouxe outro viés de sofrimento aos recém-libertos. Devido aos milhares de estigmas, socialmente adquiridos, os povos de origem africana e seus descendentes tiveram muitas dificuldades para se estabelecer e sobreviver à nova realidade política democrática brasileira.

Os negros foram libertos, mas sem representatividade política, econômica e social. Foram jogados praticamente à própria sorte, não contavam com o auxílio do Estado, não tiveram medidas paliativas de inclusão social, não dispuseram de incentivos públicos, não ganharam moradia, terra e não tiveram nenhuma garantia de trabalho. Não foram indenizados de nenhuma forma (RIBEIRO, 2015).

> Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis (...). Desse ângulo, percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento

> econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade competitiva aberta e democrática (FERNANDES, 2008, p. 192).

Em contrapartida à situação dos povos recém-libertos, a República favoreceu os já favorecidos, ou seja, “os vitoriosos da República”, uma elite econômica que articulava a produção/exportação do café com a produção de uma cidade aos moldes europeus.

> A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais (CARVALHO, 2016, p. 45).

A integração daqueles que descendiam de negros africanos inseridos na sociedade de classes, e sua apropriação dentro do espaço paulistano, foi realizada através de um arquétipo estruturalmente fundamentado na questão racial. O racismo persistiu atrelado às ideologias do passado, baseado nos três séculos e meio de trabalho escravizado; os estigmas e as ideologias onde colocavam o africano no patamar de “sub-humano”, “coisa sem alma”, “sujeito perigoso”, “não civilizado, selvagem e hostil” foram fatores fundamentais para a organização social dos brancos e dos negros dentro do território paulistano (FERNANDES, 2008).

> A ordem social, que se elaborou no Brasil com a escravidão, não chegou a conhecer, até a sua desagregação final, técnicas sociais de distensão de emoções ou sentimentos e de solução de divergências ou conflitos, que se baseassem no respeito à pessoa dos seres submetidos à dominação da casta senhorial. É que a escravidão com fundamento pecuniário reduzia o escravo à condição de *coisa* (FERNANDES, 2008, p.116).

Por mais que a conjuntura da sociedade colonial, politicamente, tivesse sucumbindo, muitas práticas, modos e costumes permaneceram quase que inalterados na epistemologia de nossa cultura. Persistiram em nossas rotinas e na mentalidade social a estratificação baseada na racialização dos corpos; a sociedade binária constituída na época do escravismo, dividida entre negros e brancos, não sucumbiu com a abolição, pelo contrário, tomou força e o racismo adquiriu outra forma. Uma política de discriminação estrutural, estruturada

durante todo o longo processo de escravização dos povos africanos e que continuou sendo a pedra angular da organização social.

> A ordem racial, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intacta ao longo da desagregação da sociedade de castas e dos primeiros desenvolvimentos da sociedade de classes em São Paulo. Isso significa, em outros termos, que se renovaram incessantemente, apesar das mudanças ocorridas em outras esferas da vida humana, as condições psicossociais que suportavam, morfológica ou funcionalmente, as antigas estruturas de relações raciais (FERNANDES, 2008 p. 210).

Ribeiro (2015) também corrobora com essa análise, dizendo que a maioria dos aparatos sociais, da passagem do Império para a República, empurraram os africanos e seus descendentes para uma situação permanente de submissão e exploração, muito análoga àquela encontrada no momento da escravização. Como já dito, não podemos negar que a abolição foi um salto qualitativo e um marco para a sociedade civil no Brasil; porém também não podemos afirmar que o fim da escravatura trouxe um patamar digno aos recém-libertos.

> Os ex-escravos abandonaram as fazendas em que labutavam, ganhavam as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar, para viverem livres como se estivessem nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então, em tal condição de miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente. (...) Não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam, os fazendeiros, vizinhos se organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que todas as terras estavam possuídas e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra (RIBEIRO, 2015, p. 167).

A sociedade brasileira ainda operava sob as amarras do colonialismo, organizava-se dentro de moldes classistas e racistas, fundamentada no desequilíbrio das relações raciais dirigidas pelo domínio da raça branca, herdada pelo regime escravocrata.

> Em consequência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre "negros", "brancos" e "mulatos") continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de status e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas, identificadas como pertencendo a cada estoque racial, "deviam" (ou "podiam") participar dos direitos e dos deveres incorporados à ordem social vigente (...) a supremacia monolítica da "raça branca" (FERNANDES, 2008, p. 210).

Os primeiros anos da República foram marcados pelo processo de industrialização e pelo projeto governamental de imigração de mão de obra europeia. Com a finalidade de impulsionar a entrada de capitais estrangeiros e alavancar a economia interna, fragmentos do território paulistano iniciaram um processo de desenvolvimento industrial/urbano, sob uma perspectiva capitalista.

> A gênese do desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo iniciou-se em meados das décadas de 1880-1890, por meio dos capitais advindos da superprodução cafeeira e das iniciativas dos imigrantes europeus, que impulsionaram aqui o processo de industrialização (MAMIGONIAN, 1976, p.97).

Por mais que muitos autores não apontem essas questões, há indícios que esse processo contou com um recorte racial bem definido. Um projeto de pesquisa acadêmica, lançado pela biblioteca Nacional em 1988, intitulado como “Para uma história do negro no Brasil”, define como foi a exclusão dos corpos negros do sistema de industrialização brasileiro.

> São Paulo, uma cidade que, na passagem do século, se industrializava e se europeizava, foi um caso típico. Enquanto o imigrante europeu já estava ajustado às regras de mercado de trabalho na sociedade competitiva, o negro não dispunha de tempo para se readaptar e ainda enfrentava o estigma da cor. (...) Na cidade ou no campo, eles foram, em sua maioria, "marginalizados", ficando sujeitos, por isso, juntamente com o resto da população pobre e insatisfeita, à criminalidade, à prostituição, ao alcoolismo e, daí, à rejeição social (NACIONAL, 1988, p. 49-50).

O estigma socialmente adquirido durante o período da escravidão negra transpassou os séculos e as leis, adquirindo forças e guiando condutas que contribuíram para um desenvolvimento muito desigual. Enquanto a mão de obra europeia era consumida e explorada, a mão de obra negra era descartada e desclassificada.

Esse método, de descarte de indivíduos que não atendem às necessidades do comércio atual, faz parte da cultura de exploração de mão de obra em São Paulo, pois quando foi promulgado, em 1758, o decreto de abolição da escravatura indígena e sua força de trabalho definitivamente substituída pela africana, os povos nativos passaram a ser estigmatizados,

excluídos do processo e executados. Após a abolição, os indígenas foram transformados em peças descartáveis dentro do sistema de produção da metrópole e consequentemente do capitalismo.

> O elemento indígena prevalecia, ainda no terceiro quartel do século, sobre o elemento negro, na proporção aproximada de 3,6 para 1 (...).Parece que a abolição definitiva da escravidão indígena acentuou a eliminação do braço indígena em vez de poupá-lo, o que é facilmente compreensível tendo em vista a dinâmica das relações de produção sob o regime de trabalho servil (FERNANDES, 2008, p. 37).

Por esses motivos, e tantos outros aqui já mencionados, entendemos que dentro do processo de escravidão há uma racionalidade econômica explícita, onde o escravizado serve de instrumento de enriquecimento do escravizador, e essa condição binária molda o imaginário da sociedade onde essa relação está constituída. Na Europa, por exemplo, a escravidão foi um fator fundamentalmente econômico; desde muito cedo as tribos germânicas, as polis babilônicas e as estruturadas cidades greco-romanas já contavam com a escravização como parte da economia política de seus territórios, onde em detrimento de muitos povos forjaram suas riquezas e impérios (BETHENCOURT, 2018; WILLIAMS, 2012).

Se voltarmos o foco à realidade paulistana, veremos que sem o brutal ciclo escravagista e a sistêmica destruição de vidas africanas, esse modelo de desenvolvimento urbano, segmentado e organizado através de uma ideologia racial, não teria base, legitimidade e sustentação. Sem o escravismo e a produção de uma ideologia racista seria impossível o meteórico crescimento social, político e econômico de uma pequena classe social, racialmente reconhecida como branca e portadora de privilégios provenientes desse reconhecimento (FERNANDES, 2008).

2.5. O ciclo do genocídio da população negra e a imigração estrangeira no município de São Paulo

Após a eliminação do trabalho escravo, assim como ocorreu com os povos indígenas, os corpos negros passaram pelo processo de descarte, eliminação e atenuação de estereótipos que contribuíram ainda mais para a

destruição de identidade e para o genocídio. Fernandes (2008) compreende a política de imigração, promovida com dinheiro público e o Estado, como mais uma conduta racista e uma estratégia segregadora; o autor defende que "as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano de economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos" (FERNANDES, 2008, p.59).

Tabela 1 - Comparação entre população livre e escrava em São Paulo a partir da segunda metade do século XVIII (em habitantes)[12]

	1854	**1872**	**1886**
População livre	294.612	680.742	1.114.065
População escrava	117.238	156.612	107.329
Total	411.850	837.354	1.221.394

Fonte: FERNANDES, 2008, p.58

Em São Paulo, o fluxo de imigração foi intensificado a partir de 1850, porque, diferente do Nordeste com a produção açucareira, as lavouras paulistas não dispunham de tantos recursos econômicos e apenas ganharam força e visibilidade no período de colapso do sistema de trabalho escravizado no Brasil. Para lidar com essa situação, os grandes latifundiários deram início ao processo de imigração de mão de obra europeia.

> Os fazendeiros mais empreendedores de São Paulo tentaram corrigir as limitações do mercado interno de trabalho através da importação imediata de trabalhadores brancos. O trabalho escravo encontrara finalmente um sucedâneo no trabalho livre, mas no trabalho livre proporcionado pelos imigrantes europeus (FERNANDES, 2008, p. 58).

[12] Na fonte, essa tabela encontra-se sem título.

A tabela 1 mostra um dado impressionante, pois, em menos de cinquenta anos, a população livre paulistana quase quadruplicou. Um dos motivos aparentes se deve à grande oferta de mão de obra assalariada estrangeira, gerada por um ideológico programa de imigração, em conjunto com uma intensa política de desvalorização do trabalhador negro dentro desse território.

Esse projeto imigratório, financiado por influentes fazendeiros do sul e sudeste, principalmente do Oeste Paulista, trouxe um imenso contingente de europeus espoliados. Além de suprir a mão de obra, tão necessária para a tardia industrialização brasileira, essa política contribuiu para a miscigenação, para processo de branqueamento da população e para o descarte da mão de obra negra recém liberta (MACHADO, 2014).

> Nos anos seguintes ao fim da escravidão, a imigração, os discursos do progresso e do branqueamento buscaram colocar uma pedra em cima do passado escravista da cidade, bem como de sua tradição afro-americana. Descartados pela história oficial da cidade, os negros de São Paulo tiveram de aprender, mais uma vez, as técnicas da resistência cultural e social para sobreviver no ambiente hostil de uma cidade pretensiosamente branca, de ideais bandeirantes e de origens indígenas (MACHADO, 2014, p. 215).

Outro elemento contido na tabela 1 é a relativa permanência do número de indivíduos escravizados; isso se deve ao fim do tráfico internacional de seres humanos sequestrados do continente africano.

Para manter a economia girando e garantir altos lucros, foi necessária a manutenção dos escravizados dentro do território brasileiro. Com o declínio da exportação açucareira e a proibição do tráfico transatlântico, as massas escravas foram removidas das fazendas do norte e nordeste e realocadas nas grandes lavouras do sudeste e do sul.

> A decadência agrícola das províncias do norte dava origem a migrações internas da população escrava, ou comboios, que alimentavam, com os africanos importados “ilegalmente” pelos traficantes e negociados no mercado de Valongo, as necessidades de braços das fazendas paulistas (FERNANDES, 2008, p. 56).

Há outro fator que não está, objetivamente, descrito na tabela 1, mas com a ajuda da conjuntura e dos dados, podemos aferi-lo. Foi a significativa mudança nas relações “senhor-escravo” dentro das fazendas e nas ruas das

cidades. Com o fim do tráfico de africanos, a economia escravocrata inicia uma lenta, longa e previsível crise de escassez de mão de obra, essa fome de braço, que faz com que as relações interpessoais e, até mesmo, os castigos físicos fossem modificados.

Os povos escravizados, conscientes de sua condição de cativos e ativos em suas lutas de resistência contra esse nefasto processo, começaram a reivindicar condições menos degradantes em seu cotidiano. Desenvolveram uma "consciência escrava", promoveram mudanças estruturais em seus cativeiros e obrigaram os senhores das terras a garantir alguns "benefícios" mínimos.

> Evolução de uma consciência escrava que se beneficiou da crescente fragilidade do sistema escravista, do decréscimo da viabilidade econômica da utilização do trabalho escravo nas lavouras paulistas e da quebra da hegemonia senhorial. Pois se as potencialidades de conformar uma consciência escrava encontravam-se subjacentes ao próprio sistema, suas possibilidades de evolução condicionaram-se à complexa conjuntura externa que a envolvia. A desintegração do sistema escravista e a transição para o trabalho livre (...), enriqueceram as oportunidades do grupo escravo de se opor à opressão escravista (MACHADO, 2014, p. 97).

Subjacente a esse processo e para além dele, há outro fenômeno atrelado a essa conjuntura, que foi a crescente violência, ou melhor dizendo, revide por parte dos povos escravizados contra os senhores e seus capatazes. Tomemos por exemplo a pequena região da cidade de Campinas, onde entre 1830 a 1888, houve 1.274 processos criminais[13] referentes a crimes de sangue e lesões corporais contra senhores de escravos e seus capangas.

> De forma geral, os homicídios contra feitores sugerem a existência de uma positividade na consecução desses crimes. A restrição ou mesmo a inexistência de canais de negociação entre senhores e escravos acerca dos limites da conduta do feitor conduziam, como derradeiro ato de explicação de desagrado, à eliminação física do feitor. Com esse comportamento o grupo de escravos, impunha claramente ao senhor os marcos da exploração de seu trabalho, alcançando, por vias violentas, aquilo que havia sido impossível por meios acomodatícios, isto é, a substituição do feitor (...) – ações – necessárias para o avanço em direção ao estabelecimento de mais direitos, revertendo, em médio prazo, no crescimento do poder de barganha de todo plantel (MACHADO, 2014, p. 73).

---

[13] Machado, 2014, p.69.

O exame dos dados apresentados pela bibliografia assinalada acima, sugere que, ao analisar as estruturas demográficas e o desenvolvimento da população em São Paulo, entre os anos de 1854 até 1886, podemos observar que o início da desintegração do sistema de trabalho escravo no município deu-se antes da assinatura da Lei Áurea. Mas isso não significou um equilíbrio nas relações sociais, mas, sim, um prolongamento e outro viés de exploração e sofrimento da população afrodescendente e recém-liberta.

O desenvolvimento de uma cidadania plena não veio atrelado à carta de abolição; os problemas raciais e a dicotomia das raças não foram resolvidos com a alforria coletiva; e o racismo e seus estruturantes ideológicos, que justificavam a escravidão, não evaporaram do imaginário social até hoje. Politicamente, a transformação do escravo negro em cidadão foi súbita. Economicamente, a transformação do afrodescendente em trabalhador ou em empreendedor livre foi muito lenta, não contando com ajuda governamental, tornando, assim, a abolição da escravidão negra no Brasil algo inconcluso, com fortes características de, apenas, substituição de mão de obra (Africano escravizado para Imigrante europeu) e de sistema de trabalho (servil - assalariado) (FERNANDES, 2008; KOWARICK, 1994; MACHADO, 2014; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2016; RIBEIRO, 2015).

2.6. São Paulo: Uma cidade construída a partir de parâmetros raciais

A nova estrutura de poder, baseada no capitalismo industrial, em vigor em São Paulo desde o início do século XX, contou com os velhos hábitos no trato racial. Esse fenômeno, além de ser fruto de uma sociedade com profundas patologias sociais, era também uma forma de manter e centralizar a organização política e econômica do território nas mãos de uma elite branca e de descendência europeia; em outras palavras, para o negro paulistano, a transição para o novo regime de classes sociais não alterou, profundamente, sua condição de submissão e alienação social (RIBEIRO, 2017; MACHADO, 2014; NASCIMENTO, 1980).

No município paulistano, a dissonância das condições estruturais tendeu a levar o negro para uma situação de um profundo desajuste social e, consequentemente, a uma intensa desigualdade, em todos os sentidos;

enquanto a mão de obra europeia era facilmente absorvida, os homens e as mulheres libertos, que descendiam do processo de escravização, foram repelidos, desclassificados, marginalizados e afastados da vida urbana no município de São Paulo. (HASENBARG, 1982).

Ribeiro (2017) declara que devido ao racismo, gerado pelo colonialismo e perpetuado após a abolição, a condição sub-humana, de subserviência e de extrema vulnerabilidade dos corpos negros na sociedade não foram modificadas. Dentro do novo regime econômico, surgiram novas formas de exploração, mas o papel atribuído aos recém-libertos era sempre muito análogo às suas antigas funções, porque o negro “na condição de um subproletário era compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço” (RIBEIRO, 2015, p. 175).

Nessas condições, Moura (1994) afirma que o racismo foi um projeto político planejado para perpetuar as relações de opressão racial e a reprodução do capital.

> Atuando concomitantemente no plano ideológico e político, as elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não - branco de modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava após o fim da escravidão (MOURA, 1994, p.102).

Fernandes (2008) segue o mesmo padrão de análise, considerando que no plano dos ajustamentos raciais, “só foram visadas e eliminadas diretamente certas normas que representavam um obstáculo à expansão da ordem capitalista, como parece ser o caso da própria relação senhor-escravo” (FERNANDES, 2008, p. 138).

Com isso, a relação entre presente e passado, a heteronomia entre as raças, o preconceito e a discriminação, foram perpetuadas como estruturantes e condicionantes da cidade de São Paulo (NASCIMENTO, 2016). Esses fatos corroboraram inteiramente para a conservação da antiga ordem senhorial, ou seja, o racismo estruturado no colonialismo tornou-se uma base da conjuntura urbana, política, jurídica, moral e ética para justificar, manter, estender e perpetuar os privilégios dos brancos (GONZALEZ, 1982).

> Por isso, apesar de todos os contatos, intercomunicações e intimidades que sempre existiram entre os negros e os brancos, as duas camadas raciais constituíam dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irredutíveis um ao outro. As diferentes modalidades através das quais se processou a discriminação racial tinham por função manter as distâncias sociais intransponíveis, que dividiam dois mundos coexistentes e superpostos, e garantiam a partilha desigual de direitos e deveres, assegurada anteriormente pelo regime servil (FERNANDES, 2008, p.100).

Essa desproporção de direitos políticos e de ritmo de desenvolvimento social, derivada de uma intensa conjuntura racista, promoveu durante muito tempo uma seleção letal, onde no epicentro desse fenômeno se encontravam os afrodescendentes livres e estigmatizados pela escravidão. O velho padrão assimétrico das relações entre negros e brancos foi perpetuado para o sistema de classes, gerando uma dicotomia entre as raças e um desenvolvimento em ritmos distintos.

> As novas condições econômicas se refletiram naturalmente na composição da população. A proporção do elemento negro passou a diminuir continuamente. Primeiro, em consequência do abandono do Estado de São Paulo por numerosos manumitidos que retornavam para o norte, para as regiões de que foram arrancados em virtude do tráfico interno (...) desenvolveu–se no seio da população negra um processo de seleção letal cujos efeitos foram sem dúvida exagerados (FERNANDES, 2008, p. 122).

A população alforriada enfrentou inúmeros entraves, por começar pela pigmentação de sua pele, um fator de visível discriminação, porque além do "preconceito de cor, a discriminação racial se completavam como processo de preservação da antiga ordem social escravocrata" (FERNANDES, 2008, p.118) e, por causa disso, em pouquíssimos aspectos a população africana se assemelhava com a europeia.

> Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito e baixando barreiras (SOVIK, 2002, p. 06).

Desde os tempos da escravidão, havia anseios de "embranquecer a nação" a fim de limitar, de qualquer maneira, o livre crescimento da população negra. A vinda em massa de europeus espoliados seguiu essa linha e auxiliou o projeto de descarte da população recém-liberta; contribuiu para a segregação das raças; e contou com uma racista orientação da política imigratória como

instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. (NASCIMENTO, 2016; MOURA, 1994).

> O desenvolvimento urbano de São Paulo, por outro lado, tal como se verificou, não beneficiou o segmento negro. Pelo contrário. Por uma série de mecanismos discriminadores, ele foi jogado para a periferia do sistema social, cultural e econômico, criando-se ao mesmo tempo, uma série de barreiras ideológicas, da qual a mais abrangente e permanente é o preconceito social (MOURA, 1994, p. 212).

A falta de políticas públicas para a equiparação dos danos morais, ideológicos, físicos e sociais provocados pelos séculos de escravidão, colaborou para que corpos negros fossem desconsiderados de grande parte do processo de industrialização e de urbanização do município de São Paulo. O preconceito racial, ao lado do processo de marginalização, impostos aos negros, foram fatores que desajustaram a organização social e zonearam a cidade, por uma classificação baseado na “cor da pele” (KOWARICK, 1994; MACHADO, 2014; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2016).

Esse desajuste sociorracial criou estratégias eficazes para frear qualquer tipo de ascensão dos indivíduos de cor. A abolição da escravatura negra não trouxe nenhuma contrapartida, além da liberdade. Não podemos negar que a liberdade é um grande privilégio, “uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”[14]. Porém, para muitos negros, a liberdade, praticamente, foi uma sentença de morte, uma verdadeira estratégia de genocídio porque os negros saíram das senzalas e foram jogados nas ruas, nas estradas e nos confins do país. Sem nenhum plano social traçado, sem nenhuma perspectiva, sem terra, sem auxílio do Estado e, talvez, com o maior dos problemas, sem o *status* de ser humano (NASCIMENTO, 2016; MOURA, 1994, MUNANGA, 2006).

> O ato “libertador” que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Leia Áurea, não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”.
> Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: os africanos e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

---

[14] Liberdade, poema de Cecília Meirelles.

Os “africanos livres” tornaram-se escravos das condições sociais forjadas em estruturas racistas, onde foram desclassificados como espécie humana e jogados para as margens da sociedade. Um paradoxo, onde o ser escravizado foi liberto dos grilhões das senzalas e aprisionado em outros grilhões, o da exclusão biopsicossocial[15].

Ribeiro (2015) alega que todas essas contradições, impostas pela conjuntura vigente e apoiadas por uma mentalidade bandeirantista, serviram para realçar as condições de “subsistência” dos “povos livres”, em todo o território brasileiro. Moura (1994) salienta que na cidade paulistana, esse fenômeno não ocorreu de forma distinta, o autor alega que “o estruturalismo social, herdado da sociedade colonial brasileira, manifestava-se através do racismo, na marginalização e das diversas formas de extermínio da população negra, dentro do município de São Paulo” (MOURA, 1994, p. 87).

Para Gonzalez (1982), a forma que o processo de abolição foi estruturado seguiu os padrões do antigo regime e o povo negro, mesmo após liberto, continuou sendo marginalizado e criminalizado.

> A situação social do negro depois da abolição é vista à luz da herança do antigo regime. Preconceito e discriminação raciais, despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e a sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro (GONZALEZ,1982, p. 86).

Presumimos que a análise desenvolvida acima, a respeito da constituição da sociedade de classes e da dissolução da ordem social escravocrata e senhorial, no município de São Paulo, deixou patentes cinco fenômenos.

1 – O escravismo deixou profundas marcas na sociedade; a abolição do trabalho escravo, do modo que ocorreu, foi praticamente uma sentença de morte aos alforriados;

2 – O racismo transcendeu a abolição; foi fundamental e estruturante na produção das relações sociais e territoriais da cidade de São Paulo;

3 – A estratégia genocida de embranquecimento da nação intensificou o descarte da mão de obra negra e beneficiou os imigrantes europeus;

[15] Aqui vale o conceito “excluído/incluído” desenvolvido por Agamben (2002).

4 – O Estado, desde o primórdio do seu surgimento, esteve atrelado e aparelhado a favor da burguesia branca, seus herdeiros e seus interesses;

5 – A configuração morfológica da sociedade paulistana tendeu a se orientar no sentido das engrenagens do capitalismo e para a reprodução de suas relações de poder.

Por todas essas questões levantadas, por todos os entraves abordados e tantos outros deixados de lado, consideramos que para tecer uma análise sobre o desenvolvimento urbano no município de São Paulo faz-se necessário partir do racismo (estruturado como um projeto político de Estado), da segregação das raças (como estratégia de extermínio dos negros), e do desenvolvimento do capitalismo dentro de uma conjuntura colonial (cotidiano baseado na violência como forma de estruturação) como os principais condicionantes para a formação e reprodução de um sistema de desigualdades dentro desse território. E, além disso, devemos também nos ater que o quadro de desenvolvimento urbano dessa cidade faz parte de uma rede global de reprodução do capital e dos estruturantes do capitalismo.

2.7. O racismo estrutural, desigualdade racial e a produção de vidas nuas contidos na produção urbana da cidade de São Paulo

Santos (2006) aponta que a produção do espaço é uma construção social e histórica, é a soma das ações humanas, um intrínseco entrelaçamento entre passado, presente e possibilidades futuras e, por causa disso, o espaço traz consigo profundas relações estruturais, culturais e políticas.

Dentro dessa linha metodológica, consideramos que: ter uma sociedade na qual, em sua fundação, contou com elementos segregacionistas e racistas; ter um espaço urbano no qual, em seu cerne, está contida a heteronomia e a divisão entre as raças; ter uma cidade desenvolvida através da exclusão racial em prol da reprodução do capital e em benefício à população branca; representa, no mínimo, ter um território fragmentado, funcionalizado e zoneado por elementos provenientes de uma sociedade estruturalmente racializada e consequentemente racista.

Dessa maneira, tornam-se inegáveis e urgentes as análises da morfologia da metrópole paulistana, sob um recorte racial. Ao considerarmos

que o espaço urbano é o fruto de sobrepostos entre passado, presente e possibilidades futuras, não podemos negligenciar a forte influência escravocrata na constituição estrutural do município de São Paulo.

Jurema Werneck (2011) considera o racismo uma tecnologia eficaz para o grupo racialmente dominante, uma verdadeira estratégia organizacional que permanentemente forja estruturantes vinculados aos aparatos do Estado, produzindo aquilo que ela denomina de racismo institucional.

> Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial (WERNECK, 2011, p. 18).

Esse racismo estrutural e institucional enraizou-se na sociedade paulistana e produziu um ciclo de pobreza entre os descendentes dos povos africanos; esses estruturantes condicionaram essa população à marginalidade e a um permanente estado de exceção. Essa política varreu a população negra do centro da cidade, jogou os descendentes dos povos escravizados aos extremos da pobreza e os obrigaram (pelos fechamentos sociais/raciais) a uma existência subalterna e submissa ao poder da branquitude paulistana (GONZALEZ, 1982; MOURA, 1994; WERNECK, 2011).

Recuperando Agamben (2002), esse fenômeno ocorrido no município paulistano, gerou uma exclusão inclusiva e posicionou os corpos negros em uma zona limítrofe entre cidadania e estado de exceção. Em São Paulo, as rígidas relações raciais que foram construídas na escravização, e que são atualizadas constantemente, fabricaram uma relação de inimizade entre o Estado (poder soberano) e os herdeiros da população escravizada (não brancos).

Esses processos de marginalização da população negra, criminalização da cor e de proliferação da pobreza produziram em nosso cerne social indivíduos considerados indignos de viver, apontados como inimigos da sociedade e, contra estes, todo o mal é legitimado e autorizado, sujeitos

envolvidos em uma ininterrupta situação de seletividade, de vulnerabilidade e de permanente perigo de morte, verdadeiros vidas nuas.

Através dessas fontes, podemos considerar que os negros foram (e são) classificados como o bando do soberano, aqueles sujeitos abandonados dos cuidados da soberania e colocados em uma situação de exceção e sítio latente, uma zona de negligência que confinou e condenou os afro-brasileiros a uma existência absolutamente matável. Vale lembrar que a relação de bando consiste no abandono, na zona de indiferença entre vida e morte.

> A vida no bando do soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2002, p. 91).

Sendo abandonado socialmente pelo Estado (poder soberano), considerado o inimigo da sociedade e sub-racializado pelos dispositivos da biopolítica. A construção epistemológica do negro brasileiro, e de toda a sociedade, consolidou-se dentro da relação de inimizade e de bando, ou seja, dentro de uma zona limítrofe de exceção e execução.

O paradoxo da soberania (estar ao mesmo tempo dentro e fora da lei) e o poder de sua decisão (decidir quem pertence ou não ao bando) inserem os corpos negros a uma condição de vida absolutamente matável, uma vida nua, indigna de ser vivida, um objeto que excede a esfera do direito. Para Agamben (2002, p. 91) a “soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera”.

Como explanado no capítulo anterior, na modernidade a condição de vida nua adquire outra dimensão, deixa de ser um aspecto individual e alcança uma proporção coletiva. Após todos os aspectos até agora levantados, devido às análises dos processos de desenvolvimento (social, político e econômico), e à bibliografia abordada nessa pesquisa, podemos considerar que no município de São Paulo, desde sua chegada até os dias atuais, os negros e seus descendentes foram categorizados como vidas nuas, existências desqualificadas e passíveis de descarte. E também, através desses pontos,

podemos aferir que no período pós-abolição essa condição não se transformou, foi perpetuada através de um planejado racismo de Estado; um dispositivo da biopolítica moderna que divide a sociedade de forma binária, assimétrica e conta com um recorte racial muito bem definido.

> Enfim, o tema do Estado, que era necessariamente injusto na contra história das raças, vai se transformando no tema inverso: o Estado não é instrumento de uma raça contra a outra, mas é, e deve ser, o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça (FOUCAULT, 1999, p. 95).

Foucault (1999) declara que o racismo de Estado é uma tecnologia biopolítica de gestão de vidas que assegura a higiene silenciosa de uma sociedade ordenada e racialmente monolítica; o autor alega que, “quando o tema da pureza da raça toma o lugar do da luta das raças, aí nasce o racismo” (FOUCAULT, 1999, p. 95). Assim, o discurso sobre raça transforma-se em um instrumento normativo de ordenamentos dos corpos, onde contra os males, a favor da pureza e em defesa da sociedade, a morte não é apenas um fim, mas o meio de organização social.

Para Mbembe (2018) esse é o ponto máximo da biopolítica, onde a política transmuta-se em trabalho de produção de morte, uma máquina diretiva de eliminação de corpos em larga escala; em outras palavras, onde a biopolítica converte-se em necropolítica em estado puro.

A partir de Mbembe (2018), Foucault (1999; 2002), Agamben (2002); Nascimento (2016); Moura (2013); Gonzalez (1983); Werneck (2011) e Santos (2006), podemos considerar que em São Paulo, no epicentro desse processo biopolítico e mortífero, estão os descendentes dos povos escravizados, a população negra, aqueles que foram transformados em vidas nuas, os que são os objetos, os alvos e a finalidade dessa política genocida de Estado.

Categorizados como vidas nuas, inseridos em um sistema necropolítico de eliminação e descarte de corpos negros, os afro-brasileiros, desde sempre, foram colocados na posição de inimigos do Estado; sujeitos subversivos e perigosos; um problema da sociedade; elementos a serem combatidos, afastados e abatidos; existências condicionadas pelos grilhões visíveis e invisíveis do capitalismo e do racismo; seres humanos provenientes de um

estamento absolutamente desprezível, fatalmente violentado e absolutamente matável pelas forças governamentais.

A disciplinarização produzida pelo biopoder, o binarismo social, o racismo de Estado, a guerra entre as raças, os estigmas de vidas nuas e as tecnologias genocidas da necropolítica são fundamentos que acompanham os negros e seus descendentes desde o momento do seu nascimento e perpetuam até a hora de sua morte. W.E.B du Bois (1999), ao tratar da questão dos afrodescendentes americanos em diáspora, inseridos no mundo dos brancos, alega que os crivos raciais são mais atenuantes nos lugares onde houve escravismo e, por essa razão, nesses ambientes existe um grande véu invisível e muito potente que divide a sociedade em dois mundos coexistentes: o do branco e o do negro, sendo o último sempre condicionado pelo primeiro.

> Depois do egípcio e do indiano, do grego e do romano, do teutão e do mongol, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhoado com uma visão de segundo grau neste mundo americano- um mundo que não concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos dos outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade (DU BOIS, 1999. p. 54).

Foram múltiplas as estratégias de submissão e extermínio da população negra na América; onde esteve presente, o racismo de Estado se institucionalizou, criou uma atmosfera de terror e violência em estado puro e permanente.

Considerando todos os aspectos abordados, podemos sugerir que a cidade de São Paulo já nasceu escravista: a princípio um pequeno entreposto comercial que comercializava vidas africanas e consolidou toda sua estrutura administrativa na hegemonia da raça branca em detrimento à negra. A partir dessa estrutura, racialmente binária, foram criadas inúmeras estratégias e leis para afastar os afro-brasileiros dos círculos do poder e jogá-los na marginalidade social, uma verdadeira política de apartamento racial.

Em suma, a cidade paulistana foi racialmente forjada em favor do desenvolvimento do capitalismo e para a reprodução de suas relações de poder. No processo de imigração, os europeus empobrecidos, e brancos, foram os eleitos para a exploração de mão de obra dentro das fábricas, das chácaras

e das fazendas, enquanto os negros foram sentenciados ao banimento e ao fechamento racial.

Nesse momento percebemos que não é mais a religião, nem a política colonial ou o senhor de engenho que decretam a matabilidade dos corpos negros, mas, sim, a necropolítica e o racismo de Estado. A cidade de São Paulo se desenvolveu atrelada a esses mecanismos de segregação racial e classificação social; e o espaço urbano paulistano foi palco desse desenvolvimento racista e excludente.

A necessidade de ampliar a superfície urbana e modificar o território para atender às demandas do capitalismo fez com que a cidade fosse fragmentada e os espaços hierarquizados. Esse modo de ordenação espacial, segundo Milton Santos (2012) é dicotômico e contraditório, pois ao mesmo tempo reproduz riquezas para uma pequena parcela da população e dissemina pobreza para a maioria dos habitantes, promovendo e agravando a crise urbana.

> Retomando o exemplo de São Paulo, verificamos que a crise urbana também se revela através da necessidade de investimentos maciços sempre maiores para “reabilitar” a cidade, em contraste com a proclamada incapacidade do poder público para efetivar esses investimentos. Não é bastante realçado do fato que a realização desses investimentos significa a impossibilidade de oferecer à população os serviços sociais que ela espera e precisa. Como a cidade se torna, cada vez mais, um espaço que se organiza para abrigar as grandes firmas, isso reduz os recursos públicos possíveis de serem destinados à população, agravando a crise social (SANTOS, 2012, p. 47).

Esse modo de administração pública gera um circuito retroalimentado, onde a pobreza é produzida para gerar mais investimentos e, invariavelmente, esses investimentos geram mais pobreza. O racismo contido nas relações estruturais é refletido no território, a distribuição espacial do município de São Paulo é bem definida e racialmente zoneada; em sua totalidade, os enriquecidos habitam as centralidades, lugares de conforto e seguridade, enquanto os empobrecidos residem nas zonas mais afastadas do centro.

Dessa maneira, a classe privilegiada, racialmente compreendida como branca, goza dos espaços de conforto e seguridade social, enquanto, a classe espoliada, racialmente definida como negra, é confinada aos espaços

insalubres, vulneráveis e empobrecidos pelos ativos mecanismos de segregação sócio/territorial/racial.

No próximo capítulo, a análise recairá sobre como o espaço urbano no município paulistano foi produzido/reproduzido e o modo como o capital hegemônico e a estrutura capitalista planejaram uma intensa política de proliferação da pobreza e miséria dentro desse território. Além disso, também será considerado como o racismo de Estado, o estado de exceção e uma produção espacial planejada e zoneada através de requisitos raciais, colocaram os negros paulistanos na topologia das crueldades e das múltiplas violências urbanas dentro da cidade de São Paulo.

Capítulo 3
Produção do espaço urbano e racismo estrutural no município de São Paulo

"No extremo sul da Zona Sul tá tudo errado
Aqui vale muito pouco a sua vida
Nossa lei é falha violenta e suicida...
Assustador é quando se descobre
Que tudo deu em nada e aqui só morre o pobre"
(RACIONAIS MC'S, 2018)

3.1. Espaço e suas definições

Vivemos em uma sociedade múltipla, heterogênea e profusa. Em um ambiente promovido por inúmeros processos, práticas e vivências, que são dinâmicos e por vezes muito flexíveis. Por causa dessas complexidades, a nós é permitido analisar nossa condição de existência social, por diversos modos, ângulos e olhares. Sendo assim, aferimos o espaço como elemento principal e o palco fundamental das relações humanas.

Desde muito cedo, os seres humanos buscaram compreender o espaço e suas dinâmicas. Na antiguidade alguns filósofos ocidentais realizaram pesquisas e desenvolveram análises sobre a territorialidade e seus desdobramentos; dentre eles, destacamos Anaximandro, Hecateu, Hipócrates, Eratóstenes, Aristóteles, Tales, Heródoto e Pitágoras. No início do século XX, essa discussão teve um importante debate científico entre Ratzel e La Blache relacionado aos conceitos de espaço, território e pertencimento.

Friedrich Ratzel (1844-1904) alegava que o espaço é natural e interfere diretamente no desenvolvimento da sociedade. Populações que se adaptaram melhor ao seu ambiente conseguiram prosperar e produzir uma história sólida e proveitosa, mas aquelas que não se ajustaram sucumbiram às intempéries do tempo e de seu território. Em outras palavras, para o autor havia uma relação muito íntima entre o espaço habitado e o progresso dos povos, de certo modo o que veio a ser conhecido como determinismo geográfico.

Em contrapartida, Vidal de La Blache (1845-1918) enxergava uma relação entre a população e seus recursos, um conjunto de técnicas e costumes passados e construídos socialmente, que criava o que ele

denominou de “gênero de vida”, uma relação de equilíbrio entre técnicas, espaço, tempo e sociedade. A diversidade e o modo de utilização do meio explicariam o sucesso, dificuldades e a diversidade dos gêneros de vida.

Atualmente, essas concepções mudaram. Devido ao avanço das tecnologias e das pesquisas, sabe-se que a produção do espaço é mais profunda do que as concepções apresentadas por Ratzel e La Blache. Porém, não podemos cair no erro maiêutico de afirmar que nossos antecessores estavam errados, mas, sim, observar como ao longo do tempo, nossa sociedade se transformou e como todas essas mudanças modificaram o espaço e nossas relações ao redor do mundo.

Assim sendo, no espaço, os elementos cognitivos, sensíveis e não sensíveis, são representados e nossa existência é escrita, vivida, produzida e sociabilizada. Santos (2014*a*) define o espaço como algo inerente e um produto socialmente produzido pelas ações humanas, e afirma também que “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social” (SANTOS, 2014*a*, p. 22).

A partir dessa linha de pensamento, consideramos nesta pesquisa que o espaço é uma construção social, e dentro desta formação há historicidade, racionalidade, funcionalidade e desigualdade. A alteração do espaço constitui em uma mudança substancial e, por vezes, profunda no modo e nas estruturas de integração e de socialização. Dessa maneira, o espaço age de modo dialético, pois ao mesmo tempo em que é formado, é formador, em que é induzido, é indutor, em que é organizado, é organizador. Se a confecção de um conceito é uma tentativa de explicar o real, há várias definições para conceituar e descrever o que é o espaço.

Para Lefebvre (1999), o espaço é dinâmico e repleto de possibilidades, é o “resultado de uma história que deve ser concebida como atividade de ‘agentes’ ou ‘atores’ sociais, de ‘sujeitos’ coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando toda a extensão da sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p. 119).

Além disso, Lefebvre (1999) compreende que o espaço está atrelado à prática social, dentro de uma tríade que o divide em três âmbitos (percebido – concebido – vivido). Esse trio age em conjunto, de forma simultânea e dialética, assim, “o espaço é percebido em suas dimensões físicas; as representações,

ou seja, as maneiras pelas quais o espaço é mentalmente concebido; e espaço representacional, ou seja, onde o espaço é socialmente vivido" (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

Carlos (2016) segue a mesma lógica e define o espaço como "um produto social e histórico, e ao mesmo tempo, realidade imediata, passado, presente imbricados, tudo isso sem deixar de conter o futuro que emerge como condição de vivência" (CARLOS, 2016, p.39).

Assim como Lefebvre (1999), Harvey (2012) também faz uma divisão tripartite, porém com elementos distintos; para ele, o espaço é absoluto, relativo e relacional.

> Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma 'coisa em si mesma', com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 2012, p. 13).

Soja (1994) ressalta a profusão de elementos que são contidos no espaço e que esses fenômenos refletem e configuram o ser no mundo. Para o autor:

> Assim como no espaço, o tempo e a matéria delineiam e abrangem as qualidades essenciais do mundo físico, a espacialidade, a temporalidade e o ser social podem ser vistos como as dimensões abstratas que, em conjunto, abarcam todas as facetas da existência humana. Mais concretamente especificadas, cada uma dessas dimensões existenciais abstratas ganha vida com uma construção social que molda a realidade empírica e é simultaneamente moldado por ela (SOJA, 1994,p. 35).

Castells (1999) afirma que o espaço é o suporte material das práticas sociais de tempo compartilhado; em outras palavras, o espaço reúne práticas que são simultâneas ao tempo e molda toda a dinâmica estrutural da sociedade.

> As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Há inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores. Na verdade, *espaço é tempo cristalizado* (CASTELLS, 1999, p. 435).

Santos (2006; 2014c) define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e considera que podemos neles reconhecer suas categorias analíticas internas. “Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (SANTOS, 2006, p.12-13).

> O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 2014c, p. 31-32).

Trouxemos à tona esses autores que consideram a produção social do espaço, para reiterar a afirmação acima proferida de que a produção espacial é um fenômeno complexo e dialético; onde o espaço é produzido/reproduzido através de ações humanas e dentro de um “dirigismo” social.

A construção espacial desenvolve-se de acordo e atrelada a uma racionalidade sistêmica e segue um padrão funcional em sua forma, função e também em sua estrutura. Há vários conceitos e metodologias que tentam definir o espaço, trouxemos apenas alguns para observarmos as complexidades e as variedades dessas definições.

Para haver uma coerência e uma direção metodológica, nesta dissertação, a partir desse ponto, trataremos o espaço segundo a definição de Milton Santos (2006, 2014c); nesse sentido, propomos entender o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Sendo que, “esses sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é,

não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos de ação" (SANTOS, 2013b, p.106).

3.2. Sistema de objetos e sistema de ações

No princípio da existência humana não existia nenhum objeto, tudo era considerado "coisa", nossos ancestrais se apossaram desses elementos para auxiliá-los em sua sobrevivência individual e/ou coletiva. Esses elementos naturais não continham valor em si; dessa forma, cada grupo social os utilizavam de maneiras distintas. Com o passar do tempo, os humanos desenvolveram técnicas para moldar essas "coisas" e transformá-las em objetos.

Assim, segundo Santos (2006); Moles (1973); Baudrillard (1973), as coisas ganharam significados sociais e foram transformadas em objetos. A "criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento" (SANTOS, 2006, p. 43). Portanto, podemos definir o objeto como qualquer elemento fabricado pelos seres humanos e que carrega consigo signos, significados e significantes artificiais. Algo que ultrapassa o sentido do conteúdo, do uso e obtém um valor social.

Principalmente a partir da modernidade, os objetos ganharam uma funcionalidade social, onde o possuidor é hierarquizado de acordo com a quantidade, a diversidade, e pela especificidade do objeto. Nesse sentido, os objetos não têm sentido em si, não funcionam isoladamente e nem de modo independente, eles fazem parte de um sistema de relações socialmente construídas e bem definidas. "São objetos que tendem a unicidade, um sistema de objetos que pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte" (SANTOS, 2013b, p. 86).

> Objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo. O automóvel é, para Baudrillard, um dos mais importantes signos de nosso tempo e seu papel na produção do imaginário tem profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo a redefinição da sociedade e do espaço. As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse. Os homens acabam considerando o automóvel como indispensável e esse dado psicológico torna-se um dado da realidade vivida (SANTOS, 2006, p. 41-42).

Para entendermos melhor esse sistema de objetos, devemos nos ater às estruturas que os fabricam e as redes relacionais que os interligam a um modelo técnico de produção e utilização.

> Os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada para que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos já não nos obedecem, porque estão instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua intencionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas também, frequentemente, simbólica. Aliás, para ser mercantil, com frequência ela necessita ser simbólica antes (SANTOS, 2013b, p. 107).

Para obedecerem às intencionalidades precisas e seus objetivos, os objetos são fabricados a partir de técnicas, ou melhor, através de um sistema ou um conjunto de técnicas. Santos (2006) define as técnicas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16).

Os sistemas de técnicas foram evoluindo no decorrer do processo histórico; esses mecanismos detêm uma lógica de existência e de evolução, um modelo cíclico de durabilidade. E operando nessa temporalidade programada, os “conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar” (SANTOS, 2006, p.115).

Assim como Harvey (2012), em suas obras Milton Santos aponta uma realidade relacional entre os espaços, dessa maneira, o espaço não é, assim como apontado por muitas definições geográficas, somente o “resultado de uma integração entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente” (SANTOS, 2014c, p. 30), mas sim, um movimento permanente de desenvolvimento social atrelado às técnicas, que nem sempre são oriundas dos espaços onde são aplicadas (SANTOS, 2014a).

Segundo Santos (2000; 2006; 2012b; 2014c), a humanidade passou por vários sistemas técnicos; dentre eles podemos destacar: o sistema técnico-pré-agrícola; o sistema técnico-agrícola-comercial; o sistema técnico-industrial; e

atualmente, de acordo com o autor, estamos no sistema técnico-científico-informacional.

A partir dessa análise, "cada período se caracteriza por dado conjunto de técnicas. Em cada período histórico, temos um conjunto próprio de técnicas e de objetos correspondentes" (SANTOS, 2014c, p. 74). A evolução desses sistemas técnicos seguiu a lógica mercantil, ocorreu dentro de uma busca desenfreada por maiores lucros e para gerar mais privilégios aos possuidores do capital; "cada período é desse modo marcado por uma espécie de coesão, que permite enxergar nele um conjunto técnico auto-regulado" (SANTOS, 2006, p. 115).

Essa complementariedade entre as técnicas é estrutural e mantém-se através de relações de dependência com a estrutura vigente. Há uma unicidade entre as técnicas, que formam um sistema técnico, que por sua vez, produz objetos que atendam às funcionalidades sociais de sua produção. Assim, o objeto não é mais apenas um simples objeto, mas sim, um objeto técnico, produzido e condicionado por forças estruturais e provenientes de um sistema de ações, muitas vezes, alheio ao espaço em que está inserido.

Para entendermos melhor o sistema de ações, temos que compreender que qualquer ação é um processo, mas um processo racional com propósito e dotado de intencionalidade. "A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais, e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia" (SANTOS, 2006, p. 52).

> Essas ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, à própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exatamente, servir a uma ação racional, ação que se quer precisa, graças às técnicas concretas. As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma *razão* técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito (SANTOS, 2006, p. 52).

Como vimos, a fabricação de objetos técnicos, ou modernos, obedecem à ação da racionalidade do capital e essa estratégia visa criar necessidades materiais, imateriais, simbólicas, culturais, sociais, econômicas, morais, éticas, afetivas, entre inúmeras outras. "Todos esses objetos modernos aparecem com

uma enorme carga de informação, indispensável para participarem das formas de trabalho hegemônicos, a serviço do capital hegemônico” (SANTOS, 2013b, p. 97), isto é, a serviço do trabalho economicamente mais produtivo e da exploração socialmente mais lucrativa.

> Os objetos atuais nascem com uma vocação mercantil, diferentemente dos outros objetos, vindos dos períodos anteriores. Da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, quanto mais alto é o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área; e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes (SANTOS, 2014a, p. 122).

Além do direcionamento das técnicas, das ações e da produção de objetos, orientados para a reprodução do capital, atualmente há um movimento de unicidade entre os sistemas (técnico, de objetos e ação). Santos (2006) observa esse fenômeno como algo natural ao nosso modo de organização, “o movimento de unificação, corresponde à própria natureza do capitalismo, se acelera, para hoje alcançar o seu ápice, com a predominância, em toda parte, de um único sistema técnico, base material da globalização” (SANTOS, 2006, p. 125).

> No início do período capitalista, os modelos de utilização dos recursos ainda eram múltiplos, sobretudo em escala mundial. À medida que o capitalismo se desenvolveu, o número de modelos se reduziu, a margem de escolha se tornou cada vez mais estrita. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a instauração do capitalismo tecnológico, nem sequer se pôde continuar a falar de uma escolha: impõe-se um só modelo de tecnologia, de organização, de utilização do capital etc. (SANTOS, 2014b, p.138).

Devido à diversidade global, nunca na história da humanidade as técnicas foram unificadas e dificilmente serão, haja vista que a diferenciação e as desigualdades materiais são as bases do sistema vigente. Por essa razão, “pode-se falar de unicidade técnica pelo fato de que os sistemas técnicos hegemônicos são cada vez mais integrados, formando conjuntos de instrumentos que operam de forma conexa” (SANTOS, 2006, p. 126). É importante compreender que a unicidade das técnicas, dos objetos e das ações não significa presença única, mas sim, uma produção homóloga, um motor único e uma única finalidade.

3.3. Globalização, estrutura e unicidade das técnicas

A partir do século XX, principalmente após a segunda grande guerra, as forças (políticas, econômicas, sociais e militares) do capital arquitetaram e impulsionaram um projeto de sociedade mundial. Através da internacionalização da produção de objetos modernos e da mundialização dos sistemas técnicos, foi permitido criar o que Santos (2000) denomina de motor único, um mecanismo mundial que age dentro de "um sistema unificado de técnicas, instalado sobre um planeta informado e permitindo ações igualmente globais" (p. 29).

> Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutualmente, é também um fato novo. Um elemento da internalização atrai o outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se caminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais-valia (SANTOS, 2000, p. 30).

Essa mundialização do modo de produção, conduzida e de acordo com a unicidade das técnicas, do consumo e da mais valia em escala global, produziu um fenômeno conhecido como globalização. Santos (2000) não compreende esse processo como um avanço humanitário, mas, sim, como um caminho perverso rumo à barbárie em escala mundial, segundo ele, "a globalização mata a noção de solidariedade, devolve ao homem a condição primitiva do cada um por si é, como se voltássemos a ser animais da selva" (SANTOS, 2000, p. 65). Assim sendo, a lógica selvagem, impiedosa e desigual da globalização favorece alguns países, regiões, empresas e indivíduos, mas, paralelamente, aprofunda as desigualdades, as desregularidades, as disparidades e a brutalidade entre todos os envolvidos.

A implantação da globalização, através do discurso e/ou da força, tende a desqualificar culturas locais e regionais; deslegitimar governos em favor dos países historicamente favorecidos (devido às inúmeras formas de explorações sobre outras nações); empoderar grandes corporações capitalistas; e sustentar o desenvolvimento ultra desigual do capital hegemônico.

Os esforços desse fenômeno caminham, de modo ininterruptamente violento, para a produção de uma sociedade sistematicamente homogênea e homóloga a um único motor. Um efetivo sistema macro organizacional, organizado de modo unilateral e sem uma autorização democrática, a globalização invade todos os espaços do planeta e impõe a sua perversa lógica, um verdadeiro totalitarismo em escala global (SANTOS, 2000).

> Essa violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa Era da globalização, do dinheiro em seu estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização (SANTOS, 2000, p. 55).

Desse modo, podemos considerar a globalização como um conjunto direcionado e injusto de transformações na esfera política, econômica e social em escala global. As ações e pressões provenientes desse processo forçam o mundo a interligar-se em uma rede desequilibrada de trabalho, informações e trocas de mercadorias.

Em decorrência desse pragmático processo de mundialização das técnicas e do modo de produção, o capitalismo promoveu, globalmente, a fragmentação, o controle, a alienação e apropriação de tudo que possa gerar lucro. (1998) já apontava isso no século XIX, quando dizia:

> Tão logo as ferramentas se transformaram de implementos manuais do homem em implementos de um aparelho mecânico, de uma máquina, o mecanismo motor também adquiriu uma forma independente, totalmente emancipada das limitações da força humana. Com isso, a máquina individual reduz-se a simples fator da produção pela maquinaria (MARX, 1998, pag.178).

Trocando em miúdos a citação acima proferida por Marx (1998), a transformação das ferramentas operadas manualmente em instrumentos de uma máquina reduz o trabalhador a uma “simples” fonte de energia descartável. Com a expansão dos objetos técnicos e seus modos de ação, a vida humana transforma-se em mera massa orgânica dentro de um sistema mundial, estruturalmente movido de forma independente e totalmente emancipado da vontade individual do sujeito.

Santos (2006; 2014a) considera que a globalização se desenvolve através de um meio técnico, científico, informacional e, acima de tudo, é fruto da ideologia capitalista. Alega também que nesse processo, os quatro elementos (técnica, ciência, informação e capital) não se articulam em desarmonia, mas de modo sincrônico, e tendem a operalizar nossas vidas, conduzir nossas práticas e orientar nossa cotidianidade. Por causa dessa ação conjunta, harmoniosa e inseparável, Milton Santos (2006) considera que vivemos em uma sociedade técnico-cientifico-informacional em prol da reprodução do sistema capitalista.

> Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2006, p. 159).

Para ratificar essa análise, Santos (2006) reconhece que atualmente há uma grande interdependência entre a técnica e a ciência. Uma relação tão íntima que não há como elaborar ciência sem técnica e não há como produzir técnica sem ciência. O autor alega que há uma inseparabilidade entre as duas áreas do conhecimento, mas, contudo, “hoje a ciência precede a técnica, embora sua realização lhe seja cada vez mais subordinada à técnica, (...) o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção” (SANTOS, 2014a, p. 21).

O processo de globalização fabricou uma sociedade hierarquizada e manipulada pelas forças do capital hegemônico, orquestrada pelo poderio econômico das empresas transnacionais e de seus países de origem; desclassificou vidas, corpos e existência ao redor do mundo; politizou territórios, regiões e lugares; produziu espaços de privilégios e também de exceção; inseriu todo o planeta em uma lógica global de mais-valia, exploração e lucro; conduziu culturas à extinção e manipulou toda a organização mundial em prol de seus interesses econômicos, um verdadeiro e racional sistema de perversidades em uma escala antes inimaginável.

> A mundialização que se vê é perversa. Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e da desintegração do indivíduo (SANTOS, 2014a, p. 21).

A mundialização das técnicas, a produção de objetos mercantis e a fabricação de uma sociedade homóloga a um sistema administrativo e voltada a um motor único de desenvolvimento social, faz parte de uma estrutura mundial muito bem organizada e controlada por complexos condicionantes e estruturantes que agem dentro de um ordenamento estrutural muito bem definido.

Portanto, a globalização é uma estrutura global, ou seja, uma macroestrutura estruturada pelas forças visíveis e não visíveis do capital que visa submeter o mundo a um condicionante comum. Um motor único operado pela força, pela brutalidade e pela perversidade do capital em seu estado puro. Move-se em direção aos interesses e a reprodução de privilégios econômicos, sociais e políticos de uma classe dominante.

Para Santos (2000) a globalização produziu uma rede mundial, estrutural, sistêmica e hedionda de violências e extermínio em massa em todo o canto do planeta. Ao passo que "a perversidade que se manifestava de modo isolado agora se instala em um sistema de perversidades" (SANTOS, 2000, p. 55).

A produção dessa sociedade global condicionou todos a um singular modo de desenvolvimento, orquestrado pela unicidade da técnica e vinculado aos interesses mercantis; criou uma estrutura internacional e rígida de dominação e desigualdade; subjugou grande parte da população mundial a extremas condições de precariedades e a excessivas formas de vulnerabilidades; classificou e hierarquizou os seres humanos; e de modo calculado, reduziu grande parte da humanidade a meras existências descartáveis, corpos sem valor social, marcados pela indignidade de estarem vivos; alocados em situações de absoluta matabilidade, sendo obrigados a habitarem territórios marcados pela violência estrutural do capital, em seu estado mais puro.

3.4. Produção do espaço e suas contradições

Como analisado, há muita complexidade, dialética e profundidade no conceito de espaço, elaborado e defendido por Milton Santos. Vimos que compreender que o espaço é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, vai muito além de entender essa simples e curta frase.

Ao fazermos a opção de uma análise social de acordo com essa perspectiva espacial, reconhecemos as forças do estruturalismo como uma rígida estrutura estruturada que atua de modo diretivo na organização de nossa sociedade, de nossa existência e na produção de nossa cotidianidade.

Grande parte da historiografia e dos estudos sobre produção espacial descreve que o espaço é produzido, reproduzido e desenvolvido através de forças, técnicas, objetos, informações, práticas, usos, trocas, signos, enfim, através de uma rede de elementos, quase que infinita, mas finita, de componentes, inerentes ou não ao território.

Esses elementos fornecem condições para sua transformação, manutenção e reificação; além disso, como já citado, muitos autores alegam que a produção espacial é constituída em pares dialéticos, indissociáveis por definição, ou seja, o espaço é produzido/reproduzido, induzido/indutor, ação/reação, ato/consequência, incluído/excluído, local/global, entre outros pares (CARLOS, 2016; CASTELLS, 1999; DOLLFUS, 1972; HARVEY, 2014; MAMIGONIAN, 1976; LEFEBVRE, 2008; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2012; SOJA, 1994).

Com isso podemos afirmar que o espaço é a contradição em forma latente, é a mediação que interfere diretamente em todas as relações, mas, em contrapartida, insere-se no paradoxo de ser diretamente influenciado por todas as ações derivadas de suas mediações.

No tipo de sociedade em que vivemos (capitalista), toda lógica de produção está inerente ou é homóloga ao modelo de produção econômica e social. Se o espaço é produzido, e a produção está imersa em um modelo de mundo pré-estabelecido, podemos supor que não há uma produção espacial anárquica, desgovernada, desorientada e disforme, mas, sim, uma produção

capitalizada, governada, orientada e uniforme em benefício do desenvolvimento de quem o produz, nesse caso, daqueles que detêm o capital.

> O Capital é o sangue do corpo político de todas as sociedades que chamamos de Capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado (HARVEY, 2011, p.07).

Lefebvre (2008) salienta que o espaço pode ser analisado a partir de várias perspectivas. Portanto, segundo este autor, pode-se, também, considerá-lo como um instrumento de Poder, uma mediação, que permite impor certa coesão (pela violência estrutural), e dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva). Dessa maneira, “os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ significam regularização buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida. Portanto nesse aspecto, o espaço instrumentalizado torna-se um mecanismo de Poder” (LEFEBVRE, 2008, p. 44-45).

Além de analisar o espaço como um instrumento de poder, Soja (1994) compreende o espaço também como um instrumento de desigualdade; por isso, assinala as continuidades dos processos de desenvolvimento e de exploração espacial.

Soja (1994) alega que o espaço quando é instrumentalizado pelas forças do capital hegemônico transforma-se em produto das classes dominantes, torna-se uma construção burguesa de favorecimento de classe e uma ferramenta de controle, desigualdade e coerção social. O autor orienta-nos que para se manter como tal (instrumento de poder e de desigualdade da classe dominante), não pode haver mudanças profundas, radicais e significativas na organização do espaço.

Por essa razão, a geografia histórica do capitalismo não tem sido marcada por revoluções, grandes reviravoltas e por substituições completas de sistemas, mas, sim, “por uma sequência evolutiva de reestruturações parciais e seletivas, que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas” (SOJA, 1994, p.206).

Carlos (2016) ressalta a dialética e as ações interligadas ao processo de produção espacial, e define o espaço como parte do mundo produzido, como obra humana decorrente do seu processo de desenvolvimento histórico e

“nesse processo há uma dupla determinação: o homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção” (CARLOS, 2016, p. 11). Em outras palavras, o ser humano e o espaço interagem de forma híbrida, sendo ambos produtos e produtores de suas ações.

Santos (2014a) também compreende a produção espacial como fruto da historicidade humana e o resultado (sempre em aberto) da realização social dos povos sobre a face do planeta Terra. Além disso, o autor estabelece uma relação muito próxima entre a estrutura global e a estrutura local, pois “somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem” (SANTOS, 2014a, p. 22).

> A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 2014a, p. 28).

Pautados nos pontos acima levantados e, principalmente, nas definições de Milton Santos (2000; 2006; 2014a), podemos observar certa racionalidade e inseparabilidade entre a formação social do espaço e na construção social dos indivíduos. Desse modo, sujeito e espaço são indissociáveis por essência, a análise fragmentada dessas duas categorias tende a produzir um resultado fragmentado. É importante frisar que, de modo algum, estamos propondo uma naturalização entre indivíduo e espaço, muito menos biologizando a discussão; estamos indicando o quanto o espaço age como um organizador da vida cotidiana e, de certo modo, como as condições espaciais condicionam as existências dos indivíduos; em outros termos, esse condicionamento espacial “é um movimento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente” (SANTOS, 1983, p 45).

> O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade do homem e comandam a prática social (SANTOS, 2014a, p. 34).

Como dito anteriormente, o espaço não é produzido de forma anárquica e tampouco está solto, à deriva e independente das condições estruturais vigentes. A produção espacial obedece a um ordenamento, uma ordem distante e bem objetiva. Dessa maneira, atualmente, o espaço reproduz as condições materiais e simbólicas da totalidade; ou seja, corresponde às demandas globais, mesmo dentro das estruturas locais.

Santos (2014a) reafirma esse movimento dizendo que, “nenhuma questão pode ser respondida fora da concepção de uma totalidade de estruturas e de uma totalidade de relações” (SANTOS, 2014a, p. 49). O autor continua sua reflexão reiterando que devido aos progressos das técnicas, das ciências e da informação, hoje, “pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com uma *universalidade empírica”* (SANTOS, 2006, p. 73); dessa forma, a totalidade, mais do que nunca, é uma realidade concreta.

Esse processo de universalidade empírica, impulsionado pela globalização; pela unicidade das técnicas; pela homologia simbólica dos objetos técnicos; e os constantes progressos da ciência, buscam, com certo sucesso, a fabricação de uma sociedade ideologicamente pasteurizada, politicamente massificada, socialmente desigual e humanamente hierarquizada. Assim, através da produção espacial, a sociedade global e seus estruturantes, decidem de modo racional, quais são os seres humanos que precisam e são dignos de viver e quais devem perecer e são passíveis de morrer (SANTOS, 2006; MBEMBE, 2018).

A formação social do espaço (global/local) e, consequentemente dos indivíduos, segue um padrão coerentemente desequilibrado que atua diretamente para a reprodução das desigualdades e visa estabelecer uma política diferencial entre os espaços, os territórios e, fundamentalmente, entre as pessoas. Através de dirigidas políticas de administração do espaço e permanentes ações voltadas para reprodução do capital, essa estrutura gera um ordenamento global de proliferação da pobreza e potencializa as condições de miserabilidade em toda parte do planeta. Para Santos (2014b), atualmente, estamos vivenciando um novo período e “esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a *pobreza planejada*” (SANTOS, 2014b, p.29).

A globalização produziu um processo contínuo e mundial de pobreza, algo muito diferente das anteriores, uma pobreza global, racionalmente planejada e desejada, uma arquitetura sistêmica de caos e perversidades; “seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade. A fome deixa de ser um fato isolado e passa a ser um dado generalizado” (SANTOS, 2000, p. 58-59).

Além de visar a reprodução do capital e seus mecanismos, essas estratégias de desintegração social e a produção sistêmica dessa “multidão de gente pobre”, destina-se ao empoderamento (econômico, político, social, cultural e jurídico) e a fornecer uma enorme rede de segurança e proteção para uma ínfima parcela da população mundial (SANTOS, 2012b).

> Esse movimento é contemporâneo do processo de mundialização porque passa o planeta e envolve todos os aspectos da vida social. É o resultado da modernização contemporânea, que a globalização tornou irrecusável, modernização que é, ao mesmo tempo, seletiva e não igualitária, privilegiando uma parcela da população com o desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multidão de gente pobre, isto é, aquela parcela bem maior da população para quem a modernização é perversa (SANTOS, 2012b, p. 77).

Tomemos como exemplo as recentes informações divulgadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), onde o órgão atesta que, "atualmente, cerca de 1% da população acumula tanta riqueza quanto os 3,5 bilhões de pessoas mais pobres do planeta”[16]. Outra informação, divulgada pela mesma organização, diz que pelo terceiro ano consecutivo houve um aumento no número de pessoas passando fome no mundo: “o relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2018* revela que, em 2017, uma em cada nove pessoas no planeta foi vítima da fome”[17].

Toda essa conjuntura de violência endêmica e perversidade sistêmica operam dentro de uma lógica muito bem calculada e definida. Essas disparidades não são naturais, muito menos obra do acaso ou apenas consequência do processo de mundialização, a pobreza é planejada e

[16]https://nacoesunidas.org/onu-cerca-de-1-da-populacao-mundial-possui-a-mesma-riqueza-que-35-bilhoes-de-pessoas-mais-pobres/ acessado em 29/03/2019, ás 16:15.

[17]Fonte: https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/ Acessado em 29/03/2019, às 16:16.

estrutural. Em outras palavras, a pobreza é parte integrante do processo de globalização, ela é um elemento orgânico e fundamental que dá base e auxilia na sustentação do modo de produção, do modelo de sociedade e de consumo no qual estamos inseridos.

Em nossa sociedade global e contemporânea há uma seletividade de ações e investimentos que conduzem as políticas internacionais e orientam a distribuição de renda e recursos de acordo com as demandas da economia. Essa mundialização de operações conduz as políticas internas dos territórios e determina as condições dos indivíduos dentro dessa estrutura.

Sendo assim, não dá para dissociarmos a produção do espaço local da produção do espaço global; ambos estão intimamente ligados à reprodução do capital e à perpetuação das desregularidades econômicas; ambos integram uma estrutura de privilégios, hierarquias sociais e estão imbuídos de um motor único. Os espaços locais e globais fazem parte de uma totalidade concreta, uma realidade ativa, uma ordem diretamente atuante na organização espacial do território, no desenvolvimento das mercadorias, na distribuição de investimentos, na cotidianidade dos indivíduos e na seletividade dos corpos.

3.5. A produção social do espaço urbano no município de São Paulo

Após conceituarmos o espaço, analisarmos como sua produção está estreitamente ligada à reprodução do capital, atrelada aos interesses das classes favorecidas pelo sistema capitalista e arquitetada dentro de uma totalidade global, produtora de múltiplas violências, perversidades e desigualdades, veremos agora como o município de São Paulo se desenvolveu dentro dessa organização mundializada e orquestrada pelas forças do capitalismo.

A produção do espaço urbano da cidade de São Paulo, desde sempre, foi pertencente aos domínios da burguesia vigente. No princípio do século XX, o município já se destacava como a mais forte economia do país devido à produção e distribuição do café. Exportava com autonomia e atraía investimentos do exterior e de alguns investidores nacionais e, em razão desse processo, com o passar de poucos anos a política governamental e os atrativos econômicos já estavam centrados no Sudeste (FURTADO, 1995).

Nessa região existia uma forte elite, conhecida como os barões do café que, deste o fim do século XIX, rivalizavam o comércio e o poder político com o desgastado império de D. Pedro II; cabe considerar que essa oligarquia paulistana ganhou mais força e dominou o cenário quando foi abolido o trabalho escravo, em maio de 1888 (FERNANDES, 2008; PRADO JUNIOR, 2012).

> A expansão agrícola da zona central do Estado criou novas condições para o desenvolvimento do comércio na cidade de São Paulo. A produção daquela zona escoava-se pelo porto de Santos, o que contribuiu poderosamente para transformar a cidade de São Paulo em ponto de trânsito dos produtos de exportação ou importação e em centro comercial das populações de uma parte importante do interior (FERNANDES, 2008, p. 49).

A passagem de entreposto comercial, sem muita importância aos interesses econômicos da elite escravocrata, para uma cidade de ponta do processo de industrialização no Brasil, ocorreu de forma acelerada e causou grandes transformações na sociedade paulistana. Devido à absorção de ritos, ritmos e práticas de países europeus em pleno processo de desenvolvimento industrial, em menos de duas décadas a cidade passou por profundas modificações em sua morfologia, em sua organização urbana e em sua demografia. Além disso, São Paulo absorveu, de forma irrestrita, mão de obra europeia, considerada barata, qualificada e “civilizada”, os imigrantes (KOWARICK, 1994).

Os imigrantes eram inúmeros povos da Europa e da Ásia que estavam fugindo de conflitos, doenças e da fome que assolavam os continentes no início do século XX. Rapidamente, grande parte dessa massa populacional foi transformada nos novos trabalhadores do Brasil e anexada às indústrias, às fazendas e à sociedade. (ROLNIK, 1994).

> Em São Paulo, nem o negro nem o caipira (homem livre não proprietário de escravos) ocuparam imediatamente o lugar deste novo trabalhador. Do ponto de vista dos fazendeiros de café — que propuseram e lideraram a substituição do trabalhador cativo pela mão-de-obra livre — era mais vantajoso empregar o imigrante europeu. As razões são antes de tudo econômicas: o fazendeiro não precisava pagar a passagem do imigrante — esta era paga pelo governo da província. Mas ao mesmo tempo a opção pelo "braço livre europeu" significava usar mão-de-obra "civilizada", já que não era possível romper repentinamente com todo o arcabouço ético-político da

> escravidão, montado mediante identificação "selvagem-inumano-cativo." (ROLNIK, 1994, p. 96).

Para apoiar o desenvolvimento das indústrias, desde o princípio da República (1889), São Paulo produziu um espaço urbano pautado na ostentação do capital e também em conceitos europeus de urbanização. Em meados da primeira metade do século XX, a cidade dá início a uma grande estratégia de reorganização de seu território, derrubando enormes cortiços localizados em seu centro, abrindo novas avenidas e produzindo uma ideologia e um espaço voltado para a modernização industrial, portanto seletiva e regional (ROLNIK, 1994).

Reformas urbanas foram feitas para tornar São Paulo mais semelhante às capitais europeias, largas avenidas foram abertas e os antigos casarões coloniais cederam lugar a edifícios mais modernos. Procurou-se resolver partes dos sérios problemas de saneamento que assolavam o centro da cidade e que, frequentemente, ocasionavam sérias epidemias (FURTADO, 1995). Essa política de administração e higienização do espaço urbano envolveu medidas como: desinfecção de residências; destruição de cortiços e de casas velhas; abertura de ruas e avenidas; construção de grandes praças e elegantes *boulevards* (ANT, 1994).

Neste momento a cidade de paulistana foi palco de:

> Intervenções urbanísticas que modernizaram ou renovaram suas feições, expressando a realização dos anseios e do desejo das elites em se mostrarem progressistas e afinadas com o gosto europeu. A renovação da cidade, o afastamento das classes pobres dos limites urbanos, a implantação de uma estética que rompe com os padrões coloniais e os cosmopolitismos foram parte de um vocabulário comum dessa cidade progressista, transformada pelo urbanismo técnico, pelas medidas higienizadoras e pelas muitas medidas de controle social (DAOU, 2000, p. 24-25).

As medidas higienistas focalizaram sua força e avidez na parte socialmente mais vulnerável do centro, os cortiços. As autoridades locais se apoiavam em uma ideologia de criminalização desses espaços, julgavam que nesses lugares imperava a sujeira, a falta de organização e, além disso, acreditavam que os cortiços eram os grandes responsáveis pela propagação de muitas doenças que circulavam em São Paulo. Esses ambientes foram sistematicamente perseguidos e destruídos; além das epidemias virais, a elite

governante temia que dali, também se propagassem as "doenças sociais" (ANT, 1994).

A ideologia das classes aburguesadas paulistanas atribuiu um patamar indigno e indesejado aos habitantes dos cortiços, essas ideias biologizavam a discussão e individualizavam os problemas estruturais lá ocorridos. Atribuíam aos moradores, em sua grande maioria negros (recém-abolidos da escravidão rural ou urbana) e a alguns imigrantes empobrecidos, a responsabilidade da pobreza que lhe foi imposta pelo sistema (CHALHOUB, 1996). A grande imprensa e os relatórios oficiais (órgãos burgueses) eram os maiores perseguidores desse tipo de habitação (ANT, 1994):

> É preciso cuidar da UNIDADE URBANA, a habitação, não da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a classe operária, o Cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene impede (...). Medidas de rigor devem ser tomadas para conter a exploração gananciosa dos que constroem sem consciência e dos que locam e sublocam prédios sem atenção às leis da moral e à vida dos seus inquilinos.[18]

Constantemente a sociedade paulistana era bombardeada pelos colunistas com crônicas sobre os cortiços:

> Oh! Os cortiços (...). Ora, depois da gripe, era de se esperar que nossas autoridades não perdessem de vista os cortiços, e, ou tratassem de acabar com eles ou exigissem dos seus proprietários uma higiene rigorosa, rigorosamente fiscalizada. Entretanto, nada ou quase nada foi feito nesse sentido, e os cortiços continuam a aumentar de número, pomposamente denominados de "vila" e dando rendimentos fabulosos aos proprietários (Folha do Brás, 12/11/1899).

A marginalização dos cortiços se dava através de valores sociais e morais, importados da Europa e facilmente absorvidos pela, desde sempre, influenciável burguesia paulistana. O processo discriminatório tendia para a individualização e a culpabilização dos sujeitos, que devido à organização da cidade e do capital, eram obrigados a residirem nesses locais vulneráveis, com pouca iluminação natural e superpovoados.

[18] Câmara municipal de São Paulo, 1893, p. 43-44. A Segregação social que se forja na cidade e a constituição de espaços populares que representam um perigo – por sua sujeira, promiscuidade e anarquismo à ordem instituída.

O repúdio social era ideologicamente produzido, socialmente difundido e racialmente tendencioso, ignorava (não sabemos se por falta de conhecimentos adequados ou por pura especulação imobiliária) que os cortiços faziam parte de uma problemática estruturada e forjada dentro do capitalismo tardio que se desenvolvia dentro da cidade (CHALHOUB, 1996; KOWARICK, 2000).

Os críticos também não levavam em consideração que essas habitações, realmente insalubres, foram uma das saídas encontradas pelos negros recém-libertos e alguns poucos trabalhadores imigrantes perante a exclusão habitacional, frente a uma política burguesa racional de organização do espaço e também uma reação contra o racismo e a imensa desigualdade, contida no processo de urbanização do município de São Paulo (CHOLHOUB, 1996; KOVARICK, 2000; FERNANDES, 2008).

> E é preciso ao menos mencionar um outro motivo para a truculência contra os cortiços neste contexto: tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos (CHALHOUB, 1996, p. 25-26).

Como analisado no capítulo anterior, os problemas relacionados ao racismo e a discriminação dos descendentes de povos sequestrados na África, trazidos como peça e desumanamente escravizados por um período que durou quase quatro séculos, não foram dissolvidos com a abolição. Dessa maneira, o processo de racialização persistiu como um importante marcador social e atuou como uma rígida barreira para o desenvolvimento político e econômico da população negra. Segundo as pesquisas de Chalhoub (1996), os cortiços sempre foram um problema muito grande para o sistema escravista e a todos que se beneficiavam dessa conjuntura de exploração dos corpos negros que operava livremente dentro da cidade paulista.

> Em 5 de maio de 1869, a coluna de "publicações a pedido" do Jornal do Commercio trazia uma carta dirigida ao chefe de polícia da Corte:
> •Pedimos a S.Ex. mandar dar busca em vários cortiços da Corte, que se estão transformando em asilo de escravos fugidos, em detrimento de seus possuidores para jogos e outros atos imorais e prejudiciais.

> Será um grande serviço que prestará S.Ex. aos possuidores de escravos, que com esperança recorrem ao zelo e justiça de S.Ex. (CHALHOUB, 1996, p. 26).

As autoridades se preocupavam com a presença dos cortiços no centro da cidade e essas propriedades passaram a ser um problema único e exclusivamente de segurança pública. Em outras palavras, as habitações onde, majoritariamente, os moradores eram negros, transformaram-se em jurisdição policial, ou seja, virou caso de polícia.

A carta abaixo, datada de 19 de Março de 1860, dirigida para a câmara municipal e escrita pelo chefe da polícia, indica a imensa preocupação e o desejo, movidos pelo racismo e pela discriminação, de eliminar todos os cortiços da cidade.

> Secretaria de Polícia da Corte, 19 de março de 1860.
>
> Illmos. Snrs.
>
> Existe nesta cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou a pessoas livres, que parcialmente as sublocam a escravos.
> Os males resultantes de uma tal prática são notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem o valhacouto de escravos fugidos e malfeitores, e mesmo de ratoneiros livres, tornam-se verdadeiras espeluncas, onde predominam o vício, e a imoralidade baixo (sic) de mil formas diferentes.
> Urgente seria, pois, reprimir severamente semelhante abuso, proibindo-se alugar, ou sublocar qualquer casa, ou parte dela a escravos, ainda mesmo munidos de autorização dos senhores para esse fim (CHALHOUB, 1996, p. 28).

Para Chalhoub (1996), essa perseguição aos cortiços e seus moradores ocorreu porque no “ contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (CHALHOUB, 1996, p. 23). Assim, as políticas públicas voltadas á destruição dos cortiços, também era uma estratégia do Estado para criminalizar e afastar os negros das centralidades das grandes cidades brasileiras.

Por vários motivos, os cortiços ameaçavam o controle social da cidade de São Paulo, mas, invariavelmente, observamos o racismo contido nas relações, nos documentos e nos anseios das autoridades responsáveis, como

fator determinante do processo de discriminação e marginalização dessas propriedades. Assim, aos poucos, os cortiços foram derrubados, tombados ou tomados pelo poder público; inúmeras foram as intervenções municipais visando a requalificação dos espaços centrais aos padrões aceitos pelo capital e sua burguesia vigente; os descendentes africanos não detinham a autorização e nem as condições financeiras para permanecerem no centro (CHALHOUB, 1996; ROLNIK, 1994).

A população negra foi o segmento social que mais sofreu por causa dessa política higienista de Estado; devido a essas políticas de apartamento racial e social, a maioria dos negros da cidade de São Paulo foram obrigados a se deslocarem para as regiões periféricas; os afro-brasileiros foram abandonados à própria sorte, transformados nas classes perigosas, perseguidos e executados pelas forças policiais e pelos governantes da cidade. (GONZALEZ, 1982; NASCIMENTO, 2016; MOURA, 2013; FERNANDES, 2008).

O apartamento racial e as discriminações não diminuíram com o passar dos anos, Lélia Gonzalez (1982) argumenta que essas ações se fortaleceram e consolidaram-se como práticas inerentes ao desenvolvimento social das pessoas de cor.

> As práticas discriminatórias, a tendência em evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro, reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como “lugar apropriado” para as pessoas de cor (GONZALEZ, 1982, p. 91).

Ao fazer a análise deste período paulistano, Fernandes (2008) considera que a cidade de São Paulo não se transformou em bloco, ou de um momento para outro, mas, sim, em fragmentos, em ritmos distintos e seguindo uma política racista e estruturada durante o período colonial. Dessa maneira, esse território “conservou em seu bojo reminiscências vivas do passado e estruturas arcaicas que reconstruíram o antigo regime em vários níveis da convivência humana” (FERNANDES, 2008, p.191).

Deste modo, percebe-se que a produção social do espaço urbano em São Paulo não foi pautada em fatores coletivamente sociais, e também não seguiu uma ordem de equilíbrio entre seus habitantes. Esse processo fez parte

de uma estratégia permanente de atendimento e resolução das demandas de uma pequena parcela da população, indivíduos que, através do processo histórico, foram racialmente privilegiados e sempre detiveram os poderes econômicos, políticos e jurídicos dessa sociedade.

Essa forma segregacionista de organizar a cidade produziu um extenso abismo nas relações sociais e territoriais, de modo que ao longo desse regime surgiram dois grupos distintos: o dos privilegiados por esse sistema, que no caso de São Paulo são os brancos e os descendentes europeus, e os negligenciados, ou as vítimas desse processo racial de desenvolvimento urbano, os negros descendentes dos povos escravizados (NASCIMENTO, 2016; FERNANDES, 2008, MOURA, 1994; KOWARICK, 2000).

> Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016, p. 101).

É importante se ater que a desigualdade entre regiões e indivíduos contidos na produção do espaço paulistano não foi uma invenção local. Como abordado anteriormente, o desenvolvimento espacial obedeceu a um padrão de zoneamento, bem definido e homologamente organizado pelas forças da globalização, serviu à reprodução do capital hegemônico e seus principais atores.

Por isso, Carlos (2016) alerta que, no capitalismo, esse tipo de produção espacial adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorialmente e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em todas as sociedades globais), “incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade” (CARLOS, 2016, p. 64).

Lefebvre (2001) aponta que a produção do espaço urbano em Paris também foi planejada através de estratégias públicas que forçaram o

afastamento dos indesejáveis, atenderam as demandas das classes aburguesadas e do capital vigente.

> O Estado substituiu as ruas tortuosas, mas vivas, por longas avenidas, os bairros sórdidos, mas animados, por bairros aburguesados. Abrem-se *boulevards,* arranjam-se espaços vazios, não pela beleza das perspectivas, pois os vazios têm sentidos e modificam a cotidianidade do urbano (LEFEBVRE, 2001, p. 23).

As semelhanças no processo de urbanização entre São Paulo e Paris não são coincidências; por essa causa, Harvey (2014) alega existir racionalidade e semelhanças estruturais na produção dos espaços urbanos ao redor do mundo. O autor faz sua análise e nos mostra o quanto a mundialização e o capitalismo global influenciaram no processo de urbanização ao redor do mundo e por esse motivo:

> Não podemos nos concentrar exclusivamente nos Estados Unidos. O *boom* do mercado imobiliário na Grã-Bretanha, Irlanda e Espanha, assim como em muitos outros países, ajudaram a conferir poder à dinâmica capitalista, na produção do espaço (HARVEY, 2014, p. 41).

Santos (2014c) compreende essa mundialização, esses movimentos de intervenções seletivas e o desenvolvimento desigual do espaço como uma mecânica do sistema capitalista que trouxe a reboque a globalização e suas violências estruturais. Para além disso, o autor observa como natural desse sistema o processo de mobilidade internacional do capital, que constantemente está em busca de lugares mais rentáveis para sua acomodação e bem-estar.

> Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde há uma reorganização das funções entre as diferentes frações do território (SANTOS, 2014c, p. 32).

Dessa maneira, o espaço urbano no município de São Paulo é um fragmento dentro de uma rede de lugares mundialmente interligados e estruturados para atender os interesses e a expansão do capital. Unida ao contínuo e acentuado processo de industrialização, com o passar do tempo, a cidade se desenvolveu e se organizou dentro da modernidade, ganhou grande visibilidade do Mercado local/global e trouxe muitos investimentos para sua

economia. Essas arrecadações financeiras modificaram o espaço, definiram suas formações, hierarquizaram os lugares e guiaram as transformações em sua morfologia urbana.

Desde então, dentro da cidade paulistana, os espaços passaram a obedecer à lógica do capitalismo mundial, foram ideologizados, capitalizados, globalizados, hierarquizados e são as bases concreta para as múltiplas formas de segregações raciais, sociais, econômicas, jurídicas, administrativas e políticas operantes dentro do município.

3.6. Especialização e hierarquias entre lugares

Atualmente, o município de São Paulo é considerado o centro econômico do Brasil e o centro financeiro da América Latina, tem uma economia forte e bem distinta dos demais municípios latino-americanos. Além disso, conta com uma complexa rede viária de transportes de mercadorias, um setor de serviços bem desenvolvido e pronto para atender as demandas do capital exterior (CARLOS, 2004). Com seus poderosos polos de atração financeira e a grande capacidade de se adaptar aos desejos do sistema capitalista, a cidade ocupa um lugar de destaque dentro das redes das “cidades globais” (SASSEN, 2010).

> Do ponto de vista da infraestrutura São Paulo tem rede de fibra ótica e acesso à internet de banda larga, bem como ampla gama de serviços modernos, capazes de criar infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos setores mais avançados da economia. Estas são características que atraem as sedes de multinacionais, sinalizando que o processo de mundialização em curso realiza-se potencializando a concentração na metrópole. É assim que São Paulo cresce como centro financeiro na América Latina (CARLOS, 2004, p. 57).

A localização territorial da cidade de São Paulo, o processo de plantio do café, a industrialização e a distribuição de mercadorias fizeram com que a cidade se destacasse e atingisse o patamar de uma metrópole desenvolvida, moderna e futurista. Porém, é importante frisar que todo esse desenvolvimento não se deu em toda sua malha urbana, alguns pontos da cidade foram privilegiados e outros foram abandonados. A evolução social, estrutural e política foram fragmentadas e realizadas, de forma distinta, hierárquica e disforme entre as regiões da cidade.

Alguns espaços se transformaram em protagonistas da produção do capital, tomemos como exemplo as avenidas Paulista, Brigadeiro Faria Lima e a Engenheiro Luiz Carlos Berrini. Esses fragmentos do território paulistano foram modificados e atuam como *locus* de atração de investimentos públicos e privados. Em pouco tempo, converteram-se em novas centralidades, lugares internacionalizados, onde as empresas transnacionais alocam suas subsedes administrativas dentro dos mais modernos edifícios corporativos. Essas novas centralidades operam de forma decisiva na estrutura urbana e na (re) produção do capital e do espaço (MARICATO, 2002; CARLOS, 2004).

Criadas para o acolhimento do flexível e especulativo, capital financeiro, as novas centralidades produziram novas necessidades, principalmente relacionadas a áreas de consumo e serviços. Nesses entornos, foram construídos novos bares e restaurantes; atrativas casas de show e de entretenimentos; luxuosos hotéis e edifícios corporativos (prédios espelhados), fatores que potencializaram a venda dos espaços, hierarquizaram os lugares, influenciaram a especulação imobiliária e requalificaram essas regiões (SPOSITO, 2005; ARANTES, 2000).

SPOSITO (2005) e ARANTES (2000) garantem que este projeto aumentou os ganhos e gerou muitos lucros para aqueles que se beneficiam da especulação imobiliária, mas, em contrapartida, essas modificações na morfologia urbana contaram com inúmeras desapropriações e ampliaram o processo de gentrificação[19] nas regiões onde essa forma de planejamento foi implantada. Por consequência disso, uma nova classe social passou a frequentar esses lugares e ocupar esses territórios, locais de privilégios de quem tem condições financeiras de arcar com essa política de enobrecimento do espaço.

> A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono (SPOSITO, 2005, p.74).

---

[19] Do termo inglês "*gentrification*", designa um processo de enobrecimento de um determinado território da cidade, marcado pela valorização imobiliária, atração da população residente e usuária de maior renda e expulsão da população e atividades de baixa renda.

Santos (2012b) afirma que essa mundialização dos espaços permite a criação de “lugares especializados, produzidos para responder a uma demanda mundializada e consagram-se a uma tipologia limitada de atividades exigentes de infraestruturas precisas e também especializadas” (SANTOS, 2012b, p. 19).

Deste modo, a “democracia urbana, o direito e a liberdade à cidade” (LEFEVBRE, 2010) continuam nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, daqueles que, desde sempre, foram favorecidos por suas estratégias de perpetuação e manutenção do poder. Uma classe social subsidiada pelo Estado e contemplada pelo capital monopolizado.

> O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas. (...) produzindo este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros, entram de mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. (Tornam-se centros de consumo) (LEFEVBRE, 2001, p. 20).

Essa seletividade de investimentos e ações faz com que alguns espaços sejam socialmente privilegiados e economicamente valorizados; além disso, esse fenômeno obedece à lógica estrutural da globalização, ao ponto que Santos (2014c) afirma que essa política de valorização do espaço produz um território cada vez mais internacionalizado; “na verdade, porém, é o espaço inteiro que se mundializou, e já não existe um único ponto do globo que se possa considerar isolado” (SANTOS, 2014c, p. 35).

Santos (2012b; 2014a; 2014c) considera pleonasmo o termo “cidades globais”, porque dentro da lógica da globalização, todas as cidades são globais, seja uma grande metrópole ou uma cidade interiorana, todas estão interligadas pela rede global do capitalismo, todas têm sua função social e fazem parte de um circuito dentro da economia mundial. Dessa maneira quando “todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividade e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva” (SANTOS, 2014a, p. 33) entre todas as cidades e agentes envolvidos dentro desse sistema global.

Para Lefebvre (2001) a produção do mundo globalmente moderno transforma o espaço em uma mercadoria a ser consumida. Para o autor

"já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: o lugar do consumo e o consumo do lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo" (LEFEBVRE, 2001, p. 130).

Para conseguir tais feitos, inferir diretamente na produção da cidade e, consequentemente, do espaço urbano, o capital hegemônico mantém o Estado aparelhado sob os domínios do mercado mundial (SANTOS, 2012b; 2014c). Segundo Carlos (2004), o Estado é o maior responsável pelas desregularidades urbanas, pois tem o papel de assegurar um clima favorável e estável para a reprodução do capital.

Harvey (2013) segue essa linha de análise e considera que somente o Estado tem o poder, legalmente constituído, de intervir e atuar no espaço da cidade e é também o único que pode produzir projetos urbanos e políticas públicas que modifiquem profundamente a morfologia urbana e a infraestrutura das cidades. Porque "a exclusividade do controle sobre o espaço absoluto não está confinada às pessoas privadas, mas se estende somente ao Estado" (HARVEY, 2013, p. 438).

Mumford (2004) também reitera essa questão e acredita que somente o poder público pode criar as condições necessárias e um ambiente harmônico para que o capital circule sem grandes obstáculos dentro das cidades, de modo que o Estado é o único capaz de estabelecer as relações vantajosas para o capitalismo completar seu ciclo de lucratividade permanente e só o governo é exclusivamente capaz de estabelecer condições para que o capital hegemônico possa circular pelos espaços urbanos e se realizar plenamente dentro das cidades. O autor também alega que, de maneira coercitiva, essa política favorece os grandes empresários e a burguesia, tira a autonomia local e reduz, de forma drástica, o controle individual da cotidianidade dos sujeitos urbanos.

> O capitalismo, dessa maneira, por sua própria natureza, solapou a autonomia local, tanto quanto a autossuficiência local, e introduzindo um elemento de instabilidade, aliás, de corrosão ativa, nas cidades (...), tendeu a desmantelar toda a estrutura da vida urbana e colocá-la numa nova base impessoal: o dinheiro e o lucro (MUMFORD, 2004, p. 451).

Para Santos (2012b) ao modificar trechos de avenidas, ruas, demolir quarteirões inteiros, requalificar os espaços, criar redes complexas e

fragmentadas de investimentos e coordenar ações, voltadas a atender as demandas do capital internacionalizado, a cidade sofre uma brutal modificação em suas estruturas e, por anseios de servir aos interesses da reprodução do capitalismo global, as demandas sociais deixam de ser desejadas e priorizadas pelo Estado. Dessa maneira, a "internacionalização da economia leva a uma concentração financeira e econômica, traduzida pelas alterações urbanas e por modificações brutais da lógica interna da cidade" (SANTOS, 2012b, p. 45).

> A participação na modernidade contemporânea exige dos países periféricos um esforço de equipamento mais extenso e intenso do que as modernizações precedentes. Esse esforço reclama uma enorme massa de recursos utilizados na construção das infraestruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopante (SANTOS, 2012b, p. 45).

Dentro dessa relação de sujeição, o Estado se mostra como o principal agente da contradição territorial. Ao se fundir a esse fenômeno de simbiose com o capital, automaticamente, o poder público se transforma em instrumento legítimo da (re)produção, (re)qualificação, (re)estruturação, das (dis)paridades e das (des)igualdades da produção de um urbano estilhaçado, fragmentado e destinado a poucos (SMITH, 2007). Com isso, "essa mobilização do espaço torna-se frenética e leva à autodestruição de espaços produzidos" (LEFEBVRE, 2008, p.120) em prol do desenvolvimento de um urbano voltado para as engrenagens capitalistas (LEFEBVRE, 2001).

A instrumentalização do poder público pelas esferas do capital direciona as metrópoles a um elevado patamar de desenvolvimento econômico, político e financeiro; para além e paralelamente a isto, esse processo condena as cidades e as transformam em polo das desregularidades urbanas, da segregação espacial e palco central das múltiplas desigualdades econômicas, sociais e políticas. Todas essas contradições urbanas se realizam, principalmente, por meio do espaço e se reproduzem através da produção espacial destinada a uma pequena parcela da sociedade (ALVAREZ, 2014; CARLOS, 2004; HARVEY, 2013; LEFEBVRE, 2001; MUMFORD, 2004; SANTOS, 2009; SMITH, 2007).

> A metropolização de São Paulo ao longo do século XX centralizou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e concentrou capitais, relações e serviços mais modernos, mas revelou, ao mesmo tempo, o negativo do processo: a produção de um urbano destinado a poucos, com a produção de centralidades concentradas. Para a maioria, o urbano se realizou enquanto segregação socioespacial, ocupando as fronteiras da expansão urbana, seja em loteamentos irregulares, favelas, ou conjuntos habitacionais populares que produziram a si e à metrópole pela experiência da escassez e da luta por direitos (ALVAREZ, 2014, p. 271-272).

Esse urbano realizado para atender as demandas do mercado e de uma pequena classe social dominante, exclui grande parcela da população e intensifica as contradições territoriais dentro do município de São Paulo. Através dessa rígida política de privilégios de alguns e prejuízos de muitos, os investimentos promovidos pelo Estado, aparelhado e em simbiose com o capital, fomentam as disparidades, as violências e as brutalidades estruturais em sua organização espacial.

Através de um pensamento lógico e linear, podemos considerar que o próprio espaço é produzido e fornece condições de sua reprodução; contudo, no município de São Paulo, essa construção foi proveniente de múltiplos mecanismos de segregação, racismo, exploração e extorsão. Dessa maneira, o resultado não pôde ser diferente desses agentes construtores; em outras palavras, sendo o espaço uma produção social, local e global, todos os graus de desigualdades contidos na sociedade paulistana foram produzidos e são reiterados, renovados e mantidos através desse tipo de produção e organização espacial.

3.7. Organização racial do território, mestiçagem e “democracia racial”

No decorrer dessa pesquisa, analisamos e compreendemos o racismo como um produtor de relações humanas, um fenômeno que produz uma estrutura racial dentro da realidade social. A partir dessa perspectiva, nossos estudos apontam que, no Brasil, as relações sociais foram forjadas dentro de uma estrutura planejada onde o elemento “raça” foi determinante para a organização dos corpos e do espaço dentro do território.

Essas complexas ligações entre colonialismo e construção da “raça” produziram uma sociedade fragmentada e visivelmente racista. No município

de São Paulo, esse processo é tão profundo que Guimarães (2012) alega que "'ser branco' torna-se um status social e o núcleo deste racialismo sempre esteve atrelado a ideia que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o sangue negro" (GUIMARAES, 2012, p. 39).

Como já mencionado, com o passar dos anos, os afro-brasileiros foram envolvidos em um verdadeiro projeto político de Estado que: colocou-os em uma complexa rede de desvantagens; de modo planejado, hierarquizou seus corpos; orquestrou um diretivo abandono social; fabricou uma ampla divisão interna do trabalho; solapou a autonomia da população negra; e, de modo permanentemente coercitivo e racista, organizou os espaços conduzindo esse segmento da sociedade para uma situação de extrema vulnerabilidade e a uma generalizada pobreza estrutural.

Hasenbalg (1982) alega que esse processo de racialização dos indivíduos polarizou a sociedade, organizou um ciclo cumulativo de desvantagens e atuou como um poderoso fechamento racial para todos aqueles que descendem dos povos escravizados. Esses entraves envolveram os afro-brasileiros em uma emaranhada rede de sociabilidade, onde a cor da pele foi, e permanece sendo, um forte marcador de desigualdade e uma forte barreira que desacelerou, desarticulou e impediu a mobilidade social da população negra, não só no Sudeste e no município de São Paulo, mas em todas as regiões brasileiras.

Neste momento é importante ressaltarmos dois pontos:

Primeiro: Consideramos mobilidade social diferente de ascensão social. Entendemos que mobilidade é um movimento coletivo e ascensão é uma ação individual e, dessa maneira, nossos estudos apontam que em São Paulo, devido a todos os aparatos já apresentados, a população negra foi impedida de mobilizar sua classe para outro patamar, para um lugar diferente daquele que lhe foi outorgado desde os princípios do colonialismo. Existem muitos e significativos indícios que demonstram que no Brasil, há cerca de quinhentos anos, os negros se encontram na base da pirâmide social. (CARNEIRO, 2018; FERNANDES, 2008, GUIMARÃES, 2012; KOWARICK, 2000; MOURA, 2013; NASCIMENTO, 2016).

Dessa maneira, podemos sugerir que a abolição não contribuiu, significativamente, para a mobilidade da população alforriada, o sistema de

produção escravista foi abolido, mas o racismo, a exploração e a desclassificação dos corpos negros permaneceram em trânsito e foram fatores fundamentais no processo de construção e estratificação social do povo brasileiro.[20]

Segundo: Quando nos referimos à população negra, estamos usando os parâmetros de análise do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), assim, consideramos negros toda a população preta e parda. Adotamos esse padrão porque, segundo estudos referentes às relações raciais no Brasil, realizados por Ant, 1994; Carneiro, 2018; Carril, 2006; Conrad, 1985; Daflon, 2014; Fernandes, 2008; Guimarães, 2012; Kowarick, 1994; 2000; Moura, 2013; Munanga 2004; Nascimento, 2016; e Sovik, 2002, o racismo é um sistema de poder, é um elemento estrutural que foi, e permanece sendo, um projeto político de administração pública, que tem como prática operatória o descaso para com as demandas sociais dos negros e como objetivo, ou consequência, o extermínio em massa dos indivíduos descendentes dos povos que foram escravizados no Brasil.

Para esses autores e autoras, os entraves sociais, como a discriminação, o genocídio, o empobrecimento, as barreiras sociais e a hierarquização biológica atingiram a todos aqueles que, de alguma forma, tiveram na sua ancestralidade marcas e elementos africanos. Devido a sua linhagem em diáspora, esses indivíduos foram estigmatizados, segregados, subalternizados e submetidos a inúmeras outras formas de dominação racial, independentes da tonalidade da sua pele, passaram a ser, vulgarmente, chamados e lidos como “pessoas de cor”[21].

> Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem de cor, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele (NASCIMENTO, 2016, p. 48).

---

[20] Dentro desse contexto de marcadores da desigualdade entre a população negra, o gênero feminino é mais subalterno do que o masculino. A mulher negra conta com mais obstáculos de mobilidade social do que os homens negros (CARNEIRO, 2018).

[21] Pessoa de cor: Um termo racista muito utilizado, principalmente nos EUA, para difamar indivíduos pretos ou pardos. Essa frase supõe que as qualidades das pessoas são definidas a partir da cor da sua pele.

Contra essas "pessoas de cor", ou seja, todos aqueles seres humanos que tiveram seus ancestrais sequestrados no continente africano e, de forma desumana, trazidos para cá como mercadorias, "peças" para compor o perverso maquinário do sistema colonial, foram desenvolvidas e perpetuadas múltiplas formas de opressão, desigualdade e um modo peculiar de brutalidade. Dentre esses dispositivos de violência, podemos destacar a mestiçagem, uma política de controle racial, criada no início do século XX, financiada com o dinheiro público e organizada pelo Estado Nacional, que tinha como finalidade embranquecer a população brasileira.

Os esforços das autoridades, conduzidos pelo desejo da burguesia branca de eliminar a população negra da sociedade brasileira, eram excessivos. Atrelado ao sistema capitalista, ao ímpeto de brancura e ao racismo estrutural, foi criada uma política de imigração europeia, onde, além de almejar a substituição da mão de obra recém-alforriada, vislumbrava em seu horizonte produzir uma população branca e livre de qualquer traço africano.

As forças administrativas brasileiras acreditavam que a mistura genética entre brancos e negros, um processo também conhecido como mestiçagem, fosse o caminho para o extermínio da população negra. Por acreditar nesse motivo, no Primeiro Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911, o único representante da América Latina, o oficial do governo brasileiro João Batista de Lacerda, alegava que até o ano de 2012 o Brasil estaria livre do negro e do mestiço: "Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século e meio tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção da raça negra em nosso meio".[22]

Moura (1994) não enxerga com bons olhos esse projeto de mestiçagem, ocorrido no Brasil, e consequentemente em São Paulo, para ele essa miscigenação compulsória é mais uma estratégia discriminatória contra a população negra, financiada e organizada pelas forças do Estado. Segundo o autor, a criação de uma sociedade forçadamente embranquecida foi uma alternativa que as elites e o seu aparelho estatal encontraram para minar a ascensão dos indivíduos recém-libertos das amarras do escravismo e empurrá-los de vez para o banimento e esquecimento social.

---

[22] Apud Nascimento, 2016, p. 87.

> Enquanto as classes dominantes, suas estruturas de poder e elites deliberantes aplicavam essa estratégia discriminatória, através de uma série de táticas funcionando em diversos níveis e graus da estrutura, elaboraram, em contrapartida, como mecanismo de defesa ideológica a filosofia do *branqueamento espontâneo* via a miscigenação como complemento apresentavam-nos como o laboratório piloto da confraternização racial, cujo o exemplo deveria ser seguido pelos demais países poliétnicos (MOURA, 1994, p. 159).

Guimarães (1995) alega que essa mestiçagem não funcionou somente como uma política desenvolvida para o extermínio da população negra, mas também se mostrou como uma avançada técnica de apartamento e discriminação racial – porque esse processo de miscigenação produziu uma estrutura racista, perpetuou o racismo e ludibriou toda a sociedade, assim, o racismo ocorrido aqui não era legalmente segregacionista como o anglo-saxônico (Jim Crown e Apartheid), mas operava de modo mais cruel e mais impiedoso do que estes. Explica o autor que o sofisticado racismo originário e exclusivo do Brasil conseguiu enraizar as relações binárias do escravismo, naturalizar o racismo, produzir mortes em larga escala, criar um ciclo estrutural e cumulativo de desvantagens e desumanidade contra os negros. Tudo isso, de modo silencioso, velado, mascarado, dissimulado, sem criar leis diretamente racistas e sem declarar uma guerra racial.

> Assim é o racismo brasileiro. Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como antirracismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano) (GUIMARÃES, 1995, p. 42).

O racismo brasileiro se manifesta de modo particular, reúne uma série de condicionantes e cria uma nova categoria de segregação social, uma forma de seletividade baseada na assimilação do estereótipo e da cultura do homem branco, portanto, quanto mais próximo aos paradigmas da branquitude o sujeito estiver, mais chance ele tem de ser socialmente aceito. Devido ao processo de miscigenação, esse tipo de racismo se alastrou, gerou profundos problemas e serviu de base para o apartamento, abandono e desequilíbrio das relações entre os negros e os brancos na sociedade brasileira.

Dentro dessa perspectiva, Nascimento (2016) também alega que esse projeto de branqueamento compulsório da população operou como uma estratégia genocida destinada ao povo negro. A tentativa forçada de branquear a nação serviu como uma técnica de alienação social e de hierarquização dos indivíduos através de elementos biológicos e culturais. Para o autor, além do extermínio dos corpos negros, a miscigenação mantinha em seu bojo a orientação predominantemente racista voltada ao epistemicídio, ou seja, além da eliminação biológica esse projeto visava também a eliminação cultural e o fim de qualquer traço de conexão, identidade e ancestralidade africana dentro do território nacional.

> O racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Devido a esses processos, durante muito tempo, o Brasil foi considerado um país sem conflitos raciais e, por essa razão, foi forjado a ideia de que vivíamos em uma democracia racial. Essa tese, criada nos primeiros anos da República, baseia-se no princípio que os preconceitos, a discriminação e o racismo foram resolvidos com a abolição da escravatura e no território brasileiro os negros, os índios e os brancos viviam em equilíbrio social e gozavam de um convívio sem conflitos raciais (RIBEIRO, 2005; FERNANDES, 2008).

A ideia de democracia racial foi uma arma ideológica que conseguiu imobilizar, durante muito tempo, ações afirmativas e minou o caminho de ascensão e mobilidade social dos afro-brasileiros. Para Moura (1994), essa estratégia de “miscigenação (fator biológico) por outro lado, não criou a democracia racial (fato sócio-político). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barragem e sanções” (MOURA, 1994, p. 131).

Guimarães (2016) reconhece a mestiçagem compulsória como uma forma de opressão racial e afirma que devido a todos esses entraves, aqui no Brasil, a questão da raça transcende a relação de classe, pois, para o autor, “a formação de classes não foi capaz de anular os efeitos marcadores da racialização (...) as classes ganharam marcadores fenotípicos mais duradores (ser negro no Brasil tornou-se sinônimo de pobreza)” (GUIMARÃES, 2016, p. 170).

Nascimento (2016) alega que o clareamento da pele é um instrumento de destruição dos corpos e da ancestralidade negra, porque “o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalista do genocídio mais cruel dos nossos tempos” (NASCIMENTO, 2016, p. 115).

> A monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação, aculturação, miscigenação;* mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Ao contrário do que as autoridades previam, a mestiçagem não eliminou a população negra, apenas produziu outros tons de preto e, por esse motivo, o racismo produzido no Brasil também não teve fim, mas se adaptou a essa nova realidade “*dégradé*” e continuou se reproduzindo de forma planejada e hedionda dentro da cotidianidade, no âmago da sociedade brasileira e, consequentemente, paulistana.

Não podemos negar que a tonalidade da pele é um importante marcador social; dessa maneira, quanto menos pigmentação o indivíduo possuir, mais oportunidades trabalhistas, políticas, econômicas e afetivas ele possuirá. Mas é muito importante não confundirmos esses benefícios sociais (ter a pele mais clara) com os privilégios da branquitude. No Brasil, ser branco não é necessariamente ter a pele clara, mas sim contar com uma rede de distinção e exclusividade que somente a classe branca pode gozar, o monopólio da brancura conta com um amplo circuito de seguridade social e econômica; um vasto horizonte de oportunidades; uma profunda marca de humanidade e

honestidade; um pré-prestígio em todos os espaços; e em quaisquer circunstâncias e acima de tudo, no Brasil ser branco é ter um Estado pronto para servir, proteger e perpetuar o privilégio da brancura.

O benefício social de ser negro com o tom da pele mais clara, não tira da população miscigenada a condição de ser descendente dos povos que eram abusados, açoitados e viviam nas senzalas; um sujeito miscigenado não é branco, mas, sim, é um negro de pele clara. Uma vez que o movimento de miscigenação nasceu do estupro geracional de mulheres negras[23], para os mestiços foram impostas todas as desigualdades e desregularidades estruturais que foram produzidas para os negros (NASCIMENTO, 2016; MOURA, 1994).

O processo de embranquecimento compulsório não forneceu aos miscigenados as chaves para entrar no paraíso do privilégio da brancura; em outras palavras, mesmo tendo menos pigmentação esses sujeitos não são brancos, permanecem negros e, por essa razão, Nascimento (2016) declara que "a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo

[23] No capitulo 3 do livro **O genocídio do negro brasileiro** (2016), Abdias Nascimento relata inúmeros casos de estupros, coletivos e individuais, cometidos por homens europeus brancos e por muitos agentes da lei. Esses atos absurdos eram práticas corriqueiras e implicitamente autorizadas pela sociedade branca e racista. Para o autor, a ideia de democracia racial também servia para mascarar essa categoria de violência sexual, o embranquecimento compulsório surgiu de organizados ataques e hediondos abusos sexuais destinados às mulheres negras. É importante e triste ressaltar que o estupro de mulheres negras não nasceu nesse período; lamentavelmente, no escravismo a exploração sexual de africanas era uma forte fonte de renda para os escravocratas, as meninas que nasciam desses brutais abusos eram mais valorizadas (valor de mercado) porque tinham a pele mais clara, também eram vulgarmente chamadas de mulatas, ou seja, a filha da mula. Mula é um animal híbrido, nascido da mistura entre duas raças (cavalo e asno), devido a sua robustez é utilizado para carregar carga, para tração e para longa montaria. A incompatibilidade entre as raças faz com que a mula seja estéril. Chamar a mulher negra de pele mais clara de mulata, ou mula é fazer uma analogia racista e comparar o fruto do estupro cometido pelo homem branco contra a mulher negra com a ação do cavalo contra um asno fêmea.

Nascimento (2016) reitera essa questão dizendo que a democracia racial "advoga implicitamente a prostituição e o estupro sistemático e permanente da mulher africana e de suas descendentes no Brasil" (p.76). Em outra passagem o autor categoriza essas abomináveis práticas como estupro geracional, pois no escravismo as mulheres negras serviam de mercadorias sexuais e objetos de prazer dos senhores de engenhos e seus filhos, depois se tornaram alvos de estupros públicos o fruto dessas violências, suas filhas, as "mulatas", foram transformadas em instrumentos de desejo, cobiça e prostituição a serviço da miscigenação e dos homens brancos, cristãos, defensores da moral e dos bons costumes da família tradicional brasileira. "A existência da mulata significa o 'produto' do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação" (NASCIMENTO, 2016, p. 75).

mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca" (NASCIMENTO, 2016, p.85).

> O sistema classificatório baseado no fenótipo bloqueou socialmente ao invés de libertar, durante séculos, as oportunidades, em pé de igualdade, dessa população não-branca. Essa estratégia centenária irá se refletir na situação atual, isto é, no perfil da estratificação social, econômica e cultural dos mesmos. Foi um sistema classificatório que conseguiu, com a roupagem da *democracia racial,* o imobilismo social dessa grande massa não-branca, especialmente negra que até hoje se encontra na base da pirâmide social (MOURA, 1994, p. 157).

Para ratificar essa questão, Veronica Daflôn (2014), em seu estudo sobre as atuais relações raciais, faz uma análise muito detalhada sobre as condições concretas que separam socialmente os pretos, os pardos e os brancos. Para a autora, devido aos processos de desenvolvimento, que contaram com o racismo estrutural e elemento raça como critério de seletividade, entre os pretos e os pardos, não há uma disparidade social; em contrapartida, há uma vasta extensão de desigualdades entre pardos e brancos. Dessa maneira, "em todas as categorias, sejam elas relativas à renda, escolaridade, índice de mortalidade por homicídios, os brancos apresentam vantagens que distanciam de pretos e pardos" (DAFLÔN, 2014, p.78).

Tabela 2: Indicadores socioeconômicos por cor (preta, parda e branca), 2009

	Renda Média do Trabalho Principal, 2009 (em R$)	Taxa de analfabetismo da população acima dos 15 anos de idade, 2009 (em %)	Anos médios de estudo da população acima de 15 anos, 2009 (em anos)	Jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam o Ensino Superior (em %)	Pessoas com mais de 25 anos portadoras de diploma superior (em %)	Pessoas abaixo da linha de indigência, 2009 (em %)
Brancos	1351,0	6,0	8,4	21,5	14,6	7,3
Pretos	776,4	12,7	6,8	7,6	5	13,6
Pardos	796,4	12,7	6,8	9,1	5,5	16,9
Total	1053,5	9,6	7,5	14,4	9,8	12,4

Fonte: PNAD 2009. (Tabulação própria).

São consideradas abaixo da linha de indigência pessoas cuja renda domiciliar *per capita* é igual ou inferior a ¼ do salário mínimo. O cálculo não levou em consideração linhas de indigência regionalizadas

Daflôn (2014) faz a análise dos indicadores socioeconômicos de acordo com a pigmentação da população e, através da tabela 2, podemos aferir que os marcadores da diferença e da exclusão não são tão distintos entre aqueles considerados pretos e pardos. Além disso, os dados deixam claro que o privilégio de ser branco e de poder usufruir de uma rede de proteção e seguridade não é fornecido apenas por critérios da coloração da pele, mas, sim, como já dito, por meio do monopólio da branquitude, e nesse patamar somente a população reconhecida como branca, de modo sociopático, pode pisar.

Portanto, a miscigenação compulsória e a pseudodemocracia racial não eliminaram os negros do território nacional, muito menos acabaram com a cultura africana. Esses processos precarizaram as condições sociais dos negros; impediram os afro-brasileiros de concorrerem em pé de igualdade com os brancos e a população derivada dos povos europeus; promoveram o racismo estrutural; a discriminação, por vezes, velada; o genocídio explícito; contribuíram, de forma significante, para que os negros não saíssem da base inferior da pirâmide social brasileira; e produziram uma sociedade socialmente binária, dividida entre brancos e negros.

Capítulo 4
Necropolítica no distrito do Jardim Ângela

"O mundo é diferente da ponte cá"
(RACIONAIS MC'S, 2002).

4.1 O planejamento e a proliferação da pobreza no município de São Paulo

Como abordado anteriormente, as desregularidades e as disparidades fizeram e fazem parte da produção espacial do município de São Paulo. Esses movimentos arquitetaram os espaços; organizaram os corpos dentro da metrópole paulistana; construíram um modelo de urbanização hierarquizada, racionalizada, capitalizada, fragmentada, especulativa, funcional, segregada, e, acima de tudo, racista. Deram seguimento aos padrões globais de desenvolvimento e forneceram as condições necessárias e específicas para a produção de uma cotidianidade pautada na exploração e na irrestrita reprodução do capital.

Esse modelo de expansão capitalista, através da produção do espaço e do aparelhamento do Estado, desencadeou em outro movimento: a proliferação da pobreza. Orientada pelos padrões internacionais de desenvolvimento urbano, a cidade de São Paulo planejou, produziu e distribuiu a pobreza em várias camadas e alocou-a em determinados pontos da metrópole (CHALHOUB, 1996; SANTOS, 2013a; SANTOS, 2014c).

Nessa pesquisa seguiremos a descrição de pobreza efetuada por Milton Santos (2013a), que salienta que esse fenômeno não deve ficar restrito somente às questões pessoais, porque essa condição transcende os indivíduos. Tratar desse assunto exige um dinamismo de tratamento, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta, portanto "pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, acima de tudo! Estamos lidando com um problema social" (SANTOS, 2013a, p. 18).

> O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (SANTOS, 2013a, p. 19).

Assim sendo, a pobreza que trataremos é aquela que não está apenas atrelada às restrições de consumo e de conforto proporcionado pela aquisição de objetos artificiais. Estamos lidando com algo muito maior, com uma política administrativa de Estado, arquitetada e desenvolvida através de vários mecanismos e inúmeros aparatos sociais – e no município de São Paulo o espaço foi, e continua sendo, fundamental para a proliferação e a mecanização de uma pobreza dirigida e em dimensões imensuráveis. Sobre essa questão, Santos (2012b) observa que "a presença de numerosos pobres e a fabricação incessante de pobres na cidade são fatores fundamentais para esse resultado que estamos analisando" (SANTOS, 2012b p. 99). Para além dessa análise, o autor também garante que a mega concentração e a manutenção da pobreza são inerentes ao sistema ao qual estamos inseridos.

> A existência de uma diversidade de modelos de circulação, distribuição e consumo assegura a manutenção do esquema. De fato, nos países subdesenvolvidos, a magnitude do crescimento demográfico urbano tem um papel relevante sobre o mercado. Se os pobres, pela precariedade de suas rendas, têm uma demanda menos frequente, o seu número, sempre crescente, traz consigo um efeito de compensação. Se estivessem espalhados pelo território ou, mesmo, subdivididos em pequenas aglomerações, os custos de distribuição da produção do que consomem seriam muito elevados (SANTOS, 2012b, p. 100).

Uma análise simplista ou o puro senso comum pode alegar que a pobreza urbana no município de São Paulo é advinda de um desordenado processo de urbanização, onde o êxodo rural, a industrialização tardia e a concentração financeira foram os maiores responsáveis pela explosão demográfica e pela crise urbana instalada na cidade. Mas se analisarmos com mais cautela e profundidade, perceberemos que a pobreza e essa possível desordem urbanística não são resultados do processo, mas sim parte integrante dele.

Milton Santos (2012b) nos orienta que a "desigualdade social e desigualdade espacial se apoiam mutuamente" (SANTOS, 2012b, p. 89). Desse modo, esse tipo de urbanização seletiva que privilegia alguns espaços em detrimento de muitos; que segrega indivíduos devido a sua origem racial/social/ territorial; que orienta os investimentos públicos em favor de grandes empresas; e sistematicamente, por meio de seus mecanismos de

desenvolvimento urbano, favorece uma pequena burguesia (racialmente reconhecida como branca), atenua a pobreza e fabrica uma grande massa de sujeitos empobrecidos (SANTOS, 2012b; KOWARICK, 2000; FERNANDES, 2008).

Através dessa concepção de construção social do espaço, podemos aferir que, assim como o soberano produziu seu bando e o colocou em condições de marginalidade, sub-existência, subserviência e, em um permanente e paradoxo processo entre excluído/incluído, a metrópole paulistana elaborou uma dirigida política de Estado, gerou seus excluídos, seus marginais e, planejadamente, proliferou a pobreza e a extrema miserabilidade para uma determinada classe social, no caso do município de São Paulo, para os negros e para os moradores das periferias do município.

Santos (2014) observa a racionalidade desse projeto e aponta que nada foge aos padrões do capitalismo mundial e, dentro dessa perspectiva, considera que "a cidade é essa heterogeneidade de forma, mas está subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado" (SANTOS, 2014, p. 73). Para o autor, nada escapa ao projeto normativo de globalitarismo, tudo é arquitetado pelas forças do capital hegemônico, inclusive a pobreza, portanto, "poder-se-ia falar também, num empobrecimento planejado. Onde os pobres não têm voz no processo: são apenas as vítimas" (SANTOS, 2012b, p.132).

Devido a todos esses aspectos já discorridos durante a pesquisa, podemos considerar que os processos de urbanização e de desenvolvimento social e econômico, promovidos pela cidade de São Paulo, não ocorreram de forma desordenada, não foi uma produção anárquica e, muito menos, um fenômeno destacado da totalidade global. Esses movimentos seguiram rigorosamente os ordenamentos e as diretrizes da política de reprodução do capital internacional/nacional; atuaram de forma organizada e decisiva para a perpetuação das desigualdades espaciais; e através do aparelhamento do Estado, forjaram o racismo e a pobreza, ambos estruturantes, estruturais e sistêmicos.

> O grande erro é considerar a urbanização como uma variável independente e não o que realmente é: um epifenômeno. Com efeito, a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que

> estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima. O processo é velho, mas agravou-se recentemente (SANTOS, 2013a, p. 26).

O município de São Paulo, atualmente, possui cerca de doze milhões de habitantes[24]; devido ao processo de industrialização tardia, modernizou-se e foi elevado ao patamar de centro econômico do Brasil; possui o PIB bruto de R$ 687.035.889,61 e com uma renda per capita de R$ 57.071,43[25]; o município é considerado um dos pontos mais ricos e desenvolvidos da América Latina e também um imenso polo de investimento financeiro; mantém no centro de seu território uma das bolsas de valores mais importantes do mundo, a Bovespa; conta com uma imensa rede de mobilidade, a cidade detém uma frota de mais de dezessete milhões de automóveis[26] e mais de 155.000 ônibus para atender toda sua população e sua malha urbana[27].

Todo esse crescimento econômico e estrutural não foi acompanhado pelo desenvolvimento humano e social, ainda que o último censo de 2010 mostre que o município tem um IDH de 0,805[28], um índice muito alto e semelhante ao de países desenvolvidos, há de se notar que esse dado não reflete a totalidade da realidade concreta, pois há desigualdade de distribuição de renda, como veremos a seguir.

Como já mencionado, a cidade de São Paulo é fragmentada e carrega em seu bojo uma imensa desigualdade racial/social/territorial e uma profunda e programada pobreza estrutural assola o município. Parece-nos que a cada passo dado rumo à modernização, a cidade multiplica suas vulnerabilidades e seus espaços de miserabilidade e exceção.

---

[24] Fonte IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panoramaacessado em 11/04/2019 às 7:02.
[25] Fonte IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panoramaacessado em 11/04/2019 às 7:21.
[26] Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120 acessado em 11/04/2019 às 7:40.
[27] Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120acessado em 11/04/2019 às 8:05.
[28] FONTE: PNUD Brasil: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/indice de desenvolvimento humano Municipal, 2010/ todos os Estados do Brasil acessado em 11/04/2019 às 11:07.

4.2 Racismo persistente e necropolítica contidos na produção urbana dentro do município de São Paulo

Nos capítulos anteriores analisamos que no Brasil o racismo é estrutural, um verdadeiro projeto político que, através do elemento "raça", produziu e organizou as relações humanas e espaciais. O racismo perpetuado por inúmeras ações históricas e renovado pelos incontáveis vínculos sociais condicionou os afro-brasileiros a uma generalizada condição de precariedade; a um estado absoluto de matabilidade; uma progressiva zona de vulnerabilidade; e imprimiu sobre os corpos negros o estigma de vidas nuas, existências descartáveis e passíveis de extermínio.

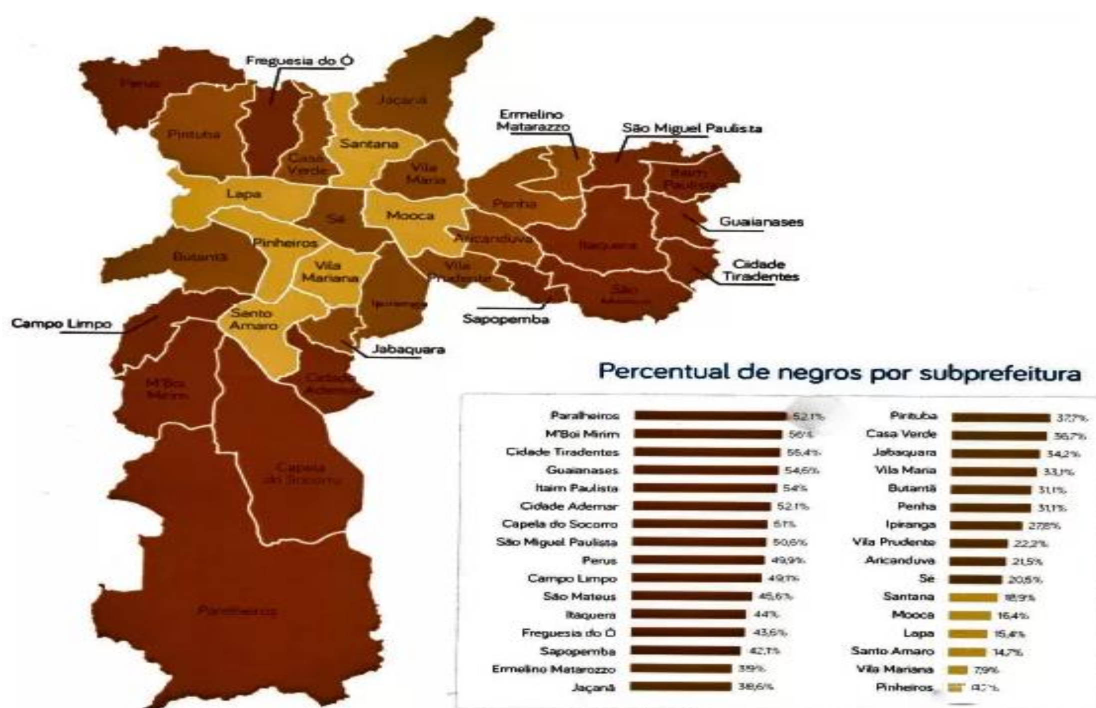
Essa política discriminatória foi uma das ferramentas utilizadas para forjar a organização dos espaços, do território e, consequentemente, dos indivíduos dentro do município paulistano. Dessa maneira, a pobreza que acabamos de analisar não é heterogenia, não é monolítica, e muito menos aleatória. Em São Paulo, a pobreza tem lugar, e acima de tudo tem cor, o lugar da pobreza hegemônica é nas periferias e a sua cor é negra (CARNEIRO, 2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012b).

Dentro dessa perspectiva, enxergamos profundas evidências de que a produção do espaço urbano paulistano, contou com elementos racistas e segregacionistas no cerne de seu desenvolvimento. A autora Lélia Gonzalez (1982) considera que foi produzida uma política administrativa de Estado muito eficaz, uma rede de relações organizadas a fim de barrar e limitar a ascensão dos negros, zonear racialmente o território paulistano e definir o lugar do negro e sua posição na escala social dentro do município. A autora alega que "a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social" (GONZALEZ, 1982, p. 89-90). Em outras palavras, no município de São Paulo, e no Brasil, a desigualdade de classe não dá conta de explicar o abismo social existente entre negros e brancos, o racismo faz parte da organização, é estrutural e inerente a nossa sociedade.

> Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado: ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais em que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social (GONZALEZ, 1982, p.98).

Para ratificar Gonzalez (1982) a figura abaixo demonstra que a cidade de São Paulo obedece a um padrão de zoneamento racial muito bem definido, os brancos se concentram nas regiões centrais e mais desenvolvidas e os negros nas regiões periféricas e menos desenvolvidas.

Figura 1. Concentração da população no município de São Paulo



Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

Como demostrado na figura acima, no município de São Paulo os estruturantes da desigualdade socioespacial contaram com o elemento “raça” como fundamento central da organização do seu espaço. Percebe-se que a maior concentração de população negra encontra-se nas extremidades da cidade, lugares geralmente insalubres, com poucos investimentos em infraestrutura urbana; regiões que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano e altos níveis de vulnerabilidades.

Os negros, desde sempre, foram os sujeitos negligenciados da história e abolidos de significativos benefícios governamentais e, hoje, estão majoritariamente situados nas bordas da cidade, lugares de extrema vulnerabilidade, altas taxas de mortalidade, regiões que possuem sérios e programados problemas infraestruturais.

Através da figura 1, podemos observar que o progresso, a modernidade e esse modelo de urbanização realizada em São Paulo privilegiaram os brancos. Nota-se que a população branca é moradora das centralidades da cidade e habita em lugares salubres onde, geralmente, estão localizados os principais equipamentos de Estado (secretarias, fóruns, sede da prefeitura, pontos de culturas, postos policiais, museus, teatros, cinemas e universidades).

Com esses dados, percebemos que, dentro do município de São Paulo, existe um modelo de zoneamento racial muito bem definido e explícito; desse modo, os padrões de discriminação racial e espacial persistem e são as bases da distribuição dos corpos dentro do território paulistano. Nessas condições, há de se perceber que o racismo e a discriminação racial, tão necessariamente, promovidos para o brutal processo de escravização dos povos africanos, mesmo após a abolição, persistiram nas entranhas da sociedade, foram perpetuados dentro das relações sociais e se manifestam de forma concreta sobre o território paulistano.

Sendo o espaço propriedade primeira e legal do Estado, através desses dados podemos aferir que o racismo institucional (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2005) ajudou a construir, no âmago da cidade de São Paulo, a segregação socioespacial, inúmeros privilégios para a branquitude e maiores benefícios infraestruturais para as regiões centrais da cidade (WERNECK, 2016).

Jurema Werneck (2016), orienta-nos que o racismo, no Brasil e em São Paulo, é generalizado porque está inerente a um conjunto de mecanismos visíveis e não visíveis, materiais e imateriais, concretos e simbólicos de apartamento racial. Um processo que se reitera como uma política institucional de Estado contra o povo negro, um verdadeiro racismo institucionalizado. A autora diz que o racismo é um sistema que se alastrou na sociedade e, além disso, “é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no

desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados" (WERNECK, 2016, p. 11).

> Por sua ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional (WENECK, 2016, p. 13).

Nascimento (1980), afirma que o processo que barrou a ascensão social dos negros consolidou-se através de uma articulada estratégia de governo, destinada a favorecer as classes dominantes, onde mantinha como objetivos, diretos e indiretos, a submissão e a eliminação dos afro-brasileiros. O autor, como já analisado, também considera que houve uma política oficial de Estado voltada ao genocídio da população negra e ao embranquecimento compulsório da sociedade.

> Realmente não havia escapatória para o africano: da escravidão legal atiraram-no à escravidão de fato. Os imigrantes brancos europeus preencheram o que Prado Jr. chamou de "falta de mão-de-obra" e aqui o círculo se fecha: os recém-chegados imigrantes brancos se juntaram ao antigo stock branco-brancóide colonial de origem lusa, e a muralha contra a população negra reforçou seu poder e seu exclusivismo no monopólio da riqueza e do poder. Como mencionamos anteriormente o desprezo das classes dominantes brasileiras pela África e os africanos como uma ocorrência que vem dos tempos coloniais até a época presente (NASCIMENTO, 1980, p. 193).

O processo de racialização dos corpos, dos espaços e a produção de um modelo único de cultura e de existência, contribuíram de modo significativo para a perpetuação do racismo e das desigualdades raciais dentro do território brasileiro, como um todo.

Beatriz Nascimento (2007) declara que em todo território nacional as questões raciais são arraigadas e complexas, análises supérfluas tendem a naturalizar a histórica situação de violência, de exploração e de subserviência e "repetir que o preconceito racial é de origem econômica, ou em decorrência do fenômeno da luta de classes, procurar somente nas fundamentações econômicas a explicação para uma situação tão complexa, não esclarece" (NASCIMENTO, 2007, p.84), apenas tenta omitir um fenômeno que tem raízes profundas, duradouras e que se reproduz a todo o momento na cotidianidade.

Além disso, a autora alega que esse tipo de omissão faz parte de um conjunto de ideias racistas que se consolidou na sociedade brasileira como uma estratégia genocida que orientou o desenvolvimento social de todas as regiões brasileiras.

> A ideologia do racismo tem raízes tão profundas na formação social brasileira que temos que levar em conta uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneira de ser e de agir inerentes não só ao branco (agente) como ao negro (paciente). Principalmente, é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis (NASCIMENTO, 2007, p. 101).

Moura (1994) também alega que a raça foi o fator fundamental para a distribuição social dos indivíduos e serviu de base para estruturar as profundas desigualdades contidas em nossa sociedade.

> Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e *status,* etnia e valores sociais e etnia e papeis sociais e culturais. Estabelecem-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide (MOURA, 1994, p. 131).

A consagrada intelectual Sueli Carneiro (2018) analisa essa situação como um racismo estrutural muito bem articulado e desenvolvido para minar qualquer possibilidade de mobilidade social do negro. Nos alerta que a ascensão individual não significa progresso ou a diminuição do racismo, mas, sim, uma estratégia para legitimar a falsa ideia de meritocracia e do mito da democracia racial.

> Mesmo os negros que devem o seu sucesso aos próprios talentos pessoais são prisioneiros desta perversa dinâmica e veem-se impotentes para transferir o seu prestígio pessoal para seu grupo racial. Embora desfrutem individualmente de uma situação privilegiada, sabem que não representam nada que tenha relevância política social ou econômica, porque os negros enquanto coletividade são considerados a parcela descartável de nossa sociedade e, se bem-sucedidos individualmente, servem apenas para legitimar o mito da democracia racial (CARNEIRO, 2018, p. 95).

Essas fontes (CARNEIRO, 2018; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 1980; NASCIMENTO, 2007) apontam que a raça, não como um elemento biológico,

mas como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição dos corpos (brancos e negros) e na hierarquia social do Brasil e do município de São Paulo.

Para Fernandes (2008), “em São Paulo, o sistema de relações raciais não se transformou tão rapidamente quanto o sistema total e inclusivo de relações sociais” (FERNANDES, 2008, p.148). Dentro desta perspectiva, percebe-se que o desenvolvimento urbano da capital paulista contou com uma forte tendência à estratificação racial e econômica; e, por essa razão, nesse território a ancestralidade e a cor foram determinantes para a distribuição da população e das classes sociais.

Hasenbalg (1982) alega que o racismo persistente nas estruturas materiais e nos condicionantes imateriais, é reproduzido cotidianamente nas relações sociais, tem um grande efeito, atinge diretamente os direitos básicos e as condições humanitárias dos negros paulistanos. Afirma também que a racialização dos corpos atua como um importante marcador de desigualdade, promovendo inúmeras barreiras e persistentes obstáculos aos povos sub-racializados, um verdadeiro fechamento racial.

A articulação de todos esses elementos desenvolveu um projeto de sociedade e de cidade, uma hierarquia entre os espaços e, consequentemente, entre os indivíduos. Tudo planejado e desenvolvido pelo Estado instrumentalizado para atender as necessidades do capitalismo e da classe aburguesada (SANTOS 2014c); um seleto grupo repleto de privilégios e racialmente reconhecido como brancos (GONZALEZ, 1982).

Para Munanga (2016), a distribuição dos espaços urbanos foi, e continua sendo, realizada através de práticas racistas e segregacionistas. Carneiro (2018) afirma que a hierarquização racial inibe a mobilidade econômica e define os parâmetros da organização socioespacial dentro da cidade de São Paulo. Abdias Nascimento (2016) e Beatriz Nascimento (2007) observam essas questões como uma grande estratégia urbanística que promoveu uma sólida hierarquia racial e, nesse cenário, desde a época do escravismo, os negros são tolidos e condenados a permanecerem na base da pirâmide social.

A nosso ver, todos os dispositivos de violências múltiplas; os condicionantes das desigualdades; os estruturais processos de desregularidades; e todos os marcadores sociais da exclusão, citados durante

nossa pesquisa, produziram uma política administrativa de Estado, que fabricou, e continua fabricando, mortes direcionadas e em larga escala. Em seu horizonte, mantém corpos negros como elementos totalmente descartáveis e desclassificáveis, um sistema em que os abundantes e diretivos dispositivos letais são o motor do desenvolvimento territorial, social, econômico e político da cidade.

Mais uma vez chegamos a um ponto crucial: por meio da análise dos conceitos levantados, elementos e dados, acreditamos que pode haver uma grande possibilidade que esse tipo de organização social, produzida pela cidade de São Paulo, além de visar à reprodução do capital hegemônico; articular através de meios legais e ilegais as desigualdades; criar uma explícita hierarquia entre os espaços; e promover de modo racional e racista uma orientada estrutura de pobreza e de miséria; essa política também fabricou um sistema bem organizado de mortes em larga escala, um verdadeiro genocídio voltado para a destruição dos corpos e das identidades negras em todos os espaços da cidade.

Da época colonial até o mundo atual, a cidade de São Paulo seguiu esse padrão genocida de organização social e desde sempre os corpos negros estiveram no cerne desse processo de barbárie, banimentos, exploração e destruição (NASCIMENTO, 2016). Assim como no colonialismo o escravismo foi uma máquina de moer gentes (RIBEIRO, 2015), na modernidade a necropolítica é uma fábrica de eliminação em massa desses sujeitos colocados em estado de exceção e na latente condição de corpos descartáveis (MBEMBE, 2018).

Dessa maneira, podemos considerar que, no município de São Paulo, os negros foram envolvidos em uma trama mortífera, uma verdadeira necropolítica, organizada pelo Estado e pela pequena burguesia branca, que desde sempre, perpetua-se no poder e mantém uma política de extermínio e opressão racial, onde na topologia das violências da cidade estão os afro-brasileiros. Vejamos agora como o distrito do Jardim Ângela se desenvolveu dentro dessa estratégia de apartamento e exceção.

4.3 Distrito do Jardim Ângela: Caminhos e descaminhos

Como analisado nos capítulos anteriores, o município de São Paulo não cresceu de modo desordenado, mas, sim, dentro de uma profunda e bem definida ordem, guiada pelo capitalismo global, pelo racismo estrutural e pelo privilégio da população branca em detrimento da população negra. Esses movimentos de desregulações, desigualdade e segregação racial permanecem em trânsito e alguns dos resultados desse violento tipo de organização social é o genocídio da população negra e a proliferação das periferias, espaços altamente vulnerabilizados, territórios no limiar do estado de exceção, lugares distantes dos benefícios sociais oferecidos pelo Estado.

Kowarick (2000) aponta que esse modelo de construção do espaço urbano, adotado por São Paulo, favoreceu as grandes empresas e transformou as periferias do município em um produto da especulação imobiliária. Essa distribuição social do espaço segue um padrão de acumulação econômica que beneficia somente uma classe social e negligencia todas as outras. Para o autor, essa dinâmica social faz parte de um fenômeno que ele conceitua como *espoliação urbana.*

Segundo Kowarick (2000), espoliação urbana é um conjunto de situações degenerativas e espoliativas inerente ao tipo de organização capitalista adotada pela cidade paulistana, um modelo desigual, violento e exploratório de desenvolvimento urbano que favorece a reprodução do capital. "São inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos clandestinos" (KOWARICK, 2000, p.22).

> A produção do espaço gera, portanto, zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas a um custo econômico alto corresponde um ônus social – medido em termos de infraestrutura e serviços públicos – praticamente nulo. Por outro lado, nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas a que a população pauperizada tem acesso -, o custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto (KOWARICK, 2000, p. 28).

Para Carril (2006) essa estratégia de zoneamento social e racial foi produzida no início da urbanização e até hoje faz parte da dinâmica urbanística da cidade de São Paulo. Para a autora, a segregação espacial é uma realidade concreta, uma arma eficaz utilizada para minar a mobilidade social dos empobrecidos e esse sistema sempre atuou em conluio com o processo de industrialização e os desejos da elite local.

> A metropolização marchava aceleradamente com o ritmo industrial, mas delineando um padrão periférico de ocupação do espaço, à medida que se multiplicava a habitação popular nos bairros distantes da cidade. Parecia que, finalmente, se concretizava o sonho das elites – o distanciamento dos pobres. Acrescia-se a isso o elevado número de migrantes nordestinos que afluíam em busca de oportunidades de emprego e melhoria de vida em São Paulo (CARRIL, 2006, p. 84).

Ant (1994) entende esses processos de periferização da cidade, de espoliação urbana e de distanciamento dos pobres, como uma fórmula eficaz para o desenvolvimento capitalista dentro do espaço urbano. A autora também considera que esse movimento de horizontalização da cidade de São Paulo segue um padrão racional, muito bem definido e que atende aos interesses da classe dominante. Para ela, a extrema pobreza planejada nas pontas da cidade gera acúmulo extraordinário de capital para as centralidades.

> O novo padrão periférico é também uma fonte ilimitada de lucros para a especulação imobiliária. Através da venda de “lotes”, cada vez mais distantes e em terrenos sem benfeitorias, os mercadores de terras reforçavam uma espiral inesgotável fonte de periferização, marca registrada do crescimento da grande São Paulo. Quanto mais a Metrópole se expande, quanto mais os serviços atingem bairros distantes, mais longe o trabalhador é obrigado a ir para poder construir sua moradia, e mais distante fica dos serviços urbanos e do local de trabalho (ANT, 1994, p. 84).

O distrito do Jardim Ângela está localizado no extremo sul da Zona Sul de São Paulo, esse lugar atende a todos os requisitos acima citados, uma região empobrecida pelos processos históricos e por políticas públicas; um lugar zoneado pelo elemento racial, socialmente vulnerável, territorialmente precário e muito distante dos benefícios oferecidos pelo governo municipal.

O distrito do Jardim Ângela começou a ser densamente povoado a partir da década de 1930. Neste momento, além de alguns poucos indígenas, nativos

da região e sobreviventes do brutal processo civilizatório, muitos dos negros que sofreram com a gentrificação urbanística e foram expulsos dos cortiços começaram a habitar essa região. Para Carril (2006), o racismo foi o motor propulsor do desenvolvimento dos distritos afastados do centro e, segundo a autora, existe uma “correlação entre pobreza e moradia e também entre cor e pobreza” (CARRIL, 2006, p. 99) e esses elementos foram determinantes para a produção das periferias da cidade de São Paulo.

Ronilk (1989) também considera que os processos de periferização e expansão periférica da cidade aumentaram as distâncias territoriais, sociais e políticas dos mais pobres e produziram mais territórios negros.

> Em primeiro lugar, observamos um movimento geral de periferização das classes populares: o antigo padrão do cômodo de aluguel super denso e da cidade limitada ao percurso do bonde foi gradativamente cedendo lugar à chamada expansão periférica, caracterizada pela abertura de loteamento e a autoconstrução em bairros distantes da área equipada da cidade e pelo transporte por ônibus (ROLNIK, 1989, p. 10).

Esse movimento se intensificou nas décadas de 1950 e 60 com a abertura da economia para as indústrias transnacionais.

> Na década de 60, a construção das vias marginais viria consolidar a ocupação da Zona Sul da capital. Elas permitiram a consolidação do parque industrial de Santo Amaro e um afluxo cada vez maior de moradores para a região da Guarapiranga. Nesse período a Estrada M’Boi Mirim, antes via de ligação entre Santo Amaro a municípios vizinhos, passa a ser adensada e a servir de acesso a uma série de loteamentos (LABHAB, 2003, p.44).

Devido ao desenvolvimento industrial, às migrações internas e externas e ao planejado apartamento social, em meados das décadas de 70 e 80, essa região, assim como todas ao seu redor, começou a receber o ônus do tardio e desequilibrado processo de industrialização e do perverso modelo de urbanização adotado pelas forças dominantes da cidade, uma pobreza estrutural, o abandono e o apartamento populacional.

Na década de 1990, o Brasil entrou em uma profunda crise política e econômica, ao adotar o neoliberalismo como estratégia de fuga desse colapso, além de se manter aliado aos interesses dos Estados Unidos, o governo brasileiro aderiu a um modelo de política pública que fortificou a exploração

proletária, intensificou o empobrecimento em massa e imprimiu em sua paisagem urbana o espraiamento das periferias, zonas de altas vulnerabilidades estruturais (SANTOS, 2000). No extremo sul da cidade de São Paulo, toda essa conjuntura se resume em violência e morte de seus habitantes.

> Estimativas indicam que nesse período praticamente metade da população encontrava-se desempregada, e as consequências, nesse sentido, foram inevitáveis: aumento exponencial da pobreza, da miséria e da violência urbana. Para se ter uma ideia, o bairro do Jardim Ângela foi considerado em 1996 pela ONU o distrito mais violento do mundo. Foi nesse período que o Jardim Ângela, juntamente com os bairros vizinhos Jardim São Luís e Capão Redondo, ficaram conhecidos pela mídia hegemônica como o triângulo da morte, dado os altos índices de homicídios (DASSOLER, 2011, p. 5).

A fatídica década dos anos 1990 marcou significativamente todo o distrito do Jardim Ângela e seu entorno, os elevados índices mortíferos causaram muitos danos aos moradores da afastada Zona Sul da cidade. Não foi somente puro sensacionalismo da mídia hegemônica e menos ainda ficção para servir de literatura para músicas e pesquisas; nesse período, devido aos altíssimos índices de mortes, o distrito do Jardim Ângela, juntamente com o Capão Redondo e o Jardim São Luís, ostentavam o desonroso título de "O triângulo da morte". Esse apelido se deu porque, enquanto no ano de 1996 a taxa média de homicídio do município de São Paulo circulava entorno de 14 homicídios por 100 mil habitantes[29], somente no distrito do Jardim Ângela essa taxa atingia o assustador patamar de mais de 120 mortos por 100 mil habitantes; por essa razão, segundo a ONU, esse lugar era o mais perigoso e violento do planeta.

> Ao lado da pobreza extrema, e em parte, por ela determinada, o Jardim Ângela convive com a violência e suas diferentes formas de manifestação. No início da década de 1990, eram oito assassinatos por noite. O tráfico se instalou como opção de trabalho. A escalada cresceu de modo assustador e em 1996 foi considerada a região mais violenta do planeta, pela ONU. Eram 120 assassinatos por 100 mil habitantes, ultrapassando Cali, na Colômbia, que em 1995 atravessava um dos piores períodos da guerra do narcotráfico, com 80 assassinatos por 100 mil habitantes (CROWE e FERREIRA, 2006, p. 86).

[29] https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_sp.pdf acessado em 03/05/2018, às 08:21.

Com uma taxa de homicídios maior do que a taxa da Colômbia (em guerra declarada contra os narcotraficantes de Cali), os altos índices mortíferos da Zona Sul paulistana vinham acompanhados com a ineficiência dos órgãos públicos em solucionar ou prender os autores dos assassinatos. De acordo com os dados da Fundação Seade (Tabela 3), na região conhecida como o Triângulo da Morte, em cerca de 90% dos casos não foram sequer encontrados os suspeitos de cometer os crimes.

Tabela 3 – Taxas de Homicídios na década de 1990

Distrito	Total	População	Autoria conhecida 1992-1996	Autoria desconhecida 1992-1996	Total	% de autoria desconhecida
São Paulo – total	6.638	9.925.654	3.006	16.357	19.363	84,48
Capão Redondo	188	202.115	68	954	1.022	93,35
Campo Limpo	152	161.999	38	491	529	92,82
Jardim Ângela	274	235.735	73	499	572	87,24
Jardim São Luís	240	231.329	82	843	925	91,14
Total	854	831.178	261	2.787	3.048	91,44
%	12,87	8,37	8,68	17,04	15,74	

Fonte: SEADE: Sistema de Estatísticas Vitais (2000) (Tabulação própria).

Neste momento, para deixar essa análise territorial mais empírica, trazemos para a discussão, como fonte primária, relatos reais e de altíssima compreensão cognitiva da realidade, colhidos e produzidos por indivíduos que intimamente conheceram (e conhecem) essa região e todos os seus percalços, um grupo de rap que surgiu nos finais dos anos 1980, os Racionais MC's.

Este grupo narrava o cotidiano violento e mortífero, produzindo canções que dialogavam com os problemas e com as brutalidades sistêmicas operantes dentro das periferias do extremo sul de São Paulo. Em 1990, os Racionais MC's lançaram o álbum intitulado de *Holocausto Urbano*, fazendo uma analogia ao campo de concentração em Auschwitz, na Alemanha, com os distritos da Zona Sul de São Paulo e, também, comparando o extermínio do povo judeu em solo alemão com o genocídio da população negra no território paulistano.

Para os Racionais MC's (1990), toda essa conjuntura de desregularidades e disparidades sociais faz parte de um projeto de cidade e de sociedade que exclui os territórios periféricos dos benefícios governamentais, que através dos dispositivos racistas de organização urbana, produziram uma estrutura de múltiplas violências e foram responsáveis pelos elevados índices de mortalidade e de vulnerabilidade municipal.

Ainda segundo Racionais MC's (1990), habitar nessas regiões é conviver com "o medo, sentimento em comum num lugar que parece sempre estar esquecido, desconfiança insegurança, mano, pois já se tem a consciência do perigo" (RACIONAIS MC's, 1990). Em outras palavras, o grupo afirma que o ciclo vicioso, forjado entre a pobreza, a raça e a criminalidade, produziu um estágio de terror permanente; um estado de exceção latente; uma densa zona de instabilidade social, onde a qualquer instante pode explodir um conflito e desencadear um violento processo (físico ou simbólico) de brutalidades e crueldades contra os habitantes dessa região.

Nesse álbum, há uma música chamada *Pânico na Zona Sul*, que rapidamente se popularizou e virou uma espécie de hino regional, cantado pelos jovens periféricos, tocados nos bares e nos carros da região. O som ilustra muito bem essa cruel realidade de terror permanente que tomou conta desse lado extremo da cidade.

Para melhor compreensão dessa narrativa, segue um trecho da música *Pânico na Zona Sul*:

> Então quando o dia escurece
> Só quem é de lá sabe o que acontece
> Ao que me parece prevalece a ignorância
> E nós estamos sós
> Ninguém quer ouvir a nossa voz
> Cheia de razões calibres em punho

Dificilmente um testemunho vai aparecer
E pode crer a verdade se omite
Pois quem garante o meu dia seguinte

Justiceiros são chamados por eles mesmos
Matam humilham e dão tiros a esmo
E a polícia não demonstra sequer vontade
De resolver ou apurar a verdade
Pois simplesmente é conveniente
E por que ajudariam se eles os julgam delinquentes
E as ocorrências prosseguem sem problema nenhum
Continua-se o pânico na Zona Sul.

(Racionais MC's, Pânico na Zona Sul, 1990).

Rolnik (1994) também compreende esse apartamento socioespacial, os diferentes graus de violência e a discrepância entre as regiões periféricas dos bairros centrais, como parte de um projeto de governo e de uma produção urbana elitista, destinada a prestigiar o capitalismo e a burguesia paulistana. Além disso, a autora afirma que os espaços delimitam, e de certo modo, definem a circulação dos corpos dentro da malha urbana.

> Esse movimento é fruto de uma das faces dos conflitos urbanos gerados na cidade capitalista: a segregação sócio territorial. Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir "territórios" distintos. *Grosso modo,* os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais (RONILK, 1994, p. 97).

Assim como Rolnik (1994) e Ant (1994), Kowarick (2000) também se aproxima e dialoga com os Racionais MC's (1990) ao alegar que a espoliação urbana atinge principalmente àqueles corpos colocados em situação de extrema vulnerabilidade social, a mercê da violência e da negligência do poder público, ou seja, dentro das periferias. Para o autor, a cidade de São Paulo "é o lugar privilegiado da acumulação do capital, as contradições que nela se espalham não são frutos da urbanização em si, mas fruto dos processos históricos e culturais que desde sempre excluíram a maior parte da população" (KOWARICK, 2000, p. 49).

> Periferias... No plural. Isto porque são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras, verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se

> dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não “dos justiceiros”. Lá é por excelência o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000, p. 43).

Esse padrão mórbido de organização espacial, voltado para a reprodução do capital e o genocídio da população negra, continuou em pleno desenvolvimento. Com os índices de homicídios maiores do que da Faixa de Gaza, no Iraque, que na época, contabilizava 53,5 assassinatos por 100 mil habitantes, em 2003, a ONU, novamente, declara o distrito do Jardim Ângela o lugar mais violento do planeta, com 82,4 óbitos por 100 mil habitantes.

> O território do Jardim Ângela conta mais de 165.000 pessoas na faixa etária dos 0-29 anos, ou seja, mais da metade da população total. Essa juventude se encontra, no entanto, em uma situação de vulnerabilidade, considerando a situação de violência ainda presente na área e o déficit de atendimento escolar que gera uma forte taxa de abandono. O Jardim Ângela se tornou tristemente famoso quando foi qualificado nos anos 2000 como a região mais violenta do mundo pela ONU. O distrito atingia uma taxa de mais de 82 óbitos por homicídio por 100 000 habitantes (PRO-AIM), refletindo a situação geral das áreas periféricas da metrópole de São Paulo (PASSAGENS JARDIM ÂNGELA, 2015, p. 14).

Como podemos observar o distrito do Jardim Ângela se desenvolveu a partir das precariedades infraestruturais, sob um véu de uma complexa violência sistêmica, através do planejamento da pobreza e da ordenação dos corpos dentro da cidade de São Paulo. Considerado duas vezes o lugar mais perigoso do mundo, notamos que o desenvolvimento urbano não atendeu esse espaço urbano de forma adequada.

Em São Paulo, as intervenções seletivas, a internacionalização e a capitalização do espaço não significaram desenvolvimento humano coletivo, sem dúvidas esses elementos trouxeram muitas riquezas e benefícios para a sociedade, mas esses privilégios alcançaram apenas uma pequena parcela da população. A contrapartida desse progresso seletivo foi a proliferação da pobreza e o aumento exponencial das violências nos distritos menos atendidos pelas forças governamentais.

Tabela 4: Série histórica sobre as taxas de homicídios no Estado de São Paulo e no distrito do Jardim Ângela

Ano	Brasil	Estado	Capital + RM	Interior	Jardim Ângela*
2003	28,9	35,9	49,0	17,4	82,24
2004	27,0	28,6	37,4	16,4	57,70
2005	25,8	21,6	27,2	13,7	41,75
2006	26,3	19,9	24,5	13,3	32,59
2007	25,2	15,0	18,4	10,0	24,06
2008	26,4	14,9	17,9	10,7	25,29
2009	27,0	15,4	18,0	11,7	14,27
2010	26,2	13,9	15,6	11,5	18,62

Fonte: Waiselfisz (2012) - Mapa da violência 2012, Os novos padrões da violência homicida no Brasil.
*Projeto Passagens Jardim Ângela - Relatório final[30] (Tabulação própria).

Santos (2014c) aponta para as particularidades desse processo de ordenamento urbano. Para o autor, não podemos homogeneizar as situações, porque cada lugar carrega consigo suas marcas de desenvolvimento histórico, territorial, simbólico e social: “Por isso cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina, de maneira particular, variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares” (SANTOS, 2014c 64-65). Assim, o processo de deteriorização das regiões periféricas da cidade de São Paulo não foi igualitário e também não aconteceu ao mesmo tempo, mas seguiu um padrão homogêneo de desarticulação, destruição, descaso e abandono governamental.

4.4 Necropolítica no distrito do Jardim Ângela: Território e População

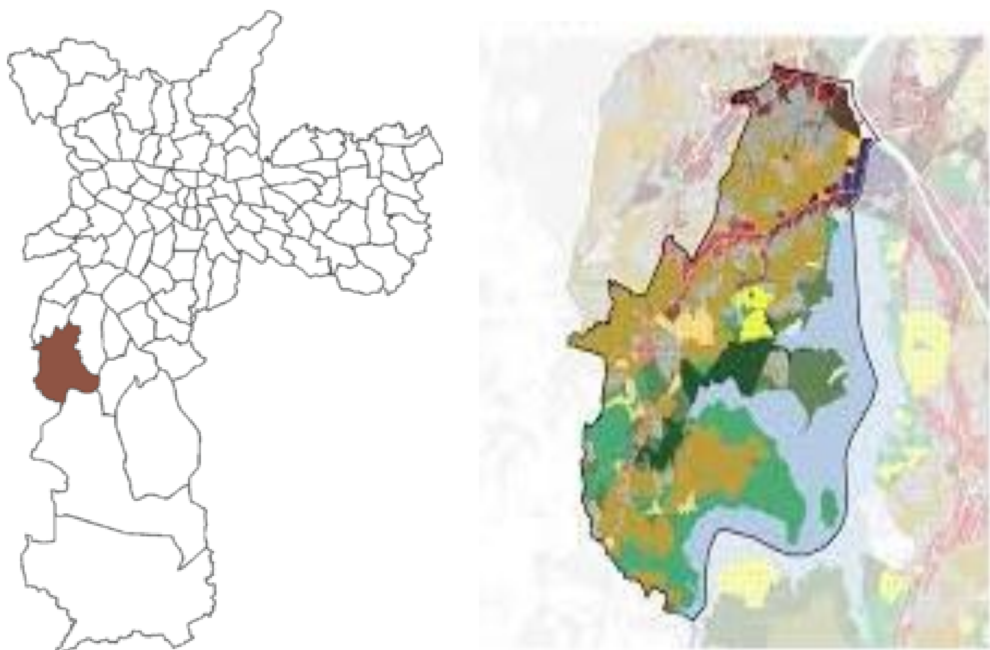
Localizado na Zona Sul da cidade de São Paulo, hoje, em 2019, o distrito do Jardim Ângela é composto por 84 bairros e vilas[31], possui 334.057

[30] http://cidadeemmovimento.org/wp-content/uploads/Passagens-Jardim-%C3%82ngela_relat%C3%B3rio-final-geral.pdf. Acessado em 08/05/2019 ás 17h06min.

[31] São eles: Alto da Baronesa, Alto da Riviera, Balneário Dom Carlos, Baronesa, Chácara Bandeirantes, Chácara Flórida, Chácara Santa Maria, Chácara Sonho Azul, Cidade Ipava, Cumbica, Estância Mirim, Estância Tangará, Jardim Ângela, Jardim Aracati, Jardim Boa Esperança, Jardim Capela, Jardim Clara, Regina, Jardim Coimbra, Jardim Copacabana, Jardim das Flores, Jardim Europa, Jardim Fraternidade, Jardim Fujihara, Jardim Guarujá, Jardim Gustavo, Jardim Herculano, Jardim Horizonte Azul, Jardim Imbé,

habitantes[32], uma extensão territorial de 37,4 quilômetros quadrados e uma densidade demográfica de 7.899 habitantes por quilômetro quadrado[33].

Figura 2. Representação atual do distrito do Jardim Ângela



Fonte: Gestão Urbana SP – Prefeitura de São Paulo

Assim como no passado, os índices sociais desse distrito ainda estão muito abaixo da média nacional e municipal. Os processos históricos, políticos, culturais e geográficos da cidade de São Paulo fizeram com que o distrito do Jardim Ângela desenvolvesse um alto grau de vulnerabilidade social.

Jardim Kagohara, Jardim Maria Emília, Jardim Mariane, Jardim Nakamura, Jardim Planalto, Jardim Ranieri, Jardim Recreio, Jardim Reis, Jardim Remo, Jardim Rio Douro, Jardim Rosa Maria, Jardim Santa Margarida, Jardim Santa Zélia, Jardim São João, Jardim São José, Jardim São Lourenço, Jardim São Manoel, Jardim Solange, Jardim Sônia Regina, Jardim Tamoio, Jardim Tupi, Jardim Turquesa, Jardim União, Jardim Vale Verde, Jardim Vera Cruz, Jardim Wanda, Loteamento Vila do Sol, M'Boi Mirim, Miami Paulista, Morro do Índio, Parque Bologne, Parque Cristina, Parque das Cerejeiras, Parque do Lago, Parque Maria Alice, Parque Novo Santo Amaro, Parque Santo Antônio, Parque Santo Edwiges, Parque Universitário Espírita, Sapato Branco, Vila Bom Jardim, Vila Caiçara, Vila Calu, Vila Damaceno, Vila Dom José, Vila Dona Meta, Vila Gilda, Vila Jaci, Vila Nagibe, Vila Remo, Vila Santa Lúcia, Vila São Judas e Vila Sol. Gestão Urbana SP – Prefeitura de São Paulo (2019).

[32] SEADE – Perfil dos municípios paulistas. http://www.perfil.seade.gov.br/. Acessado em 09/05/19 às 11h22min.

[33] Prefeitura de São Paulo, in: Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acessado em 09/05/19 às 11h45min.

Nesta pesquisa, consideramos vulnerabilidade social como uma série de condicionantes urbanos que possam gerar risco social a indivíduos ou grupo populacional, um conjunto de fatores multidirecionais e multicausais que impactam, direta e indiretamente, nas condições de existência dos sujeitos e dos territórios (SANTOS, 2013a; 2014c).

Como citado anteriormente, o padrão de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo aconteceu de forma muito desigual e seguiu uma norma segregacionista de organização socioespacial. Ao apresentar números tão distintos e diferenciados de vulnerabilidades sociais e estruturais, a tabela 5, confirma a hipótese deste trabalho e aponta a falta de regulação na ocupação do solo urbano no município de São Paulo.

Tabela 05: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por grupo de vulnerabilidades anos 2000

Localização	Grupo 1 Baixíssima Vulnerabilidade (% da população exposta)	Grupo 2 Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	Grupo 3 Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	Grupo 4 Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% da população exposta)	Grupo 5 e 6 Vulnerabilidade Alta e Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)
São Paulo Município	13,3	39,5	17,2	13,6	15,4
Distrito Alto de Pinheiros	82,8	17	-	-	-
Distrito de Moema	99,2	0,8	-	-	-
Distrito Jd. Ângela	-	7,5	28,1	11,1	53

Legenda: (-) fenômeno inexistente

Fonte: Fundação Seade - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2000. (Tabulação própria).

A tabela 05 aponta que no distrito do Alto de Pinheiros, localizado a cerca de dezessete quilômetros (17 km) de distância do distrito do Jardim

Ângela, as zonas de vulnerabilidade baixa, média, alta e altíssima são inexistentes, ou seja, 100% desse território tem acesso à cultura, educação, uma habitação digna, saneamento básico, alimentação e a um conjunto de fatores que garantem a seguridade biofísica de seus 41.421 habitantes[34] que, segundo o IBGE (2010), em sua maioria são alemães, portugueses, estadunidenses, austríacos e suíços e seus descendentes – podemos dizer, em outras palavras, brancos.

O distrito de Moema, localizado a cerca de apenas dez quilômetros (10 km) de distância do distrito do Jardim Ângela, também nos apresenta uma impressionante salubridade social e territorial, com 99,2% do seu espaço situado no grupo de baixíssima vulnerabilidade, seus 88.515[35] moradores gozam da paz, da segurança, do lazer, do acesso à cultura, de uma rede de proteção social e toda a conjuntura de privilégios e benefícios que é oferecida e mantida pelas forças municipais/estaduais que zelam pela manutenção permanente dessa ordem e desse horizonte harmonioso.

O distrito do Jardim Ângela, diferente dos anteriores, não conta com nenhuma zona de baixíssima vulnerabilidade social, desse modo, segundo a tabela 05, nenhuma parte desse território é 100% segura e salubre. Além disso, somente 7,5% de sua população encontra-se no grupo de muito baixa vulnerabilidade e uma grande parcela 64,1%, residem em áreas de média, alta e altíssima vulnerabilidade; isso significa que, nesse território, cerca de 212.000 seres humanos, ou seja, dois terços (2/3) da população local, de alguma forma, são negligenciados, espoliados e ineficientemente atendidos pelas forças municipais/estaduais.

Esse padrão de zoneamento, que privilegia os distritos centrais e a população branca, produz no cerne da sociedade paulistana um abismo social e uma macro organização das disparidades raciais, estruturais e políticas. Essa lógica de desenvolvimento se manteve através do tempo e praticamente dividiu a cidade de São Paulo em duas.

Foucault (2007), já apontava isso quando se referiu à divisão binária contida na organização disciplinar do espaço e na racional produção da cidade pestilenta. Para o autor, o imaginário burguês poluído pela ideologia capitalista,

[34] Rede Nossa São Paulo (2018)
[35] Rede Nossa São Paulo (2018)

segregacionista e racista, ilustrava o território da peste como um lugar repugnante e terrível por natureza e, por essa razão, os dispositivos disciplinares teriam que ser mais rígidos nesses espaços. Dessa maneira, “atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos ‘contágios’, da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem” (FOUCAULT, 2007, p. 164).

Para Agamben (2002), dentro da modernidade, não são somente os indivíduos que estão sob o julgo humanitário do soberano, os espaços também estão inseridos nessa lógica perversa; assim, segundo o autor, além de haver determinados corpos que estão na condição de exceção, de extrema vulnerabilidade e de absoluto desprezo, há também os espaços, que são colocados nesse contexto de abandono e destruição. Desse modo, existem indivíduos e territórios que foram inseridos no paradoxal projeto social de serem excluídos/incluídos, ou seja, abandonados e colocados em estado de exceção e exclusão por fazerem parte e estarem incluídos em um sistema que os excluem.

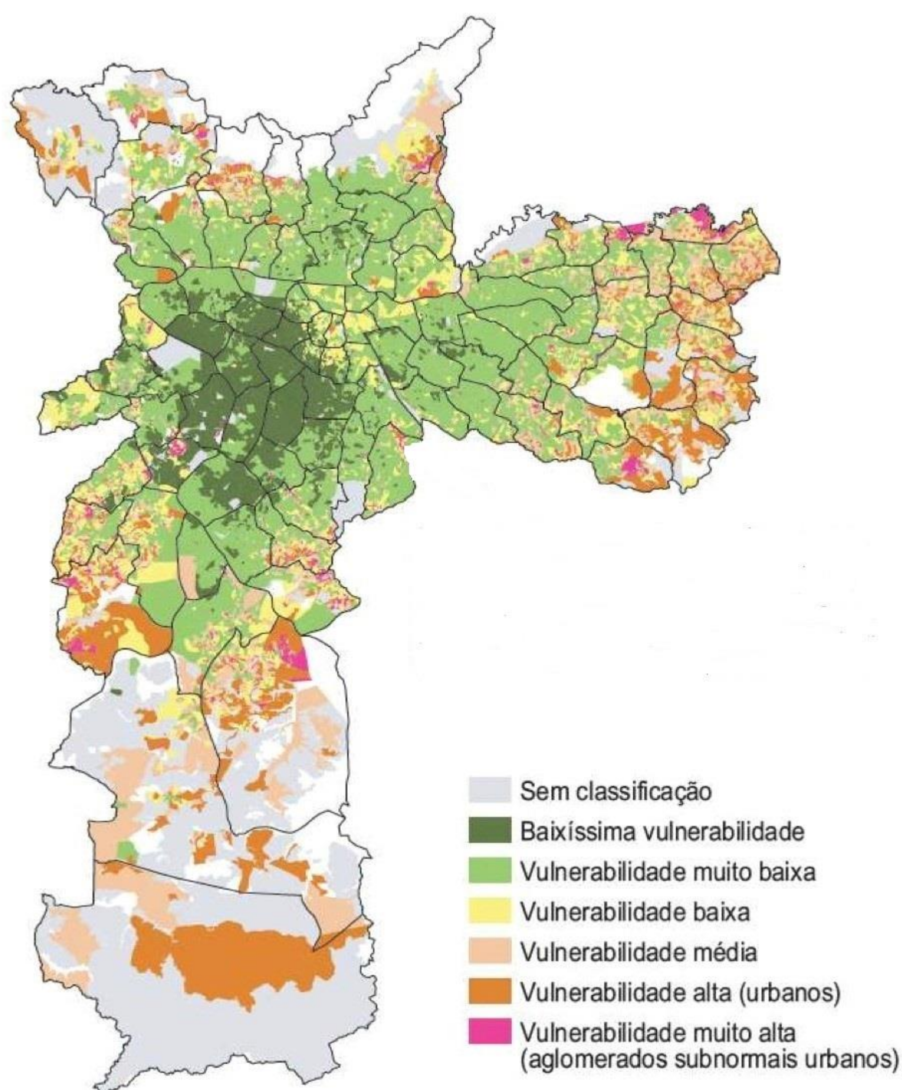
Ao retratar a cidade do bando, um lugar abandonado pelas forças soberanas, banido dos benefícios sociais e envolvida nessa contraditória condição de excluída/ incluída, Agamben (2002) diz que o espaço de exceção é: “um pedaço do território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por causa disso, simplesmente um pedaço externo” (AGAMBEN, 2002, p.176).

A organização disciplinar do espaço, a construção de territórios excluídos/incluídos e a separação de indivíduos de acordo com seus lugares (FOUCAULT, 2007; AGAMBEN 2002) fizeram parte e foram estratégias fundamentais para produzir esse padrão de zoneamento urbano da capital paulista, um sistema arquitetado para favorecer alguns espaços e indivíduos e deteriorar outros territórios e sujeitos.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social aponta que esse mecanismo de disparidades, desigualdades e de subdesenvolvimento dirigidos a determinadas regiões da cidade de São Paulo se manteve em 2010. Desta maneira, locais historicamente beneficiados pelas forças governamentais, cuja maioria da população é branca, rica e descendente de europeus, continuam em

pleno desenvolvimento territorial e humano, enquanto regiões que sempre foram negligenciadas e abandonadas pelo governo paulistano conservam-se em um permanente estado de exceção, desprezo e marginalidade. Envoltos e sujeitos a imensuráveis tipos de vulnerabilidades, sua população preta, pobre e de descendentes de africanos escravizados é condicionada a sobreviver atrelada a um cotidiano de espoliações, brutalidades e mortes sistêmicas.

Figura 3: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)
Município de São Paulo 2010



Fonte: Fundação Seade - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

Os dados trazidos pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2000 (IPVS-2000/2010), atrelados aos conceitos de Foucault (2007), Agamben

(2002), Mbembe (2018), Fanon (1968), Santos (2013a), Moura (1994), Kowarick (2000) mostram que esse projeto de cidade que abandona certos indivíduos e regiões e privilegia outros; que exclui grande parcela da população, meramente por estar inserida em um planejamento estratégico de desenvolvimento urbano; que racializa sujeitos e territórios colocando-os em condições de estado de exceção, absoluta matabilidade e total desprezo, fez parte da organização socioespacial do município de São Paulo, uma comprovada necropolítica onde os corpos negros e os territórios periféricos estão na topologia das crueldades e são os alvos dessa política separatista, mortífera e genocida.

Tabela 06: Renda per capita (2010)[36]
Divisão por distritos no município de São Paulo

Distritos	Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)
Itaim Bibi	4.134,27	8,56	7,31
Alto de Pinheiros	3.984,34	7,16	6,13
Consolação	3.787,88	7,82	7,12
Capão Redondo	541,48	24,96	10,06
Jardim São Luís	599,11	22,15	8,79
Jardim Ângela	427,48	32,53	13,72

Fonte: Fundação SEADE – Renda per capita. (Tabulação própria).

A tabela 06 mostra que as vulnerabilidades territoriais no município de São Paulo, apresentadas na Tabela 05 e na Figura 03, são acompanhadas

[36] A soma do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos ou mais residentes em domicílios particulares ou coletivos, dividida pelo total de pessoas residentes nesses domicílios.

pela desigualdade de renda. Os mesmos distritos que estavam na topologia da desregularidades sociais e expostos a sérios problemas infraestruturais, encontram-se com as menores rendas do município. Se levarmos em consideração a figura 1 (negros e brancos), veremos também que, assim como já ressaltado, a pobreza que foi planejada estruturalmente e politicamente articulada, através de inúmeros processos de organização territorial, tem direcionamento espacial e racial: o lugar da pobreza é em regiões afastadas do centro e sua cor é negra (KOWARICK, 1994, 2000; NASCIMENTO, 2007; MOURA, 1994; SANTOS, 2013a).

Tabela 07: Índice de envelhecimento em % (2013 e 2018)[37]
Divisão por distritos no município de São Paulo

Distritos	2013	2018
Consolação	237,03	232,37
Alto de Pinheiros	192,96	229,4
Itaim Bibi	168,91	167,2
Jardim São Luís	40,7	55,28
Capão Redondo	37,03	50,72
Jardim Ângela	26,85	39,07

Fonte: Fundação SEADE – Taxas de natalidade e fecundidade, esperança de vida e índice de envelhecimento. (Tabulação própria).

Como demonstrado na tabela 07, o índice de envelhecimento nos distritos centrais são altíssimos. Enquanto na Consolação e no Alto de Pinheiros a média de crescimento da população idosa bate mais de 200% ao

[37] Proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Adota-se o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo com Rede Interagencial de Informações para a Saúde – Ripsa - e 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde - Opas. Alguns países desenvolvidos adotam, todavia, 65 anos.

ano, nos distritos do Capão Redondo e Jardim Ângela essa média cai e se arrasta para os 50,72% e 39, 07%, respectivamente.

Dessa maneira, percebemos dois fenômenos e uma triste curiosidade: o primeiro demonstra que os sujeitos mais envelhecidos do município de São Paulo são aqueles que residem nas zonas de baixíssima ou baixa vulnerabilidade; e são os mesmos que possuem uma alta renda per capita e, nesses distritos, segundo IBGE 2010, a maioria da população é branca[38]. Através dos dados da figura 1 e das tabelas 5, 6 e 7, podemos perceber e sugerir que há uma íntima relação entre território, renda, envelhecimento, violência e raça. Nos distritos paulistanos existe uma política de apartamento social que atua, e sempre atuou, para eliminar os afro-brasileiros; para barrar sua ascensão social; e a impossibilitar qualquer forma de mobilidade de classe da população negra dentro da cidade.

O outro fenômeno relevante é que a população dos distritos do Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela, de maioria negra, segundo o IBGE 2010, tende a não chegar até a sua fase idosa, ou seja, até os 65 anos de idade. Talvez, podemos supor que estar presente no topo das desregularidades sociais do município, exposto às extremas condições de espoliações urbanas, pertencer a territórios altamente vulneráveis e ser negro, impacte diretamente no nível de vida e, consequentemente, nas condições de sobrevivência e de existência dos corpos que habitam nessas regiões.

A triste curiosidade está contida no fato que, se somarmos os índices de envelhecimento dos distritos do Capão Redondo, do Jardim São Luís e do Jardim Ângela não chega sequer ao índice de envelhecimento do Itaim Bibi.

Quando lidamos com os dados, percebemos que a realidade mortífera e perversa da necropolítica, produzida e organizada pelos mecanismos de administração pública, não gera mortes aleatórias, mas, sim eliminações diretivas. Através da análise dessas informações e dos estudos sobre a territorialidade distrital, podemos averiguar que esse modelo sociopático de organização espacial e de ocupação do solo, prejudica e deteriora, principalmente, os espaços periféricos e sua população negra. Racionalmente e racialmente alocada nas margens da sociedade paulistana.

---

[38] IBGE 2010

Tabela 08: Idade Média ao morrer no município de São Paulo 2018[39]

Distrito	2016	2017	2018
Itaim Bibi	77,7	78,6	81,50
Alto de Pinheiros	79,6	77,7	81,49
Consolação	76,7	78,9	81,40
Jardim São Luís	59,2	62,0	63,81
Capão Redondo	58,4	59,7	62,98
Jardim Ângela	54,7	55,7	60,32

Fonte: Rede Nossa São Paulo. Mapa da desigualdade 2016, 2017 e 2018.
(Tabulação própria).

A tabela 08 mostra que os indivíduos que vivem no Jardim Ângela tendem a viver 21 anos menos do que os sujeitos que habitam os distritos do Itaim Bibi, Alto de Pinheiros e Consolação. Vale lembrar que não estamos lidando com grandes distâncias espaciais, mas com os poucos quilômetros que separam essas populações.

Mbembe (2018) alega que na necropolítica, o poder do soberano sobre a morte pertence ao Estado, é ele quem classifica vidas e decide sobre as condições de sacralidade e matabilidade dos corpos. Para o autor, esse poder atua de modo direto sobre o espaço, produzindo necessidades, atenuando as desigualdades territoriais, gerando uma atmosfera de violência e um processo contínuo de eliminação em massa. Dessa forma, a necropolítica tem o objetivo "de provocar a destruição máxima de pessoas e criar 'mundos de morte', formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o estatuto de 'mortos-vivos'" (MBEMBE, 2018, p. 71).

[39]Média de idade com que as pessoas morreram, por local de residência. A média é obtida a partir da divisão da soma das idades ao morrer pelo total de óbitos por todas as idades, ocorridos em determinado ano e localidade.

Ao fazer a análise da tabela 8, parece-nos que todo o aparato de segregação socioespacial, apresentado durante a pesquisa, impacta diretamente na qualidade de vida dos sujeitos que nascem e vivem no distrito do Jardim Ângela. O resultado da distribuição racial dos corpos e da estrutura necropolítica de organização espacial está demonstrado no fato de que a população residente desse distrito é condenada a viver cerca de 20 anos menos do que os indivíduos que habitam nos distritos aburguesados.

Os dados são frios e não dão conta de irem para além dos números, mas se pensarmos de modo empírico e empático, veremos que viver 60 anos no distrito do Jardim Ângela é muito diferente do que viver 80 anos nos distritos do Itaim Bibi, Alto de Pinheiros e Consolação. Porque viver no distrito do Jardim Ângela é: pertencer a um espaço de violência (MBEMBE, 2018); estar em um território de exceção permanente (AGAMBEN, 2000); é conviver com a dor; com o medo real da violência e da brutalidade do Estado, com a falta de dinheiro e sem as condições essenciais de existência digna; é resistir sem saneamento básico; é não ter um atendimento justo de saúde; é não ter acesso a uma Educação pública com o mínimo de qualidade; é suportar a impossibilidade de realizar seus desejos de consumo, de viagem e de estudos.

Além disso, habitar nesse extremo da cidade é adaptar seu corpo a poucas horas de sono e longas viagens, em pé, dentro dos transportes coletivos; é ser usuário de um transporte público ineficiente e lotado de pessoas nessa mesma situação de esfacelamento biofísico; é ter sua vida condicionada ao trabalho braçal e a uma baixa renda; nascer, viver e morrer no distrito do Jardim Ângela é subordinar sua existência a um emaranhado de situações espoliativas; é estar em um estado latente de atenção e dialogando frequentemente com a morte; em resumo, ser um cidadão desse distrito é ser uma vida nua, um corpo desprovido de valor social, descartável e em condição absoluta de matabilidade dentro de um permanente estado de exceção. E é por meio dessa constatação que se evidencia a discrepância, nesse mundo de morte, entre viver 60 anos num bairro e 80 noutros.

Tabela 09: IDHMD – Índice de desenvolvimento humano municipal por distritos[40]

Distritos	IDH 2007*	IDH 2016**	Ranking atual de IDH no município**	Mudança de posição no ranking
Moema	0,981	0,961	1º lugar	-
Pinheiros	0,980	0,960	2º lugar	-
Perdizes	0,977	0,957	3º lugar	-
Jardim Paulista	0,975	0,957	4º lugar	-
Alto de Pinheiros	0,972	0,955	5º lugar	-
Jardim Ângela	0,750	0,750	76º lugar	-
Lajeado	0,748	0,748	77º lugar	-
Parelheiros	0,747	0,747	78º lugar	-
Marsilac	0,701	0,701	79º lugar	-

(Tabulação própria).

Legenda: (-) sem alteração

*Fonte: Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo Atlas municipal prefeitura de São Paulo, 2007;
**Fonte: Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo Atlas municipal prefeitura de São Paulo, 2016.

Os dados da tabela 09 nos trazem algumas significativas informações e concretizam muito do que já foi desenvolvido em nossa pesquisa. Primeiramente, a discrepância entre os distritos da capital paulista é notória, enquanto alguns territórios estão no topo do bem estar coletivo, são beneficiados pelo assistencialismo municipal/ estadual, envolvidos numa rede de seguridade social e envoltos por uma plenitude cidadã, outros espaços estão na topologia das crueldades da cidade, enredados às estruturas de múltiplas violências, abandonados pelas forças governamentais e à mercê de um desenvolvimento urbano racista, capitalista, excludente e, como os números mostraram, ceifador de vidas periféricas.

A tabela 09, aquela que mostra a distribuição racial dentro do município de São Paulo, desenvolvida pelo IBGE 2000, aponta-nos que os distritos que

[40] Apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e seus subíndices. O IDH é um índice síntese que procura captar o nível de desenvolvimento humano alcançado em uma localidade, levando em consideração três dimensões básicas: a Saúde, a Educação e a Renda. O índice é uma média simples dos subíndices encontrados para cada uma dessas dimensões. Inicialmente desenvolvido pelo PNUD para comparação internacional, foi adaptado, no Brasil, para o nível municipal e intramunicipal, recebendo a denominação de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M.

mantêm os excelentes padrões de desenvolvimento humano são aqueles cuja maioria, ou quase toda sua população, é branca. Em contrapartida, os distritos que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano são aqueles em que grande parte de sua população é negra. Dessa maneira, mais uma vez, percebemos que há um padrão muito bem definido de zoneamento racial dentro da cidade de São Paulo, um modelo de ocupação do solo que privilegia os brancos e prejudica os negros, algo existente desde a época colonial que se arrastou e se intensificou com o passar dos anos.

Outro fenômeno apresentado pela tabela 09 aponta que esse tipo de organização territorial se manteve na ultima década. Nota-se que os distritos desenvolvidos e localizados nas zonas centrais da cidade continuaram gozando de um bem estar coletivo e de uma ampla rede de amparo social, enquanto os territórios não desenvolvidos e mais distantes das centralidades permaneceram em uma lamentável situação de miserabilidade e no limiar de um estado de exceção e exclusão.

Segundo esses dados, em 10 anos, nas extremidades do ranking de IDHMD do município de São Paulo, os quatro distritos não alteraram sua colocação, ou seja, nas duas pontas da tabela, os melhores e os piores distritos mantiveram suas posições inalteradas[41], reforçando, assim, as desigualdades socioterritoriais contidas na cidade. Outra situação que, a grosso modo, podemos manipular, é a comparação do IDHMD 2016 do município de São Paulo com o IDH global 2016, produzido pelo PNDU. Assim é possível que tenhamos uma singela noção do tamanho desse abismo social e as imensuráveis proporções de desigualdades existentes dentro da capital paulista.

---

[41] Uma curiosidade que nossa pesquisa não se debruçará e também não tem o objetivo de analisar, mas vale a pena ressaltar: Os dados da Tabela 09, que são de responsabilidade e pertencem a prefeitura de São Paulo, apontam que os IDH dos distritos Marsilac, Parelheiros, Lajeado e Jardim Ângela, julgados como os piores territórios do município, não sofreram modificações entre os anos de 2007 à 2016. Assim sendo, podemos supor duas situações: a primeira é que realmente esses dados não foram alterados e a situação de vulnerabilidade permanece estática; e a segunda, podemos acreditar que esses números apresentados pela prefeitura não sejam exatos e o desenvolvimento humano desses distritos possa ter piorado.

Tabela 10: Comparação do IDHM distrital (2016) com o IDH Global (2016)

Distritos São Paulo	IDHMD 2016	Países com IDH semelhante	IDH Global 2016	Ranking IDH Global 2016
Moema	0,961	Noruega	0,949	1º
Pinheiros	0,960	Austrália	0,939	2º
Perdizes	0,957	Suíça	0,939	3º
Jardim Paulista	0,957	Alemanha	0,926	4º
Alto de Pinheiros	0,955	Dinamarca	0,925	5º
Jardim Ângela	0,750	Bósnia e Herzegovina	0,750	81º
Lajeado	0,748	Argélia	0,745	83º
Parelheiros	0,747	Jordânia	0,741	86º
Marsilac	0,701	Uzbequistão	0,701	105º

Fonte: Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo Atlas municipal prefeitura de São Paulo, 2016 e PNUD 2016 – ONU (Tabulação própria).

Voltamos a dizer, essa comparação é muito mais complexa do que apresentada pela tabela 10. É lógico que o IDH de um distrito não pode ser comparado com o IDH de um país porque a escala de análise é bem diferente, mas ao fazermos esse exercício especulativo perceberemos que há uma enorme distância e uma nítida discrepância de desenvolvimento humano entre os distritos aburguesados e as periferias da capital paulista. Enquanto os territórios com a maioria da população branca estão em um patamar semelhante aos países desenvolvidos e europeus, os territórios negros estão com índices parecidos aos países em extremo estado de exceção, guerra e um histórico processo de fome, exploração e miséria.

Dessa maneira podemos observar as dimensões e as desregulações territoriais, sociais e raciais contidas na organização e na ocupação do solo no município de São Paulo, a necropolítica, produzida e manuseada por um Estado aparelhado pelas forças do capital segue reverberando mortes em larga escala de corpos negros nas periferias da cidade.

4.5 Necropolítica no distrito do Jardim Ângela: Saúde e Saneamento básico

A Saúde e o Saneamento básico são dois fatores que impactam diretamente no desenvolvimento e na qualidade de vida de uma população. A partir de agora analisaremos essas questões porque parece-nos que no distrito do Jardim Ângela esses atendimentos são realizados de forma inadequada, de maneira ineficiente e não atende a todos os seus habitantes.

4.5.1 Saúde

Um fator determinante para a melhoria ou piora dos índices de desenvolvimento humano é o acesso à saúde pública. O mapa da desigualdade de 2018 mostra que a cidade de São Paulo tem um enorme déficit nesse quesito, porém, no distrito do Jardim Ângela, os dados indicam que essa deficiência é ainda maior.

Tabela 11: Quantidade de leitos hospitalares e o tempo de atendimento dividido por distritos em São Paulo

Distritos	Proporção de leitos hospitalares (por mil habitantes)	Tempo médio de espera (em dias) para realizar consulta com o clínico geral	Tempo médio (em dias) para realizar consulta com médico do Programa saúde da família	Total da população (IBGE)
Jardim Paulista	38,03	0,00	0,00	90.588
Vila Mariana	25,42	0,00	0,00	132.122
Liberdade	18,72	0,00	0,00	72.503
Jardim São Luís	1,62	12,16	28,14	291.198
Jardim Ângela	0,75	6,31	26,79	334.057
Capão Redondo	0,08	13,62	22,58	293.651

Fonte: Rede Nossa São Paulo – O mapa da desigualdade 2018 e IBGE – Censo 2018. (Tabulação própria).

Neste ponto da pesquisa esse fenômeno já não é novidade, já que vimos anteriormente que o município paulistano segue um padrão de

zoneamento e de organização social e racial que favorece algumas regiões da cidade e abandona outras e, dentro dessa lógica estrutural, estruturada através dos estruturantes do racismo, do abandono e do capital, o território periférico do Jardim Ângela está entre os lugares mais precários de São Paulo.

Visivelmente, um dos grandes problemas da saúde pública municipal é a demora e a precariedade do atendimento em seus postos de serviços. Ressaltamos que quando analisamos essa situação de vulnerabilidade e descaso, não nos referimos aos profissionais que trabalham nesses locais, mas, sim, a conjuntura de acolhimento e suporte oferecida para a população paulistana.

Mais uma vez, os dados mostram o abismo socioespacial em que a cidade de São Paulo está envolvida e apontam para duas cidades apartadas. Enquanto o distrito do Jardim Paulista possui cerca de 72 leitos hospitalares por dois mil habitantes, o distrito do Jardim Ângela, localizado a aproximadamente 17 quilômetros de distância deste, praticamente conta com 1 leito por dois mil habitantes.

Ao analisar o tempo médio de espera (em dias) para realizar consulta com o clínico geral, a diferença também é abissal, pois enquanto nos distritos centrais esse tempo é de 0 dias, ou seja, o atendimento é imediato, nos distritos periféricos do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís (o triângulo da morte) esse prazo se estende a 12, 6 e 13 dias, respectivamente.

> A questão da saúde no distrito de Jardim Ângela tem especial importância no diagnóstico pelas carências que a região apresenta e as consequências de várias faces da exclusão social se apresentam como problemas concretos para a saúde pública (LABHAB, 2003, p. 95).

Outra questão levantada pela tabela 11 afere que o tempo médio (em dias) para realizar consulta com médico do Programa Saúde da Família, no Jardim Ângela, pode chegar a até 26 dias, enquanto na Vila Mariana não é necessária nenhuma espera.

Há uma questão não encontrada na tabela 11, mas que faz parte dessa realidade cruel vivenciada pelos cidadãos periféricos (aqueles que não possuem condições financeiras de arcar com suas despesas na área da

saúde). Segundo estimativas[42], o tempo médio de espera para a realização de um exame simples, dentro do serviço público de Saúde, é de cerca de 89 dias, alguns diagnósticos mais sofisticados podem demorar até 336 dias. A coordenação de epidemiologia e informação do SUS (CEINFO – SUS/2018) alega que para atender os 334.057 habitantes, o distrito do Jardim Ângela conta com apenas 20 UBS, 2 UPA, 1 Hospital e 4 AMAs.

Uma análise desatenta poderia supor que o maior problema da saúde pública é a densidade demográfica dos distritos, porque, como vimos, alguns possuem uma população menor e outros uma população maior, impactando assim na operação e na organização do sistema e, por esse motivo, os órgãos responsáveis não conseguiriam prestar um serviço de qualidade para todos os envolvidos.

Mas essa hipótese cai se somamos a população e as condições estruturais da saúde distrital do Jardim Paulista, Vila Mariana e da Liberdade. Porque com essa soma, o resultado total da população seria de 295.213 habitantes e para cada mil indivíduos haveria uma média de 82,17 leitos hospitalares. Ou seja, mesmo com uma população quase que proporcional ao do Jardim Ângela, na área de saúde pública, os três distritos centrais ainda se manteriam no topo da seguridade e da salubridade municipal.

Um dado curioso que também não está na tabela 11, mas encontra-se no mapa da desigualdade 2018, é o fato de que, no distrito do Jardim Paulista, o número de mortes por neoplasias (câncer) é de 202,61 por 100 mil habitantes, enquanto no Jardim Ângela esse número cai drasticamente para de 88,71 óbitos por câncer por 100 mil habitantes. Nesse contexto, podemos levantar duas hipóteses: a primeira é que a população do distrito do Jardim Ângela é biologicamente mais imune a mortes neoplásicas do que a população do Jardim Paulista; a segunda é que devido a falta de atendimento adequado, diagnósticos precisos e exames em tempo hábil, os moradores do distrito do Jardim Ângela, muitas vezes, morrem devido ao câncer, mas não são sequer diagnosticados.

Outro indicador de saúde pública que influencia diretamente na qualidade de vida dos habitantes do distrito do Jardim Ângela é a questão dos

[42]https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1923454-exame-tem-espera-de-ate-336-dias-mesmo-apos-programa-de-doria.shtml. Acessado em 29 de maio de 2019, às 10h45min.

nascidos vivos desse território. Porque a gestação de uma criança envolve vários aspectos da cotidianidade; assim como o viver, o nascer nesse local está atrelado a uma série de condicionantes externos que atingem não só o bebê, mas também à/às mães, ao/aos pais, além de todos envolvidos nesse processo.

Tabela 12: Indicadores selecionados referentes a nascidos vivos[43]

Distritos	Períodos	Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	Partos Cesáreos (Em %)	Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	Gestações Pré-Termo (Em %)[44]
Alto de Pinheiros	2013	1,55	91,97	75,65	9,84	14,51
Alto de Pinheiros	2014	0,89	90,77	67,46	7,4	6,57
Perdizes	2013	0,75	93,5	78,83	8,46	11,95
Perdizes	2014	0,81	93,46	74,6	9,48	10,5
Moema	2013	0,54	95,81	80,86	11,4	14,09
Moema	2014	0,34	96,26	78,94	10,85	13,44
Jd. Ângela	2013	8,86	79,26	41,33	9,27	9,38
Jd. Ângela	2014	8,98	79,92	40,82	9,08	9,37

FONTE: SEADE: Indicadores selecionados referentes a nascidos vivos. (Tabulação própria).

[43] Até o presente momento, maio de 2018, a Secretaria de Saúde do município de São Paulo, juntamente com o SEADE, ainda não disponibilizou os dados dos anos seguintes: 2015, 2016, 2017 e 2018. Para esses anos, existe um levantamento efetuado pela Rede Nossa São Paulo, mas esse instituto utiliza outros indicadores e por essa razão não os utilizaremos.

[44] Proporção de Nascidos Vivos com menos de 37 semanas de gestação em relação ao total de Nascidos Vivos.

A tabela 12 reforça o que as tabelas anteriores indicaram: o padrão de organização do município de São Paulo segue um modelo binário, onde de um lado são encontrados os corpos brancos e seus distritos aburguesados, possuidores de riquezas, proteção e benefícios sociais, e do outro são alocados os corpos negros em seus territórios vulnerabilizados, envolvidos em uma pobreza planejada e em um permanente e latente estado de exceção.

Os dados apresentado pela tabela 12, podemos perceber que a quantidade de grávidas menores de idade é quase cinco vezes maior nos distritos periféricos do que nos distritos centrais. Isso demonstra como as políticas públicas também são diferenciadas e orientadas através da raça e da classe social. Além do mais, os dados apresentam que, no distrito do Jardim Ângela, somente 79,92% dos nascidos vivos são devidamente acompanhados pelos exames de pré-natal.

> A realização do pré-natal representa papel fundamental na prevenção e/ou detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, permitindo um desenvolvimento saudável do bebê e reduzindo os riscos da gestante. Informações sobre as diferentes vivências devem ser trocadas entre as mulheres e os profissionais de saúde (SITE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL, 2016)[45].

A tabela 12 mostra que nos distritos aburguesados, dentro da rede de saúde pública, há um alto índice de partos cesáreos, enquanto no distrito do Jardim Ângela esse número cai quase pela metade. Dessa maneira, percebemos que nessa região periférica do extremo sul da cidade há certa tendência à indução de partos vaginais: teoricamente um parto de baixo custo, poucos recursos e uma rápida liberação do leito.

Para Zanardo, Calderón, Nadal,& Habigzang (2017), no Brasil, por mais que a taxa de operação cesariana tenha aumentado, ainda a maioria dos partos efetuados na rede pública de Saúde são vaginais.

> Dados divulgados pelo Ministério da Saúde (2015) mostram que a taxa de operação cesariana chega a 56% na população geral, sendo que esses números variam entre o atendimento nos sistemas público e privado de saúde, que apresentam uma ocorrência de

[45] http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2198-importancia-do-pre-natal. Acessado dia 31/07/19 às 08h16min.

> aproximadamente 40% e 85%, respectivamente (ZANARDO, CALDERÓN, NADAL,& HABIGZANG, 2017, p. 2).

No distrito do Jardim Ângela a proporção de óbitos femininos por causas maternas é de 5,12 mortes por dez mil habitantes, um índice muito aquém dos índices dos distritos de Moema, Alto de Pinheiros e Perdizes que é de 0,00 óbitos por dez mil habitantes[46].

Esse vínculo entre território e insalubridade materna permite o avanço de outro tipo de violência, a violência obstétrica. Para Gabriela Brandt (2018), a violência obstétrica “engloba todos os tipos de agressões sofridas pela parturiente durante o trabalho de parto, pós-parto e abortamento. Para muitas mulheres o parto se transforma em um acontecimento doloroso e traumático” (BRANDT, p. 29).

> A violência física e a violação do direito à informação e autonomia pode ser percebida frente à realização de intervenções e práticas consideradas prejudiciais cientificamente, sem autorização da parturiente ou autorizadas mediante informações distorcidas e incompletas, como por exemplo, mentir para a paciente sobre sua dilatação, vitalidade fetal, e motivos considerados improcedentes, como circular de cordão cervical, bacia materna estreita, macrossomia fetal, entre outros. As intervenções são realizadas com o objetivo de acelerar o trabalho de parto, em gestantes de risco habitual, como manobra de Kristeller[47], realizada em mais de 70% nos partos vaginais, que traduz-se em realizar uma incisão entre a vagina e o ânus para ampliar o canal de parto, porém atualmente sabe-se que é considerada uma prática prejudicial, se realizada de forma rotineira (BRANDT, 2018, p. 25-26).

Até o momento, não temos dados oficiais sobre violência obstétrica, divididos por raça/classe/território. Porém Ellen Oliveira (2018), após realizar um estudo sobre mulheres negras vítimas de violência obstétrica, concluiu que há uma grande diferença no atendimento obstétrico entre mulheres brancas e mulheres negras. A autora aponta que um dos maiores problemas desse ciclo de violação é a percepção das vítimas, porque após realizar uma série de entrevistas, a pesquisadora alega que muitas mulheres negras não perceberam que foram violentadas durante o procedimento médico, assim “a discriminação

[46] Mapa da desigualdade 2018 – Rede Nossa São Paulo.

[47] Manobra de Kristeller: Consiste em empregar força na parte superior do útero durante o período de expulsão, o uso de ocitocina, a amniotomia para romper as membranas que recobrem o feto e a episiotomia.

racial, fruto do racismo e do preconceito se camufla nas relações sociais, dificultando a sua percepção, inclusive pelas próprias vítimas” (OLIVEIRA, 2018, p. 84).

> Os efeitos do racismo velado, inclusive do ponto de vista institucional, manipulam a percepção de suas vítimas. Azaléia, mulher negra, se queixa de piadas que lhes foram dirigidas por ocasião da prestação de um serviço pelo qual ela “havia pago” enquanto contribuinte. Talvez ela não tenha percebido o aspecto pejorativo de sua condição de mulher negra contido no conteúdo da piada. Assim como Azaléia, todas as entrevistadas tiveram dificuldade de percepção do racismo ou preconceito racial, por isso poucas referências explícitas aparecem nos depoimentos (OLIVEIRA, 2018, p. 81).

Marcia Lima (2010) ratifica essa questão de violência estrutural contra as mulheres negras dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Para a autora, o racismo estruturado através dos séculos, levaram os negros para a subalternidade social e, em todos os patamares da sociedade, alocaram as mulheres negras às margens dos direitos básicos. Dessa maneira, as mulheres negras são as vítimas mais violentadas pela estrutura racista que rege a sociedade brasileira (LIMA, 2010).

> Essas demandas tratam da vulnerabilidade socioeconômica associada à vulnerabilidade de negros e mulheres e, consequentemente, de mulheres negras. Apesar da proposta universalista que rege o Sistema Único de Saúde, notava-se uma reprodução da realidade, do racismo que estrutura a sociedade brasileira. O grande desafio para alargar e adensar a percepção das desigualdades nessa área foi a produção e o acesso a dados acerca da situação da saúde dos negros, em particular da mulher negra. (LIMA, 2010, p. 90).

Sendo a violência obstétrica um conjunto de violações físicas, biológicas, psicológicas e estruturais (BRANDT, 2018), e as mulheres negras as maiores prejudicadas e afetadas por essa brutalidade sistêmica (LIMA, 2010; OLIVEIRA, 2018), podemos supor que o alto índice de óbitos maternos no distrito do Jardim Ângela possa ser derivado e influenciado pelo racismo institucionalizado que potencializa a violência obstétrica, principalmente, em lugares empobrecidos, como é o caso dessa região.

4.5.2 Saneamento básico

Algo fundamental que impacta na saúde, no desenvolvimento humano e na qualidade de vida de uma população é o saneamento básico. Sobre este conceito, seguiremos a classificação do IBGE (2008)[48], que considera saneamento básico um composto de quatro elementos essenciais: esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e abastecimento de água.

Tabela 13: Rede de esgoto, serviço de coleta de lixo doméstico e distribuição territorial das favelas dentro do município de São Paulo

Distritos	Serviço de coleta de lixo doméstico	Rede de esgoto	Distribuição territorial das favelas
Bela Vista	99,93	99,78	0
Alto de Pinheiros	99,86	99,75	0
Moema	99,97	99,75	0
Pedreira	99,41	79,18	32
Jardim Ângela	99,81	77,61	82
Grajaú	99,51	70,61	75

Fonte: Nossa São Paulo: Mapa da desigualdade – Primeira infância, 2018. (Tabulação própria).

Dos quatro elementos que compõem o saneamento básico, a tabela 13 nos apresenta somente dois: o esgotamento sanitário e o serviço de coleta de lixo doméstico. Ao analisarmos os dados, percebemos que o serviço de coleta de lixo doméstico no município de São Paulo parece muito eficaz; segundo os dados, notamos que tanto nos distritos centrais quanto nos periféricos a retirada é feita de forma quase que igualitária. Esse importante indicador sugere que os serviços prestados pela prefeitura da cidade podem oferecer bons atendimentos a todos, independentemente da região.

No entanto, não estamos analisando o ciclo dos resíduos sólidos, de uma forma geral: seu transporte, o serviço de catadores, a reciclagem, o destino final. Somente comparando alguns distritos quanto à coleta domiciliar.

[48] IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB

No município de São Paulo, os serviços de esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e abastecimento de água são realizados pela Sabesp, uma empresa criada na década de 1970 para atuar na área de abastecimento de águas e coletas do esgoto em todo o Estado. Surgiu como um órgão público, para atender os interesses comuns e que foi criada enquanto uma empresa de economia mista e com capital aberto a investidores, sendo suas ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) e atualmente de Nova Iorque (NYSE).

Como demonstrado na tabela 13, os distritos da região central de São Paulo apresentam elevados percentuais de tratamento da rede de esgoto, quase a totalidade desses territórios possui uma cadeia de esgotamento sanitário que auxilia na organização espacial e contribui para a diminuição dos riscos de proliferação de algum tipo de doença proveniente da falta do tratamento dessas águas.

Em Março de 2018, o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA 2018) produziu um manifesto alegando que “o esgotamento sanitário guarda profunda relação com a saúde pública, sobretudo com as doenças de veiculação hídrica” (p.3). Mais adiante, esse documento corrobora com a tabela 13 e indica que “as periferias, as áreas de ocupação irregular, os quilombos, as aldeias indígenas e as comunidades tradicionais concentram os excluídos do acesso ao saneamento básico” (FAMA, 2018, p.4).

Esse ciclo entre território, pobreza, inexistência de esgotamento sanitário e consequentes doenças, produz muitos problemas que transcendem os espaços e ganham maiores proporções. Para Ana Paula Fracalanza (2006), a questão da “falta de saneamento em muitos loteamentos e favelas, mais do que poluir diretamente as águas dos rios e córregos, constitui um problema de saúde e baixa qualidade de vida para a população residente nestas habitações” (FRACALANZA, 2006, p. 37).

Essas afirmações proferidas por Fracalanza (2006) e pelo FAMA (2018) condizem com a realidade paulistana; como visto na tabela 13, os distritos do extremo sul da cidade estão entre aqueles que menos possuem esgotamento sanitário. Nesta tabela há outro indicador que apresenta uma íntima relação entre falta de saneamento básico e divisão socioespacial que é a distribuição territorial das favelas. Através desse quesito, percebe-se que os distritos que

possuem maior número de favelas são aqueles que possuem menores índices de esgotamento sanitário.

Fracalanza (2015) alega que as populações mais empobrecidas, aquelas situadas em territórios de vulnerabilidades múltiplas, são as mais afetadas por essas diretivas políticas de governança da água e, consequentemente, de esgotamento sanitário. Para a autora, esse projeto político de controle das águas e de todos os seus processos deixa alguns indivíduos em uma situação de injustiça ambiental; assim, aquela população “que menos contribui com o consumo de água, que menos gera lixo é aquela que tem menor acesso ao saneamento básico, seja abastecimento em quantidade e regularidade de água, em coleta de esgotos ou mesmo de lixo” (FRACALANZA, 2015, p. 473).

> No entanto, em territórios nos quais não há cobertura de serviços de saneamento básico para toda a população, também não há tratamento justo quanto à questão do oferecimento de serviços relacionados a saneamento básico para a população. Ao contrário, há uma tendência da população de baixa renda a habitar territórios sujeitos a maiores riscos em relação a problemas ambientais, de modo geral, e a problemas relacionados à falta de saneamento adequado, de modo particular, tais como em áreas: sujeitas a inundações; com condições inadequadas de saneamento ambiental; próximas a lixões; com riscos de desabamento associados a processos erosivos (FRACALANZA, 2015, p. 472).

Existem mais dois elementos do saneamento básico que não foram contemplados pela tabela 13: o abastecimento de água e o manejo de águas pluviais. Segundo a Sabesp e a Secretaria de Habitação da prefeitura de São Paulo, 92% do município é abastecido com água potável e de excelente qualidade; porém, em algumas regiões da cidade, principalmente naquelas abastecidas pela represa do Guarapiranga (responsável por abastecer o distrito do Jardim Ângela e todas as periferias da zona sul da cidade), a água pode apresentar odor e gosto desagradável.

> Alguns sistemas produtores, como o Guarapiranga, apresentam em seus reservatórios problemas de eutrofização, isto é, crescimento de algas, fruto do carreamento de nutrientes aos mesmos. A presença de algas na água bruta, quando muito intensa, faz com que após o tratamento resulte algum gosto e odor desagradável na água (PLANO MUNICPIAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO, 2018, p. 72).

Essa informação proferida pela SABESP vai ao encontro do estudo e da reportagem produzidos em 2014 pelo UOL, que comparou a qualidade da água nas cinco regiões da cidade de São Paulo[49].

> O UOL comparou os resultados das cinco amostras coletadas na capital e descobriu que a água fornecida pela Sabesp é diferente em cada região da cidade. Existe diferença nos resultados em 15 dos 93 parâmetros avaliados em laboratório. Por exemplo, a água coletada no Capão Redondo, região abastecida pelo Sistema Guarapiranga (2º maior da Grande São Paulo), apresentou maior índice de cloreto, sódio, sólidos dissolvidos, nitrogênio nitrato e sulfeto de hidrogênio em relação às outras. O cloreto é um composto formado por cloro. É encontrado nas águas superficiais como consequência do despejo de esgoto sanitário e de resíduos de indústrias. O uso do cloro no tratamento da água eleva o nível de cloreto. Em altos teores, contribui para a corrosão dos sistemas de distribuição, além de deixar a água com sabor salgado (PORTAL UOL NOTÍCIAS, 2014)[50].

O artigo 2 da Lei Federal Nº 11.445/2007 outorga que o manejo das águas fluviais na cidade é de responsabilidade direta do órgão que detém a governança da água, no caso do município de São Paulo, a SABESP. Essa mesma lei define o manejo das águas como:

> O conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (BRASIL, 2007, p.1).

Para realizar o manejo das águas fluviais de modo eficiente, Righetto (2009) alega que a questão não pode se limitar às leis, tem que haver um trabalho sério de reorganização urbana, urbanização das favelas e massivos investimentos em infraestrutura.

> O controle e a minimização dos efeitos adversos das enchentes urbanas não se limitam ao princípio no meio técnico tradicional, como o de se propiciar o afastamento e o escoamento das águas pluviais dos pontos críticos, mas da agregação de um conjunto de ações e soluções de caráter estrutural e não estrutural, envolvendo execuções de grandes e pequenas obras e de planejamento e gestão de

[49]Para saber se a água de São Paulo é de qualidade, a reportagem do UOL acompanhou em 15 de agosto deste ano uma equipe do laboratório Controle Analítico, que coletou uma amostra de água em cada uma das regiões da capital: área central e zonas leste, oeste, sul e norte. A empresa de análise química privada trabalha em parceria com universidades como a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e a USP (Universidade de São Paulo).

[50]https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/09/30/agua-fornecida-pela-sabesp-e-diferente-em-casa-regiao-da-capital-paulista.htm. Acessado em 07/06/19, às 08h29min.

> ocupação do espaço urbano, com legislações e fiscalizações eficientes quanto à geração dos deflúvios superficiais advinda do uso e da ocupação do solo (RIGHETTO, 2009. p. 22).

Em 2016, a meta do governo federal era de universalizar os serviços de esgotos sanitários, levando mais saúde e qualidade de vida para a população. Porém, em São Paulo, a subprefeitura do M' Boi Mirim (administradora dos distritos do Jardim Ângela e do São Luís) alega que a região conta com um precário e insuficiente sistema de manejo de águas fluviais, desse modo, "o saneamento ambiental é prejudicado pela poluição da grande rede de córregos existente e se dá pela deficiente rede de coleta e de tratamento dos esgotos domiciliares" (PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS, 2016, p. 11).

Como apresentado, também nos critérios de Saúde e Saneamento básico, o distrito do Jardim Ângela continua inserido naquilo que Mbembe (2018) denomina de mundo de morte. Dentro desse contexto mortífero de espoliação urbana e múltiplas vulnerabilidades, essa população está condicionada, por diretivas políticas públicas, a sobreviver atrelada a uma nevrálgica situação de exceção, violação e extermínio programado.

Com um sistema de saneamento básico precário, falho e ineficiente; sem acesso a uma saúde de qualidade para atender seus 334.057 habitantes; contando com apenas 0,75 leitos para cada mil habitantes; 6,31 dias para passar no clínico geral; 26,79 dias para realizar uma consulta pelo Programa Saúde da Família; somente um hospital (que atende todas as regiões vizinhas), a população do distrito do Jardim Ângela vai se deteriorando, morrendo aos poucos (expectativa de 60 anos de vida), sendo massivamente eliminada pelo cotidiano de dor, sofrimento e violências proveniente da necropolítica, uma política de morte, planejada, difundida e organizada pelo poder do soberano (o Estado).

4.6 Necropolítica no distrito do Jardim Ângela: Cultura e Educação

Outros fatores importantes para a formação social e estrutural de um indivíduo é o acesso a Cultura e a Educação. A partir desse momento, verificaremos como esses dispositivos são distribuídos e analisaremos quais as

contradições territoriais, sociais e políticas contidas nesse processo de produção cultural e de desenvolvimento educacional dentro dos distritos da cidade de São Paulo.

4.6.1 Cultura

Existem vários conceitos para definir o que é cultura, a partir deste ponto seguiremos as definições da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que considera cultura um fundamento da identidade, da energia e das ideias criativas dos povos. Carrega consigo muitas diversidades, é fator de desenvolvimento e coexistência entre os grupos sociais e os indivíduos e também representa um modo de viver e entender o mundo.

Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, p. 1).

Dentro desse parâmetro, a cultura é elementar para que o sujeito possa se reconhecer, encontrar-se e se conectar ao seu mundo interno e à realidade externa. Para tal, é necessário garantir o acesso aos dispositivos que foram historicamente produzidos e são disponibilizados para proliferação e a perpetuação de uma cultura. Por exemplo, para o desenvolvimento de uma existência mais sadia e próxima de sua ancestralidade, é importante que a população negra tenha a possibilidade de conhecer, acessar e se apropriar de sua cultura (GOMES, 2003).

> A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social (GOMES, 2003, p. 75).

A grande metrópole paulistana tem muitos espaços de cultura e de proliferação de ideias. Porém, a tabela 14 apontará que a distribuição desses ambientes culturais não é feita de forma homogênea, muito menos igualitária.

Ao compararmos três distritos: o Jardim Ângela (região periférica), a Consolação e a Barra Funda (os dois últimos localizados na centralidade) os dados apresentarão uma enorme desigualdade na divisão dos espaços de cultura e entretenimentos.

Tabela 14: Distribuição distrital dos equipamentos de cultura

Distritos	Consolação	Barra Funda	Jardim Ângela
Centros culturais, casas e espaços de cultura[51]	1,04	0,64	0
Cinemas[52]	8,34	4,87	0
Museus[53]	1,39	1,29	0,3
Sala de Shows e Concerto[54]	38,29	77,11	0
Teatros[55]	4,70	2,57	0

Fonte: Rede nossa São Paulo – Mapa da desigualdade 2018. (Tabulação própria).

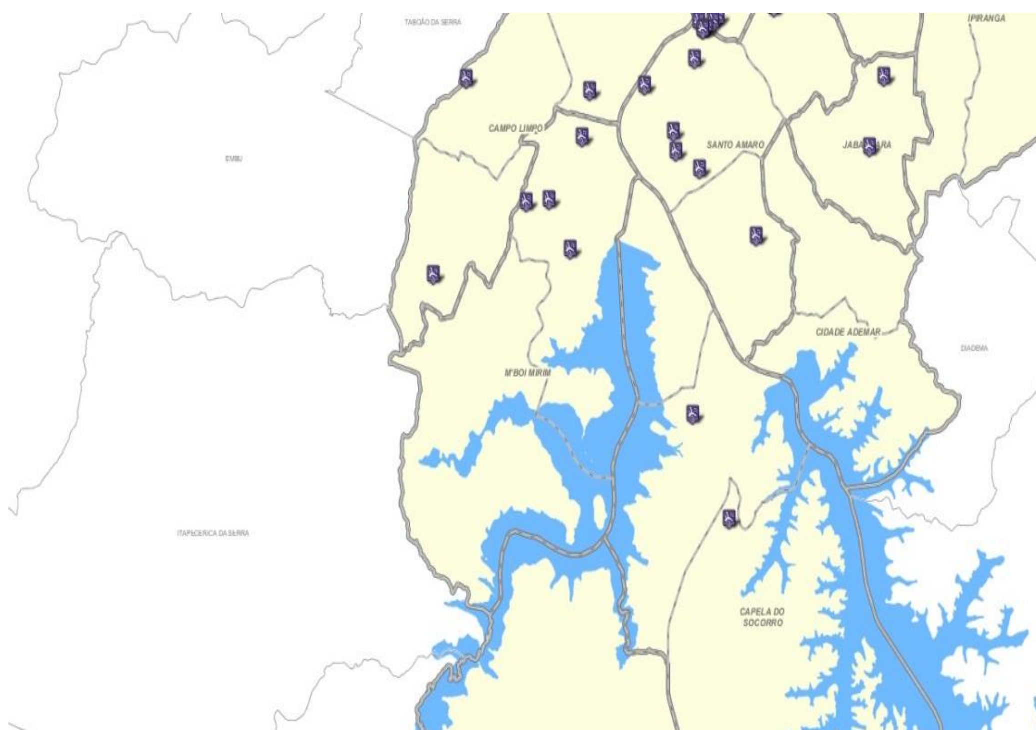
Os dados trazidos pela tabela 14 alegam uma profunda desigualdade na distribuição dos dispositivos de cultura dentro da capital paulista. Enquanto os distritos da Consolação e Barra Funda gozam de muitos e diversos espaços de difusão cultural, o distrito do Jardim Ângela está à míngua e fora dos circuitos produtores desse tipo de entretenimento.

O distrito do Jardim Ângela conta com pouquíssimos espaços de cultura e de proliferação das artes, da literatura, da dança, das ideias e de elementos que possam ligar a população a sua ancestralidade, ao seu modo próprio de agir, pensar, interagir, entender a cotidianidade e produzir uma existência

[51]Número de centros culturais, espaços e casas de cultura ÷ População total x 10 mil habitantes.
[52]Número de salas de cinema, municipais, estaduais, federais e particulares, por 10 mil habitantes.
[53]Número de museus, municipais, estaduais, federais e particulares, por 10 mil habitantes.
[54]Número de salas de show e concerto, municipais, estaduais, federais e particulares, por 100 mil habitantes.
[55]Número de salas de teatro, municipais, estaduais, federais e particulares, por 10 mil habitantes.

culturalmente íntegra e significativa. Nota-se que não há nenhum equipamento público de cultura, não há um grande polo de atração cultural, com significativos investimentos de verbas públicas e com atrações que possam mobilizar a população a ocupar esses espaços[56].

Figura 04: Mapa da distribuição de equipamentos públicos de cultura do município de São Paulo (2019), distrito Jardim Ângela



Legenda:

Espaços culturais

Fonte: GeoSampa Mapas – Prefeitura de São Paulo.

Não queremos entrar no mérito, discutir e nem se aprofundar nos conceitos de cultura de massa, alienação ou apropriação cultural (tão bem difundidos pela Escola de Frankfurt), mas, sim, problematizar que a cultura oferecida nesses espaços, historicamente destinados para a elite branca paulistana, nem sempre, salvo raras exceções, são representatividades da

[56]Há alguns pouquíssimos espaços cedidos pela prefeitura para prática de esportes, lazer e pequenos entretenimentos, como exemplo, a Casa Popular de Cultura que, nos inícios dos anos 90, foi construída pelos moradores e hoje recebe um pequeno investimento da subprefeitura da M' Boi Mirim para manter-se em atividade.

população pobre e preta da cidade. São obras de artes, peças de teatros, espetáculos e shows produzidos por uma pequena burguesia e voltados para ela.

> No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior da nossa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura. Somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais (GOMES, 2003, p. 77).

Devido a essas tensões, conflitos e diretivas políticas de fomentação cultural, no início dos anos 2000, muitos artistas, poetas, escritores, dançarinos e atores começaram a produzir dentro do território periférico suas próprias manifestações artísticas, obras voltadas para narrar o cotidiano de violência, dor, angústia, alegria e diversão ocorridos no distrito do Jardim Ângela.

Destacamos o Sarau da Cooperifa, idealizado pelo escritor e poeta Sergio Vaz que, uma vez por semana, organiza um encontro com poetas, músicos e artistas das periferias em um bar localizado no extremo sul da cidade (o bar do Zé Batidão). Além do sarau, a Cooperifa também promove o Cinema na laje, Chuva de livros, Várzea Poética, Poesia no Ar, Ajoelhaço, Natal com Livros, Mostra Cultural, Sarau nas escolas e Canja Poética, tudo sem incentivo fiscal e financeiro e sem auxílio da prefeitura de São Paulo.

Para compor esse modo de resistência e existência cultural, o distrito do Jardim Ângela também conta com outros movimentos artísticos e políticos de representação negra e periférica, tais como: As Capulanas: Cia de Arte Negra; Periferia Segue Sangrando; Sarau da Casa de Cultura; O Bloco do Beco; Bloco É di Santo; PerifeRima; Coletivo Ubuntu; Rede Carolina de Jesus; entre centenas de manifestações voltadas para a proliferação, a resistência e o empoderamento da cultura negra dentro do distrito do Jardim Ângela.

4.6.2 Educação

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Brasileira, a Educação é o pilar da nossa sociedade porque através dela conseguimos entender os mecanismos que administram nossas vidas, diagnosticar, de modo mais abrangente, o que acontece ao nosso redor e desvendar, cognitivamente, as estruturas sociais que nos cercam (BRASIL, 1996, Lei Federal Nº 9.394).

> A LDB define que a educação básica e fundamental é um direito universal, gratuito e esse processo deve ser custeado pelo Estado e pelos órgãos competentes. Além disso, a LDB garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial e garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996, Lei Federal Nº9.394, Art. 3).

No artigo 4, esta mesma lei decreta que o Estado tem o dever de garantir uma educação digna e de qualidade para todos os educandos e o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Para que isso seja possível é necessário que as escolas “sigam padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, Lei Federal Nº 9.394, Artigo 4, parágrafos V e IX).

Para realizar a medição da qualidade da Educação Básica no Brasil, em 2007, o governo Federal criou, em parceria com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação básica). Esse índice reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações[57].

> O IDEB agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar

---

[57]Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no **Censo Escolar**, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** – para as unidades da federação - e a **Prova Brasil** – para os municípios.

> as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (Portal INEP - MEC[58]).

Desta maneira, todas as escolas públicas do Brasil são submetidas ao IDEB e esse índice mede a qualidade do ensino-aprendizagem nos estabelecimentos escolares.

O distrito do Jardim Ângela carrega baixíssimos resultados nessas avaliações. Em 2017, nenhuma das 92 escolas que compõem a rede Estadual de Ensino Básico da região (SUL 2) atingiu a nota 7,0 no IDEB. A instituição de ensino que se destacou com o maior índice foi a Escola Professora Carolina Cintra da Silveira, com 6,8 pontos. Consideramos cinco escolas[59], do distrito, para fazermos o levantamento e uma comparação desses dados.

Tabela 15: São Paulo: IDEB 2017[60], por escolas

Escolas	**Resultado IDEB anos iniciais[61]**	**Resultados IDEB anos finais[62]**
Gil Vicente	6,1	4,6
Prof. Humberto Alfredo Pucca	6,1	4,3
Prof. Josephina Cintra Damião	5,3	3,8
Dr. Rosa PavonePimont	6,0	4,6
Prof. Samuel Morse	5,7	4,6

Fonte: IDEB 2017 – dados por escola. (Tabulação própria).

[58]http://portal.inep.gov.br/ideb. Acessado em 13/06/19 às 10h14min.

[59] Escolas selecionadas porque prestam atendimento contínuo, da Educação Fundamental até o Ensino Médio.

[60] Indicadores de aprendizado (Prova Brasil) e fluxo (aprovação) por escola

[61] Anos iniciais da Educação Básica: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª série do Ensino Fundamental.

[62] Anos finais da Educação Básica: 6ª, 7ª, 8ª e 9ª série do Ensino Fundamental.

Das escolas selecionadas, duas não chegaram ao resultado mínimo de aprendizagem exigido pelo MEC e pela LDB e as outras três estão no limiar do exigido. Sendo a Educação o pilar do desenvolvimento social (UNICEF), através da tabela 15 percebe-se que, no distrito do Jardim Ângela, o avanço individual e coletivo proveniente do processo de Ensino Público é bem limitado, muito deficiente e pouco qualitativo.

Paulo Freire (1996) alega que “a Educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 98); é uma fonte de energia que fornece ferramentas necessárias para combater a opressão e a desigualdade social, é um instrumento poderoso para a humanização, para a compreensão e a inserção crítica na realidade (FREIRE, 2017).

> Aí está uma das razões para a proibição, para as dificuldades, no sentido de que as massas populares cheguem a “inserir-se” criticamente, na realidade. É que o opressor sabe muito bem que esta “inserção crítica” das massas oprimidas na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de “imersão” em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como “situação limite” que lhe parece intransponível (FREIRE, 2017, p.54).

Desse modo, a Educação transforma-se em um meio muito eficaz de enfrentar a desigualdade racial/social e lutar por melhorias territoriais e espaciais. Porém, os baixíssimos resultados do IDEB revelam uma ineficiência na organização política e educacional da região e demonstram também que no distrito do Jardim Ângela esse enfrentamento político e ideológico, defendido por Paulo Freire (2017), tende a ser mais difícil e fragilizado.

Freire (1996) diz que o sistema capitalista produz múltiplas desigualdades. No Brasil essas disparidades são vistas em todos os âmbitos, principalmente na área da Educação básica e, para o autor, há dois projetos educacionais diferenciados, um destinado aos detentores do capital e outro para as massas populacionais, os oprimidos. Assim, “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (FREIRE, 1996, p. 99).

Tabela 16: Taxa de aprovação (%) por série na Educação Básica[63]

Escolas	Anos iniciais					Anos finais			
	1º	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
Gil Vicente	8,4	00,0	8,2	00,0	7,6	1,1	7,6	7,0	5,1
Prof. Humberto Alfredo Pucca	8,8	00,0	4,8	00,0	7,6	3,2	6,6	3,5	4,6
Prof. Josephina Cintra Damião	9,0	8,0	9,2	9,3	9,2	0,7	0,9	1,8	3,3
Dr.Rosa Pavone Pimont	7,1	00,0	00,0	00,0	8,2	8,3	6,4	5,3	5,8
Prof. Samuel Morse	4,3	9,3	1,3	8,2	5,6	0,9	2,8	1,3	3,3

Fonte: IDEB 2017 – dados por escola (Tabulação própria).

Outro fato que chama bastante atenção na tabela 16 é a queda de rendimento nos anos finais da Educação Básica; os índices que já eram baixos nos primeiros anos, nos últimos caem ainda mais. Esse fenômeno demonstra que ao contrário do avanço exigido pela LDB, há um retrocesso na qualidade da aprendizagem e no processo educacional desses estudantes.

Porém a tabela 16 apresenta uma contradição quando comparada com a tabela 15. Se essas escolas apresentam resultados tão baixos no IDEB, como manifestam números tão expressivos na aprovação dos estudantes? Pois se o índice de desenvolvimento escolar é um parâmetro, o natural seria que essas escolas ostentassem altos níveis de reprovação. Dessa forma, através das duas tabelas anteriores (15 e 16) podemos supor que os estudantes do distrito

[63] Existe uma política federal de orientação pedagógica que inibe as escolas a reprovarem seus estudantes; essa proposta apoia-se em uma visão ampliada de aprendizagem em ciclos. Mais informações no parecer CNE/CEB nº 45/2006, de 7 de dezembro de 2006: Consulta referente à interpretação da Lei Federal nº 11.274/2006, que amplia a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e quanto à forma de trabalhar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

do Jardim Ângela são promovidos de série escolar sem os conhecimentos mínimos exigidos pelo IDEB.

Tabela 17: Resultados do ENEM por escola e área do conhecimento[64]

Escola	Taxa de participação	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
Gil Vicente	89% (35 participantes)	503 pts	481 pts	499 pts	489 pts	492 pts
Prof Humberto Alfredo Pucca	29% (38 participantes)	487 pts	455 pts	489 pts	479 pts	480 pts
Prof. Josephina Cintra Damião	40% (27 participantes)	494 pts	457 pts	496 pts	440 pts	437 pts
Dr. Rosa Pavone Pimont	19% (5 participantes)	480 pts	451 pts	467 pts	509 pts	404 pts
Prof. Samuel Morse	27% (36 participantes)	488 pts	459 pts	495 pts	458 pts	502 pts

Fonte: IDEB 2017 – dados por escola (Tabulação própria).

A tabela 17 aponta que o rendimento dos estudantes na prova do ENEM é baixo e semelhante aos do IDEB – dos 1000 pontos possíveis, os alunos das escolas analisadas, em sua absoluta maioria, não conseguiram atingir a metade. É um resultado muito preocupante porque demonstra o baixo nível e a péssima qualidade do Ensino Público no distrito do Jardim Ângela.

Talvez a política de promoção compulsória seja a causadora da queda de rendimento nos anos finais do Ensino Básico e, por consequência desse

[64] Pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): 0 a 1000 pontos.

ciclo acumulativo de defasagem escolar. Assim, toda a estrutura de formação estudantil é prejudicada, culminando em baixos rendimentos no Ensino Médio.

É importante notarmos a quantidade de estudantes que realizaram o ENEM em 2017. Com exceção da escola estadual Gil Vicente, com 89% de alunos participantes, as outras não atingiram nem a metade de participação. Sabemos que esse fato não é um problema único e exclusivo da escola; essa problemática transcende os muros dessas instituições e faz parte do cotidiano de violência estrutural produzida através de anos de abandono dessa região.

A baixíssima adesão ao ENEM dá a entender que esses estudantes não têm interesse em continuar os estudos, cursar o Ensino Superior e adquirir uma especialização acadêmica. Se considerarmos essas escolas como parâmetro, podemos entender que o Ensino Superior, seja público ou privado, não faz parte dos planos dos moradores dessa região. A qualificação, a especialização e a profissionalização individual são metas que não estão no horizonte dos jovens pretos, pobres e habitantes do distrito do Jardim Ângela.

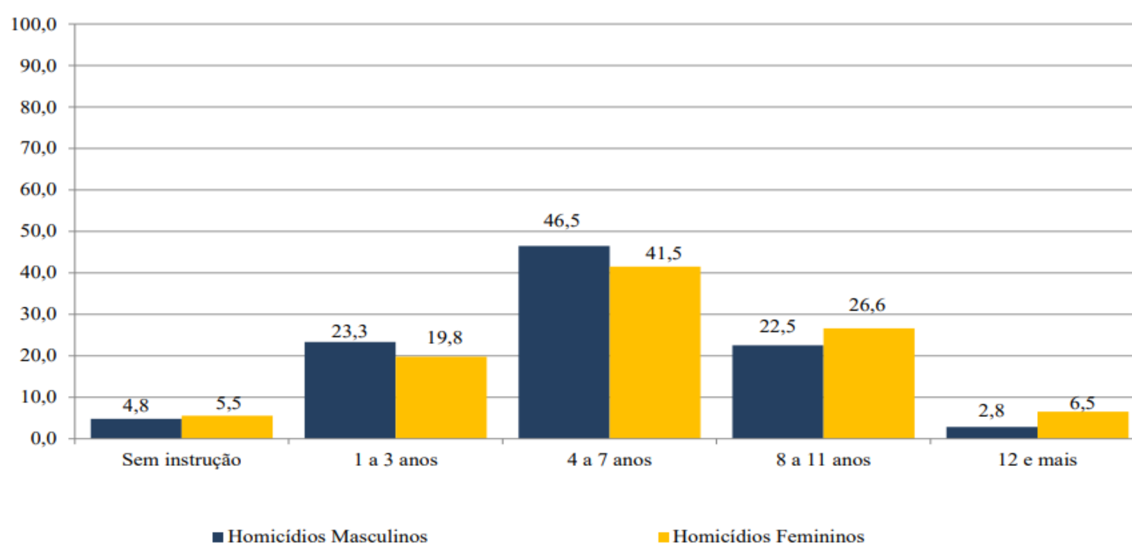
Em 2015, o IBGE produziu um censo sobre a população universitária em todo o Brasil, no qual mostra que apenas 12,8% da comunidade acadêmica é composta de pretos e pardos. Assim, podemos sugerir que a contínua deterioração do Ensino Público, nos níveis básico e médio, aquele, historicamente e socialmente destinado aos afro-brasileiros, não é um problema apenas da zona sul de São Paulo e do distrito do Jardim Ângela, mas, sim um problema nacional.

Santos (2013a) está de acordo com Freire (2017) quando considera a Educação e seus distintos níveis, como parte integrante das forças de produção capitalista; dessa maneira, cada camada social tem um projeto educacional diferenciado e próprio.

> Os pobres não têm poder algum de decisão sobre a qualidade e o tipo de educação que lhes é destinada, o processo de educação é condicionado pelas necessidades da produção. Essas necessidades são ditadas por interesses que mudam rapidamente e cujo epicentro é frequentemente distante, há uma defasagem permanente no tempo e nos objetivos, e os países do Terceiro Mundo não teriam a possibilidade de adaptar o aparelho escolar às necessidades emergentes e tampouco aos verdadeiros interesses nacionais (SANTOS, 2013a, p. 23-24).

A falta de perspectiva acadêmica e de especialização profissional dos jovens negros e periféricos faz com que o abismo racial e social, já existente, amplie-se e se transforme em mais uma forma de exclusão e mais uma prática de genocídio dessa população. Com os jovens fora da escola, sem trabalho e com pouca ou nenhuma possibilidade de ascensão social, muitos se transformam em alvos de grupos de extermínio; entram em conflitos com as leis e seus agentes; enfrentam uma forte política de repressão e de encarceramento em massa.

Gráfico 3: Padrão de vitimização dos homicídios em relação à escolaridade e o sexo da vítima (%) em relação aos homicídios 2019[65]



Fonte: IPEA – Atlas da violência 2019

O gráfico 13, apresenta uma íntima relação entre homicídios e o grau de escolaridade dos sujeitos mortos. Dessa maneira, percebe-se que as estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso, mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Em outras palavras, as estatísticas apontam que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo, reproduzida na cotidianidade e nutrida pela teia de discriminações em todos os campos (GUIMARÃES, 2012; NASCIMENTO, 2016; KOWARICK, 2002).

[65] Pesquisa lançada em 05 de Julho de 2019

> Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. Conforme apontado anteriormente esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno (IPEA – ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.25).

A juventude sem escola de qualidade, com baixa escolaridade, sem emprego e sem perspectiva de ascensão social, transforma-se em vítimas fáceis do projeto necropolítico implantado nas periferias de São Paulo e no distrito do Jardim Ângela. O necropoder desenvolve sua política genocida de várias formas e os dados demonstram que o padrão de vitimização dos homicídios tem uma relação muito próxima aos anos de estudos realizados pelos indivíduos assassinatos.

4.7 Necropolítica no Jardim Ângela: Território em estado latente de exceção e violência

Até o momento, os levantamentos conceituais, históricos, cartográficos e estatísticos dessa pesquisa apontam que, em São Paulo, a teoria da racialização dos corpos deixa o campo intelectual e se materializa na constituição do espaço urbano, criando uma espécie de zoneamento racial, onde encontramos os brancos e os descendentes europeus nas centralidades da cidade, em lugares com altos níveis de salubridade, enquanto os afro-brasileiros são encontrados ocupando os solos periféricos, regiões com uma enorme concentração de pobreza, inúmeras situações de insegurança e com uma alta taxa de mortalidade.

Utilizado para a manutenção do sistema escravista, o racismo não cessou com o fim do trabalho cativo, muito pelo contrário, a partir da abolição oficial da escravatura, foram criados variados mecanismos que socialmente binarizaram e apartaram a sociedade paulistana.

Entre esses dispositivos está a distribuição e a classificação dos corpos, uma política de ordenamento territorial que, a partir do espaço e do crivo racial,

definiu os parâmetros de organização urbana da capital paulista. Em outras palavras, no município de São Paulo, raça, território e pobreza estão interligados, sobrepostos por uma política racista, higienista e segregacionista de Estado.

Sayak (2010) alega que o capitalismo se manifesta de várias formas e se conecta com as realidades de cada local onde está inserido. Assim, há vários modelos de capitalismos, porém todos atendem a uma estrutura global e têm os mesmos propósitos: viabilizar a reprodução do capital; criar estruturas de dominação de classe; perpetuar sua lógica ideológica; produzir, explorar e violentar mão de obra barata. Para a autora, o capitalismo elaborado nos países subdesenvolvidos é um *Capitalismo Gore,* um modelo de organização sociopático, violento e grotesco, que apoiado na necropolítica, deixa profundas marcas no corpo social, explícitas manchas de sangue e destruição por onde quer que se instale.

> Pegamos o termo *gore* do gênero cinematográfico que faz referência à violência extrema e contundente. Então com o termo capitalismo gore nos referimos ao derramamento de sangue explícito e injustificável (como um preço que o terceiro mundo paga ao se agarrar e seguir a lógica do capitalismo, cada vez mais exigente), ao alto percentual de vísceras e de desmembramento, frequentemente misturado com o crime organizado, os gêneros e os usos predatórios dos corpos, tudo isso através de uma violência explícita utilizada como ferramenta da necropolítica (SAYAK, 2010, p. 15).

Para Sayak (2010) o capitalismo *gore* é um modelo de organização social genocida que mantém em seu horizonte uma direcionada e mortífica política de Estado que visa à eliminação em massa de corpos pré-definidos. Sua violência se manifesta simultaneamente em duas frentes: como uma tecnologia de controle social e como um instrumento político de dominação.

Como tecnologia de controle social, o Capitalismo *gore* se utiliza do espaço e do poder disciplinar para desenvolver mecanismos e práticas que atendam aos interesses do capital hegemônico. Como instrumento político, atua para a manutenção e a instrumentalização do poder estatal, assim, agentes que servem aos interesses do mercado apropriam-se da política pública para transformar o Estado em uma instância reprodutora do capital, das desigualdades de classe e das violências estruturais.

Sayak (2010) afirma que para as forças do capital formarem essa estrutura é necessário utilizar a brutalidade, a violência em estado puro, derramar muito sangue e exterminar uma grande quantidade de indivíduos empobrecidos pelo sistema, uma vez que este capitalismo (diferente do industrial que necessitava de centenas de explorados para o manuseio das máquinas) não carece de uma excessiva mão de obra física, mas, sim de uma ideologia hiperconsumista, de um mercado alienado e de consumidores em potencial (SAYAK, 2010).

Oliveira (2018) também considera que essa violência institucional promovida pelas forças do capital é parte de um projeto global de dominação e de reprodução do modo de produção capitalista. Além disso, o autor alega que os territórios que sofreram com a colonização e sua consequente racialização foram, e ainda são, os maiores explorados, prejudicados e deteriorados por esse perverso processo de desenvolvimento econômico.

> Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho e da colonialidade do poder. Consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania (OLIVEIRA, 2018, p. 43)

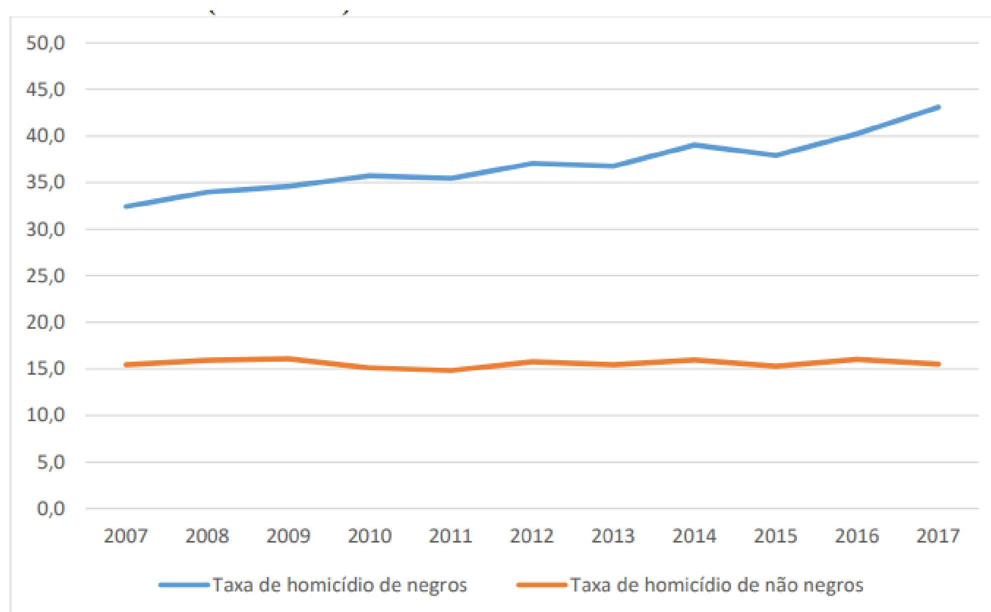
O território brasileiro está dentro dessa organização global e, por consequência disto, é um país superexplorado pela colonialidade do poder, racialmente distribuído e extremamente violento. Para o Atlas da Violência 2019, "os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil, uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes" (IPEA – ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.5).

Mesmo com esse número alarmante de homicídios, não podemos considerar que essa violência atinge toda a população brasileira, os dados do Atlas da violência (2019) apontam que os negros são as maiores vítimas de assassinatos no país.

> Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (IPEA – ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 49).

Para o Atlas da violência (2019) essa alta letalidade racial divide o país em dois polos e "em termos de vulnerabilidade à violência, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos" (IPEA – ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 50).

Gráfico 4 : Taxas de homicídios de negros e de não negros cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



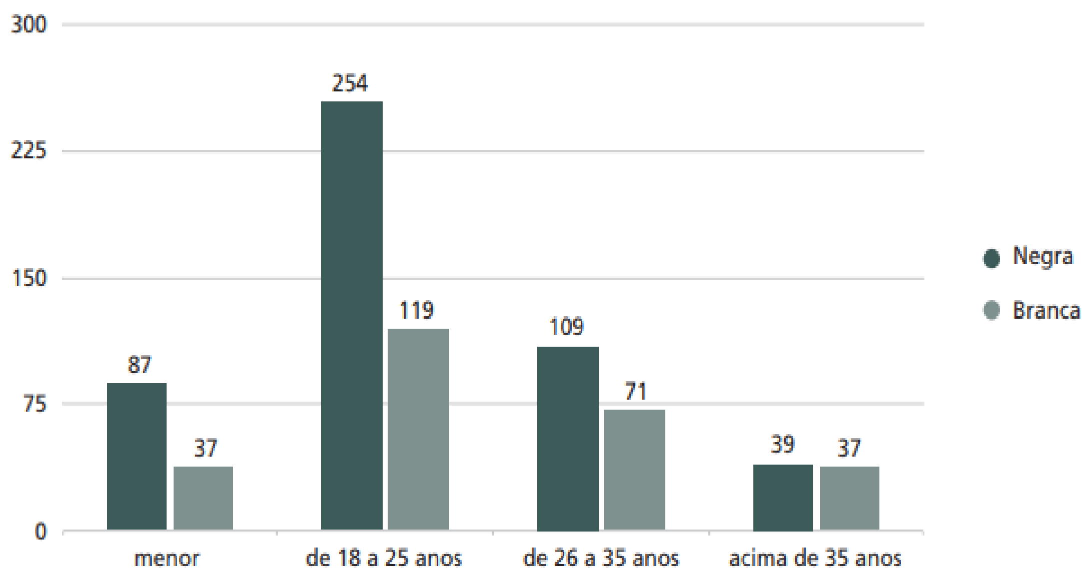
Fonte: IPEA - ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019

Como já abordado anteriormente, o racismo no Brasil foi estruturado e atuou como uma política de ordenamento social, por causa disto, os corpos brancos e negros (como categorias) não desfrutam dos mesmos recursos, não possuem as mesmas oportunidades e não habitam os mesmos espaços. Essas desigualdades produziram um abismo entre os sujeitos e promoveram essa segregação demonstrada em todos os gráficos, figuras e tabela desta pesquisa.

O gráfico 04 confirma que a população negra é a parcela social mais assassinada do Brasil; ratifica que os negros estão inseridos em um mundo de morte; comprova que os negros estão na condição de absoluta matabilidade e socialmente qualificados a sofrerem todo e qualquer tipo de dor, espoliação e segregação.

Os negros também estão na topologia da letalidade policial. Em 2017 a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo lançou uma pesquisa sobre o uso da força letal promovida por seus agentes. Esse levantamento considera que "a taxa de mortes de negros por intervenção policial reforça a noção do quanto a democracia racial é um mito, como dizia Florestan Fernandes. No ano de 2017, a taxa de negros mortos (65%) é quase o dobro da de brancos (35%)" (OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 27).

Gráfico 05: Letalidade policial por faixa etária e cor da pele/raça



FONTE: OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017

O gráfico 05, produzido pela Polícia e pela secretária de segurança pública, atesta que os corpos negros são os principais alvos dos policiais no Estado de São Paulo; constata que a violência inconstitucionalizada produzida pelos agentes da constituição é muito maior contra os afro-brasileiros e corrobora com nossas análises sobre o genocídio físico dessa população. Esses dados solidificam o que discutimos desde o início dessa dissertação,

que o racismo é de fato um projeto político e um processo de segregação, silenciamento e extermínio dos negros brasileiros.

> Na associação entre faixa etária e raça/cor da pele das vítimas, os números da violência institucional contra negros reforçam a gravidade da desigualdade. Dos 124 mortos com até 17 anos, 70% eram negros. E ainda, das vítimas de 18 a 25 anos, 68 % eram negros. Ou seja, a principal vítima de letalidade por intervenção policial é o jovem homem negro de até 25 anos. Já em relação à situação das vítimas no momento da ocorrência, dos casos em que não estava objetivo o ato ilícito, ou ainda, em que as pessoas eram consideradas suspeitas, 63% eram negras. Analisando o perfil das vítimas com a classificação de indícios estabelecidos pela Ouvidoria na conclusão das ocorrências, nas mortes de 367 vítimas em que houve indício de excesso na legítima defesa, 69% foram contra negros e, das 195 vítimas em que houve indício de excesso em ocorrência sem confronto armado, 59% eram negros (OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 28-29).

A polícia paulista é altamente letal com a população negra, assim como a pobreza e a periferia foram planejadas e arquitetadas para os pretos e pardos da cidade, os dados apontam que raça e território são dois marcadores fundamentais da violência policial. Em 2017, o tenente coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello, o então comandante da ROTA (Pelotão de Elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo), disse que os policiais militares devem atuar de formas distintas em cada região da cidade, ele defende que a abordagem dos agentes da lei tem que ser feita de um modo nas zonas aburguesadas e de outro nas periferias da cidade de São Paulo.

Em entrevista o comandante diz:

> “É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado. Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando", complementou. O policial tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento (PORTAL DE NOTICIAS UOL, 2017[66]).

---

[66]https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm. Acessado em 03/07/2019 às 18h03min.

Com o uso da força excessiva e a truculência policial autorizada por sua maior entidade, o resultado não poderia ser diferente.

> O padrão de atuação policial é violento, abusivo e uma das principais causas de morte entre os jovens e, em especial os jovens negros. O padrão letal da polícia militar é concentrado neste público e em certos territórios da cidade, especialmente 14 bairros com características de periferia urbana, entre os quais se destacam: Jardim São Luís, Jardim Ângela, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista e Sapopemba. (JUVENTUDE E VIOLÊNCIA POLICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016, p. 32).

Gonzalez (1982) declara que esses conjuntos de desregularidades raciais são acompanhados pela histórica naturalização da violência policial contra a população negra. Para a autora, o papel social da polícia é cultivar o terror simbólico e o medo como ferramentas de submissão e de dominação de raça.

> A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove ao contrário), ter por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. Em longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais (GONZALEZ, 1882, p. 16).

Nascimento (2016) alega que a naturalização da violência racial e essa política genocida de Estado são voltadas para eliminar a população afro-brasileira. Além disso, esses fatores atestam que vivemos em um país racialmente binário e estruturalmente desigual. Para o autor, a naturalização da violência sobre os corpos negros “prova uma condenável agressão de caráter patológico e faz parte de uma sociedade profundamente racista” (NASCIMENTO, 2016, p. 158).

A desigualdade estrutural entre negros e brancos no Brasil não é estática, sua dinâmica depende e se move através do tempo, da região, do território e se revela de diversas formas.

> Essa desigualdade se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda sofrem com enormes

> disparidades salariais no mercado de trabalho: dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos (2016). Negros representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos - 11% entre negros e 5% entre brancos – (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE) (ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL, 2017, p. 47).

Esse modo sociopático de organização social dos indivíduos, atrelado ao racismo e aos mecanismos da necropolítica, demonstra que os negros são as principais vítimas desse processo de extermínio. Mbembe (2018) considera que a política de abandono governamental, a segregação espacial e essa condição absoluta de matabilidade conferem aos sujeitos sub-racializados “o estatuto de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2018, p. 71).

O apartamento social produzido pelo racismo estrutural organizou os corpos, definiu sua colocação na escala social e definiu a distribuição territorial dos sujeitos brancos e negros na sociedade brasileira (KOWARICK, 1994b; CARRIL, 2006; CARNEIRO, 1995).

No decorrer desta pesquisa apresentamos dados contundentes e comprovantes que atestam que na cidade de São Paulo a população negra está situada às margens do município e são vítimas de um violento modelo de administração social que lhe confere altas taxas de mortalidade, vulnerabilidade e segregação. Esses mesmos índices demonstram que o distrito do Jardim Ângela foi forjado através de uma política racista que planejou e arquitetou o esquadrinhamento, o empobrecimento e o extermínio dos negros dentro desse território.

Dessa maneira, acreditamos que o distrito do Jardim Ângela é o que Agamben (2002) classifica de espaço de exceção e seus habitantes são o que o autor denomina de vidas nuas. Assim, território e sujeitos estão enrolados como um arabesco, unidos pelo abandono, pela espoliação, pelo descaso e na condição absoluta de desprezo e matabilidade.

> O estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, torna-se agora uma nova e estável disposição espacial, na qual habita aquela vida nua que, em proposição espacial crescente, não pode mais ser inscrita no ordenamento (AGAMBEN, 2002, p. 182).

Vale lembrar que grande parte dessa população descende dos povos sequestrados na África e escravizados no território brasileiro, que esses moradores sempre foram perseguidos por uma política genocida controlada pelas forças do capital, efetivada pelos mecanismos do Estado e guiada pelo racismo institucionalizado e enraizado no cerne da capital paulista.

Dessa maneira, a vida nua produzida no extremo sul da zona sul de São Paulo, mais precisamente no distrito do Jardim Ângela, confere para essa parcela da sociedade o *status* de vidas matáveis e indignas de viver os benefícios promovidos pelo soberano (Estado).

Para Agamben (2002), essa situação de ultra vulnerabilidade e de permanente risco de morte que, a nosso ver, são situações vivenciadas pelos moradores do distrito do Jardim Ângela e das regiões periféricas, faz parte da política administrativa do soberano, e nesses territórios “nos encontramos diante de uma vida nua residual e irredutível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possa resgatá-la” (AGAMBEN, 2002, p. 107).

Tabela 18: Óbitos e taxas de mortalidade por distritos (2016)

Distritos	Óbitos por Causas Externas	Taxa de Mortalidade por Causas Externas (Por cem mil habitantes)	Óbitos por Agressões	Taxa de Mortalidade por Agressões (Por cem mil habitantes)
Alto de Pinheiros	12	28,65	-	-
Consolação	20	34,81	-	-
Moema	22	25,1	1	1,14
Capão Redondo	149	52,17	42	14,71
Jardim Ângela	160	49,74	50	15,54
Jardim São Luís	173	61,46	63	22,38

SEADE: IMP – Informações dos Municípios Paulistas (Tabulação própria)

A tabela 18 traz dados que ilustram essa situação de extrema violência e de contradição entre os espaços da cidade. Mais uma vez, os números mostram que os distritos do Jardim São Luís, Jardim Ângela e Capão Redondo (Triângulo da morte) estão entre os mais insalubres da capital paulista; novamente essas regiões são alocadas na topologia das vulnerabilidades urbanas; outra vez o mundo de mortes se manifesta como uma racional política direcionada para um segmentado do espaço e para o extermínio de uma determinada população.

Os processos de hierarquização territorial, apresentado no capítulo anterior, atrelado aos números apresentados pela tabela 18, sugerem que há um padrão muito bem definido de distribuição de mortes e da violência no município de São Paulo. Apontam que alguns espaços foram favorecidos pelo movimento do capital, privilegiados por políticas de fomento à cultura, educação, ao lazer, saúde, segurança e outros foram estrategicamente abandonados e deteriorados pelos processos de organização espacial e de ocupação territorial.

Mbembe (2018) vai ao encontro dessa questão e alega que, referente ao território, a necropolítica atua em duas frentes: uma é a segregação e a outra é a deteriorização espacial. A segregação do espaço é uma estratégia de organização da biopolítica, onde através dessa prática e a partir do repartimento territorial é possível separar, medir, calcular e disciplinar os corpos.

A necropolítica se apropria dessa estratégia de ordenamento do território para desmantelar o corpo social e assim poder direcionar e operalizar suas ações corrosivas de eliminação populacional. O necropoder aplicado ao “triângulo da morte” segue ceifando vidas, destruindo famílias, organizando os espaços e decidindo quais corpos devem padecer e morrer e quais precisam florescer e viver dentro desse município.

Após realizar a segregação espacial e, dessa maneira, selecionar os corpos que merecem viver e aqueles que precisam morrer, a necropolítica produz uma estrutura de extermínio em massa (MBEMBE, 2018). A partir do esquadrinhamento territorial são construídos condicionantes sociais que atuam para a deterioração espacial e para o massacre biofísico daqueles indivíduos, considerados pelos mecanismos da soberania moderna como seres indignos

de existência e passíveis de todo e qualquer tipo de violência (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2007; MBEMBE, 2018).

Para Mbembe (2018), junto com a segregação, é criado também o imaginário da soberania, ou seja, é difundida uma atmosfera de meritocracia e medo dentro de toda a sociedade moderna, induzindo o pensamento popular a considerar o bando do soberano, aqueles que foram selecionados, separados e abandonados pelo Estado, como os inimigos sociais, pessoas fracassadas, preguiçosas e pré-dispostas a acabar com uma suposta paz social.

O perigo dessa ideologia consiste na indução generalizada da opinião pública em julgar a morte desses indivíduos como uma saída viável e garantida da construção e da manutenção de uma sociedade mais organizada, mais progressiva e mais segura. Dessa maneira, "a racionalidade da vida passa pela morte do outro; a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver" (MBEMBE, 2018, p. 20).

A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característica tanto da primeira quanto da última modernidade (MBEMBE, 2018, p. 19-20).

A manifestação do necropoder, o poder de morte sobre a vida alheia, se dá através da justificativa e da desumanização da morte do outro; assim, o extermínio deste inimigo imaginário transforma-se em garantia de estabilidade, equilíbrio e sobrevivência do corpo social. Através da necropolítica e seus aparatos mortíferos, a morte dos sujeitos abandonados é autorizada, serializada, mecanizada e desejada pela sociedade.

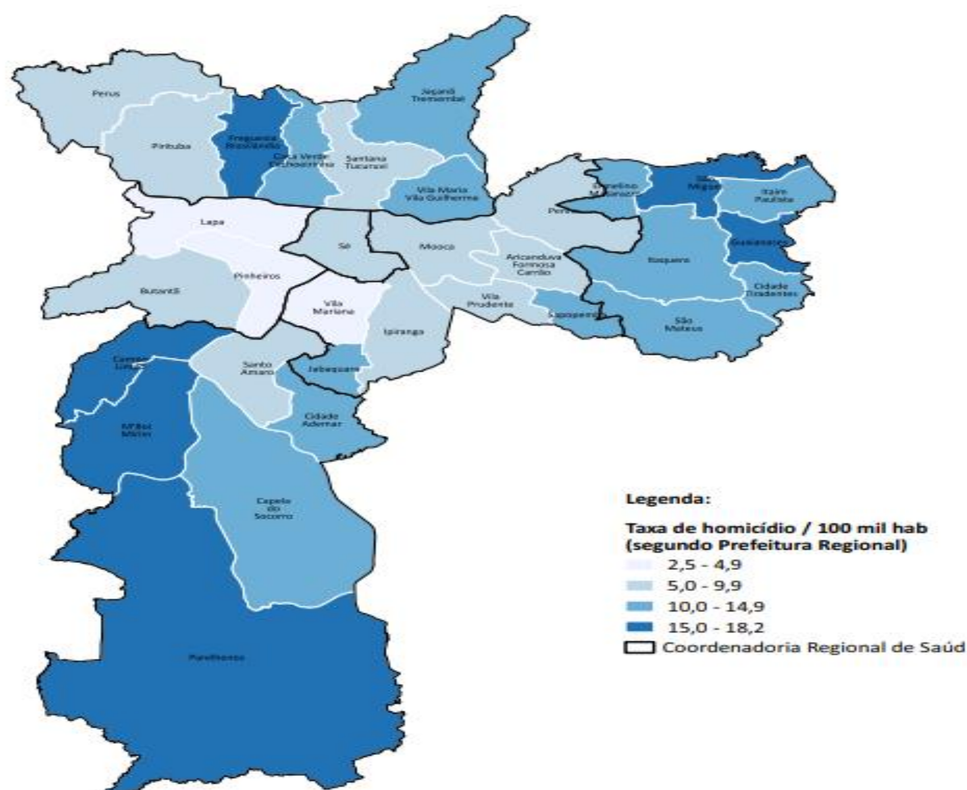
Dessa maneira, esses sujeitos são inseridos em uma condição absoluta de matabilidade, incluídos em um processo paradoxo de exclusão/inclusão e estão na topologia das desigualdades e das crueldades, inseridos em um mundo sem garantias prévias de sobrevivência, na condição de subserviência e classificados como vidas nuas. Corpos em decomposição social, em latente estado de exceção, vidas descartáveis e passíveis de dor, sofrimento e extermínio (AGAMBEN, 2002; MBEMBE, 2018).

O longo processo de desumanização e de industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade

instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe (MBEMBE, 2018, p. 21).

Essa lógica de descarte em massa de seres humanos, produzida pela violência institucional do colonialismo (OLIVEIRA, 2018); atenuada pelo Capitalismo *Gore* (SAYAK, 2010); apoiada na necropolítica (MBEMBE, 2018); visando a qualificação e a hierarquização de indivíduos (AGAMBEN, 2002); determinando o espaço disciplinar e a disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 2007); orientada por um racismo estrutural (NASCIMENTO, 2016) resulta/desemboca em fenômenos aferidos quando lidamos e comparamos com os dicotômicos dados que separam o distrito do Jardim Ângela com os distritos centrais da cidade de São Paulo.

Figura 05: Mapa distrital de homicídios na cidade de São Paulo



Fonte: Homicídio - PRO-AIM / CEInfo / SMS - SP, 2014 a 2016. Projeção de população residente - Fundação SEADE / SP - 2014 a 2016. Nota: Endereço ignorado 8,3% dos óbitos.

Através de todas nossas análises, percebemos que, de um lado do município estão aqueles seres humanos qualificados e merecedores de gozar de um bem estar social e digno promovido pelo poder do Estado, e do outro lado estão os Outros, inimigos imaginários, corpos desprezados, desqualificados e indignos de existência.

Martin Baró (2012) vai ao encontro dessas questões e considera o capitalismo em si um sistema de violências. Para o autor, a violência sistêmica do capitalismo é fundamental e necessária para a produção, reprodução e para a perpetuação da sua lógica perversa de exploração, dominação e proliferação.

> A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos (BARÓ, 2012, p. 406).

Para Baró (2012), a violência estrutural não é dada à revelia, não é distribuída de forma aleatória, existem elementos constitutivos que ordenam e distribuem as diversas formas de violências por toda a sociedade, e um desses instrumentos constituintes é o contexto. Para o autor, existe o contexto possibilitador das violências, ou seja, há situações, sociais, históricas, de classe, de gênero e de raça que criam e definem os padrões e os graus de violência de cada situação.

> O contexto possibilitador é constituído tanto pelo ambiente imediato, quanto pelas mediações históricas de uma dada situação social que pode propiciar ou não, facilitar ou não, o desencadeamento e a execução da violência. Em síntese, trata-se do contexto social, o que inclui, também, valores e normas (formais ou informais) que aceitam ou não a violência. A sociedade capitalista pode ser compreendida como um contexto possibilitador da violência: sendo estruturalmente injusta e inerentemente violenta, os valores que ela reforça estão diretamente relacionados com a violência (MARTINS e LACERDA, 2014, p. 580)

O contexto possibilitador da violência produz uma atmosfera de terror constante, potencializa a violência em determinados locais e direciona sua agressividade social para indivíduos de forma deliberada. Dessa maneira, a violência estruturada pelo capitalismo é atrelada a inúmeros dispositivos de

ordenamento social que auxiliam na manutenção do sistema e propiciam um constante processo de exploração, descartes e eliminação de corpos (BARÓ, 2012; SAYAK, 2010).

Durante toda a pesquisa analisamos tabelas, gráficos, figuras e dados, e nestes percebemos que a periferia do extremo sul da cidade, mais precisamente o distrito do Jardim Ângela, enquadra-se no conceito de ambiente possibilitador de violência, de Baró (2012). Os índices demonstram que, nessa região, todas as formas de brutalidade e bestialidade são autorizadas e praticadas com o consenso do Estado aparelhado pelas forças do capital.

Esse projeto de cidade e de sociedade, definitivamente, não favoreceu o distrito do Jardim Ângela e seus moradores. Como apresentado neste capítulo, essa região está na topologia das crueldades sistêmicas do município de São Paulo; os altos índices de vulnerabilidades estruturais sempre acompanharam esse território; a produção histórica e incessante de vidas nuas e de um mundo de mortes torna esse lugar um perigoso ambiente possibilitador da violência e transforma seus habitantes como alvos centrais de uma política racista, classista e genocida, que prolifera múltiplas e mortíferas desregularidades pelos espaços da cidade.

Conclusão

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os principais elementos históricos que, desde sua criação, transformaram o distrito do Jardim Ângela (São Paulo - Brasil) em um território com múltiplas possibilidades de mortes, de forma generalizada, e converteu seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de descarte, extermínio e abandono.

Após os levantamentos e as investigações dos dados constatamos que: o racismo foi o pilar do desenvolvimento social do munícipio de São Paulo; as regiões periféricas surgiram de acordo com um planejado reordenamento do espaço urbano; os negros foram alforriados da escravatura, mas, paralelamente, foram acorrentados aos dispositivos de opressão e exclusão, oriundos de uma sociedade racista; os possuidores do capital e a burguesia fazem a manutenção desse racismo através de privilégios raciais e o Estado está aparelhado por essa elite desde o colonialismo.

Nossos estudos também aferiram que: o racismo de Estado (estrutural) provocou uma fissura no corpo social e produziu uma sociedade racialmente binária; os negros (categoria) foram abandonados pelos benefícios governamentais e envolvidos em uma política degenerativa, que em seu horizonte vislumbrava o fim da “raça negra”, enquanto isso, os brancos (categoria) são os maiores beneficiados desse processo e desfrutam de uma organizada estrutura de seguridade social, econômica e política.

Nossas fontes demonstraram que o racismo estrutural produziu no bojo da sociedade paulistana corpos matáveis; indivíduos que devido a sua ascendência biológica, sua quantidade de melanina e seu território, são considerados seres descartáveis, são frequentemente eliminados da vida social e vivem no limiar de um estado de sítio e exceção. Nossas autoras e nossos autores consideram que o processo de racialização dentro do munícipio paulistano está atrelado a esses dispositivos que desprivilegiam a população negra e os deixam em uma posição estruturalmente desvantajosa em relação aos indivíduos brancos.

Para entendermos o persistente padrão de desigualdade racial e social no Brasil e dentro da sociedade paulistana, é muito importante ressaltarmos que o processo de escravidão dos povos africanos não pode, e nem deve, ser

interpretado como o cerne do problema. Não podemos dizer que o racismo é apenas fruto do escravismo e, muito menos, que é uma "herança" desse período. Pois se assim fosse, o racismo estaria se enfraquecendo a cada dia e se esvaindo nas tramas do tempo cronológico. Infelizmente, os dados e a realidade concreta mostraram o inverso, o racismo continua presente em nossa sociedade e potencializa nossas relações interpessoais e estruturais.

Além dos órgãos e instrumentos do poder (o governo, as leis, o capital, as forças armadas e a polícia), as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo; as várias formas de comunicação de massas (a imprensa, o rádio, a televisão); e mantêm em suas mãos a produção literária. Todos esses instrumentos estão "a serviço dos interesses das classes do poder e são usados para destruir o negro como pessoa, como criador, produtor e condutor de uma cultura própria" (NASCIMENTO, 2016, p. 112).

Portanto, o racismo não pode ser encarado como um legado do escravismo, não pode ser enraizado como um elemento natural de nossa História, porque o racismo e a discrepância entre as raças são reproduzidas e reafirmadas cotidianamente, a todo o momento, dentro ou fora das instituições, a segregação e o desequilíbrio racial são renovados. Em outras palavras, no Brasil o racismo não é herança do escravismo, mas, sim, um projeto político que foi perpetuado pelos mecanismos de Estado em favor da burguesia, uma classe dominante, racialmente lida como branca e de ascendência europeia.

A produção urbana do município paulistano seguiu esse padrão de organização racista e segregacionista. O movimento de construção urbana expulsou os negros para as bordas da cidade e a gentrificação, promovida pela força do capital e por sua elite, produziu dentro da capital paulista, duas cidades apartadas, uma com um elevado padrão de desenvolvimento humano, segura, limpa e destinada aos brancos e outra abandonada pelo Estado, altamente vulnerável e destinada aos negros.

Esse projeto de sociedade, que favorece uma pequena elite branca em detrimento de uma grande parcela da população, em sua esmagadora maioria negra, é um mecanismo que produz uma cidade fragmentada, injusta e extremamente violenta. A violência estrutural do capital, que foi marca do colonialismo e do escravismo, agora é fundamental para o desenvolvimento da

necropolítica, do avanço do capitalismo e, desde sempre, atuou para reproduzir sua lógica Gore dentro das favelas, dos becos e das vielas da metrópole paulistana.

Sem educação básica de qualidade, sem saneamento básico, moradia adequada, sem empregos, sem dinheiro e sem as condições necessárias para viver uma vida digna e plena, desde muito cedo, jovens negros são arrastados para a criminalidade, encarcerados e exterminados pelas forças e racionalidade mortífera do Estado. O necropoder e essa estrutura genocida de exclusão/inclusão persistem categorizando os sujeitos, hierarquizando racialmente indivíduos e produzindo uma relação de absoluto desprezo, indiferença, matabilidade e desresponsabilidade do Estado sobre os corpos negros e os habitantes das periferias do município de São Paulo.

De acordo com os dados, os indícios e nossas fontes, o distrito do Jardim Ângela foi criado e se desenvolveu como um território negro, um lugar voltado para os sujeitos libertos do escravismo e expulsos do centro da cidade. Uma região onde o preconceito, a discriminação e o racismo, todos estruturais, foram as bases da formação desse espaço em latente estado de exceção. Inserido em um mundo de morte e em estado permanente de exceção, consideramos esse território um ambiente possibilitador de diversos tipos de violência e, por essa razão, sua população está condicionada a um cotidiano de miséria, pobreza, vulnerabilidade e dor.

Devido às altas taxas de vulnerabilidade, a explícita condição de abandono, de extermínio biológico e social promovidos pelo poder do Estado (poder soberano), verificamos que os moradores do Jardim Ângela se enquadram àquilo que Agamben (2002) denomina de vida nua. Indivíduos inseridos em um limiar de inclusão, exclusão e eliminação; sujeitos que estão na condição absoluta de matabilidade; na topologia das crueldades, propícios e qualificados para todo tipo de violência e brutalidade; sujeitos a uma política estrutural que direciona e organiza as desigualdades, a pobreza, a espoliação, a dor, o racismo e a morte dentro da rica e poderosa cidade de São Paulo.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. Homo Sacer: **o poder soberano e a vida nua.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALENCASTRO. L.F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALVAREZ,I.A.A. **A plasticidade da metrópole de São Paulo: reprodução do espaço, financeirização e propriedade de terra**. In: CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos - Vol. 1, n. 1, 2004, São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 - v. 11., n. 19.

ANT, C. **Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo.** In: Lúcio Kowarick. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra / UNRISD, 1994.

ARANTES, O.B.F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.** In: MARICATO, H; VAINER, C.& ARANTES, O. A cidade do pensamento único — desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

BARÓ, I. M. **Acción y ideologia: psicologia social desde Centro América.** San Salvador: UCA, 2012.

BAUDRILLARD,J. **O sistema de objetos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BRANDT, G.P. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A VERDADEIRA DOR DO PARTO.** In: Revista Gestão & Saúde (issn 1984 - 8153), 2018. Disponível em http://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

BRASIL, 1996. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasil (DF), 1996.

BRASIL, 2007. **Lei n˚ 11.445 de 5 de janeiro de 2007 – Estabelece as diretrizes nacionais para saneamento básico**. Brasil (DF), 2007.

BETHENCOURT. F. **Racismos: das cruzadas ao século XX.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

CARLOS, A.F.A. **A condição espacial,** São Paulo, Contexto, 2016.

________. **Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. **Geografias de São Paulo, a metrópole do século XXI**, São Paulo: Contexto, 2004

CARLOS, A.F.A.; LOPES M. e SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e Periferia: A longa busca da cidadania.** São Paulo: Editora Annablume, 2006.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHALHOUB. S. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial.** 3º Edição. São Paulo: Companhia das letras, 1996

CONRAD, R. E. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª edição 1978.

CONRAD. R.E. **Tumbeiros – O tráfico de escravos para o Brasil.** São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

CROWE Padre, J.; FERREIRA S.L. **Jardim Ângela: em defesa da vida**. In: Revista Divulgação em Saúde para debate. Rio de Janeiro, nº 35, p. 85-91, maio de 2006.

DAFLON, V. ***Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro. 2014. 195f.*** *Dissertação de Doutorado* – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

DASSOLER, E.L. **Do Triângulo da morte ao círculo das artes: um olhar sobre a movimentação cultural da periferia sul de São Paulo,** 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cjaba/n1/12.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2019.

DELEUZE, G.; GUATARI, F. **Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora34, 1995.

DOLLFUS. **O espaço geográfico**. São Paulo: Editora Difel, 1972.

DU BOIS, W.E.B. **Almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 1999.

FAMA. **Manifesto de chamamento ao Fórum Alternativo Mundial da Água, 2018.** Disponível em: https://www.fenae.org.br/portal/fama-2018/fama-2018. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra.** São Paulo: Editora brasiliense, 1968.

FRACALANZA A. **Crise da água na região metropolitana de São Paulo: injustiça ambiental, privatização e mercantilização de um bem comum.** In: GEOUSP. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 464 – 478, set./dez. 2015.

FRACALANZA, A. **Produção social do espaço urbano e conflitos pela água na região metropolitana de São Paulo.** In: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 32-45, abr./jun. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

________. **Pedagogia do oprimido.** 64ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

FERNANDES F. **A integração do negro na sociedade de classes, vol.I.** São Paulo: Global Editorial. 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

________. **Microfísica do Poder.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

________. **Os Anormais: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

________. **Segurança, território, população: curso no College de France (1977-1978).** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

________. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: 34ª Edição. Editora Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

FUNARI. P. **Grécia e Roma.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2000**. Disponível em: http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas. Acesso em 04 de setembro de 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010**. Disponível em: http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas. Acesso em 04 de setembro de 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 25ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GUIMARAES, A. **Formações nacionais de classe e raça**, 2016. In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, v. 28, n. 2. Disponível em: http://www.scielo.br/ pdf/ts/v28n2/1809-4554-ts-28-02-00161.pdf. Acesso em 03 de setembro de 2019.

________. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1995.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes. Do direito à cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

________. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

________. **O espaço como chave.** Texto publicado no v.14, edição de nº28 da revista GEOgraphia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, 2012.

________. **Os limites do capital.** São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HASENBARG. C.; GONZALEZ. L. **Lugar do negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil,** 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA. **Desigualdade racial nos municípios com mais de 100mil habitantes**, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2019** – 5. junho 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.

Juventude e violência policial no município de São Paulo, 2016.In: Revista brasileira de segurança pública. São Paulo v. 10, n. 1, 10-35, Fev/Mar 2016

KOWARICK, L. **As Lutas Sociais e a Cidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra / UNRISD, 1994.

________. **Escritos Urbanos**, Editora 34. São Paulo, 2000.

LABHAB. ***Programa bairro legal: Plano de Ação Habitacional e Urbano.*** Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo: 2003.

LEFEBVRE. H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

________. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: editora Ártica, 1991.

________. **Espaço e política.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008

________. **O Direito à cidade.** 5ª edição, São Paulo, Centauro editora, 2001.

LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no Governo Lula, 2010.** In: Revista Novos Estudos 87, julho de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf. Acesso em setembro de 2010.

LUNA, F.V. **Escravismo no Brasil.** São Paulo: Editora Edusp, 2010.

MARX, K. **O Capital. Vol. 3**. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MAMIGONIAN, A. **O processo de industrialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: estudos urbanos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JÚNIOR, Fernando. **A contribuição de Martín- -Baró para o estudo da violência: uma apresentação.** Pepsic: revista de psicologia política, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569-589, set./dez. 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**, Editora n-1. Rio de Janeiro, 2018.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – **Assistência pré-natal, 2016**. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2198-importancia-do-pre-natal. Acesso em 31 de Julho de 2019.

MOLLES. A. **Funções sociais do Objeto. Rumos de uma cultura tecnológica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

________. **Dicionário da Escravidão Negro no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens transformações e perspectivas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

MUNANGA, K. **O negro de hoje.** 2ª edição. São Paulo: Editora Global, 2016.

NASCIMENTO, A. **O genocídio Negro no Brasil, processo de um racismo mascarado.** 3º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

________. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e racismo. In: RATTS. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Editora Imprensa oficial, 2007.

NASCIMENTO, R.L.X. **Palmares: os escravos contra o poder colonial.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

OLIVEIRA, D. **A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder**, 2018. In: Revista Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 39 – 57, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/145010/147020/. Acesso em 04 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, E.H.S.A. **Mulheres negras vítimas de violência obstétrica. 119f.** *Dissertação de Mestrado* – Fundação Oswaldo Cruz – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2018.

OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais de São Paulo e vitimização policial em 2017**. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria- policia/UsoForcaLetal2017 .pdf.

DAFLON, V. ***Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro. 2014. 195f.*** *Dissertação de Doutorado* – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PASSAGENS JARDIM ÂNGELA. **As passagens do Jardim Ângela como condicionantes da macroacessibilidade e da difusão cultural no território**,

2015. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/ artigos/pdf/285.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

PLANO MUNICÍPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO. **Comitê Gestor dos serviços de água e esgoto da Capital Paulista**, 2018. Disponível em: https:/gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2019/05/PMSB Caderno_Completo_-final-para-impressa%CC%83o.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS. **Quadro Analítico – Subprefeitura do M' Boi Mirim,** 2016. Disponível em: https://gestaourbana prefeitura.sp.gov.br/ wp-content/uploads/2018/02/QA-MB.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

PRADO JUNIOR, C.P. **A história econômica do Brasil.** 43ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RACIONAIS MC's. **Pânico na Zona Sul.** São Paulo: Zimbabwe. LP (29 min), 1990.

________. **Da ponte pra cá.** São Paulo: Cosa Nostra. Cd e LP (110 min.), 2002.

________. **Negro Drama.** São Paulo: Cosa Nostra. CD e LP (110 min.), 2002.

________. **Sobrevivendo no inferno.** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

RIBEIRO. D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil,** Editora Global. São Paulo, 2015.

RIGHETTO A. M. (coor.) **Manejo de Águas Pluviais Urbana.** Rio de Janeiro: ABES, 2009.

ROLNIK, R. **São Paulo, início da industrialização: o espaço é político** . In: Lúcio Kowarick. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade.** São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1994.

________. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro.** In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17. CEAA, Universidade Cândido Mendes, 1989.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Edusp, 2006

________. **A urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** 3ª edição. São Paulo. Editora Edusp, 2012a.

________. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2014a.

________. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** São Paulo: Edusp, 2014b.

________. **Metamorfose do Espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 6ª edição. São Paulo: Edusp, 2014c.

________. **Pobreza urbana.** 3ª edição. São Paulo: Editora Edusp, 2013a.

________. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo.** 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2012b.

________. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.

________. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico.** 5ª edição. São Paulo: Edusp, 2013b.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

SMITH, N. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do Espaço urbano. In:** GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

SOBRINHO, A. M.. **A civilização do Café de 1820 – 1920**. São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

SOJA, W. E. **Geografias Pós-Moderna – A reafirmação do espaço na teoria social crítica,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar,1994.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco: Hegemonia branca e média no Brasil**. In: WARE, Vron. (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNESCO. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL.** Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2019.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPOSITO M.E.B. **Capitalismo e urbanização.** 15ª edição. São Paulo: Contexto, 2005.

SAYAK, V. **Capitalismo Gore.** Espanha: Editora Mesulina, 2010.

WAISELFISZ. J,J. **Mapa da violência 2012**. Disponível em: http:// mapadaviolencia.org.br/cgi-sys/suspendedpage.cgi. Acesso em 03/09/219.

WERNECK, J. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**, 2011. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp - content/uploads/2016/04/ FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf. Acesso em 01 de Setembro de 2019.

ZANARDO, G. L. P., CALDERÓN, M., NADAL, A. H. R., & HABIGZANG, L. F. **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa.** In: Revista Psicologia & Sociedade, 29: e155043. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.